

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

WESLEY MATEUS DIAS

AS RELAÇÕES DIALÓGICAS DOS NOMES DAS OPERAÇÕES DA LAVA JATO

MARINGÁ

2022

WESLEY MATEUS DIAS

AS RELAÇÕES DIALÓGICAS DOS NOMES DAS OPERAÇÕES DA LAVA JATO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, Área de Concentração: Estudos do Texto e do Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo.

MARINGÁ
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

D541r

Dias, Wesley Mateus

As relações dialógicas dos nomes das Operações da Lava Jato / Wesley Mateus Dias.
-- Maringá, PR, 2022.
xii, 148 f.: il. color., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

1. Dialogismo. 2. Signos ideológicos (Linguística). 3. Nomes próprios. 4. Corrupção napolítica - Brasil. 5. Comunicação de massa - Aspectos políticos - Brasil. I. Romualdo, Edson Carlos. orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências

CDD 23.ed. 401.4

WESLEY MATEUS DIAS

**AS RELAÇÕES DIALÓGICAS DOS NOMES DAS OPERAÇÕES DA
LAVA JATO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós- graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos**.

Aprovada em Maringá, **02 de março de 2022**.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Neil Armstrong Franco de Oliveira
Membro Titular - UEM/PLE



Profª Drª Terezinha da Conceição Costa-Hübes
Membro Externo (UNIOESTE – Cascavel/PR)



Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo

Presidente – Orientador

“Palavras não pertencem a ninguém e, em si mesmas, não avaliam nada. Mas podem servir a todo falante e ser usadas para as mais variadas e diretamente contraditórias avaliações por parte dos falantes.” – Mikhail Bakhtin.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus professores, desde o ensino primário até o momento, em especial, a Prof.^a Dr.^a Ana Paula Ferreira de Mendonça, pela orientação do meu Trabalho de Conclusão de Curso e pela ideia de analisar os nomes das operações federais; ao Prof. Me. Anderson Braga do Carmo, pelo auxílio de elaboração e apuração desse meu *corpus* de análise; a Prof.^a Dr.^a Érica Danielle Silva, pelos ensinamentos e pelo incentivo a ingressar na Pós-graduação; a Prof.^a Dr.^a Ana Paula Peron, por me ensinar a redigir trabalhos acadêmicos e por me orientar em vários processos da vida.

Ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá e aos professores da Pós-graduação, principalmente, ao Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo, por me orientar e me ensinar neste processo de Pós-graduação; e ao Prof. Dr. Renilson Menegassi, pelos ensinamentos e ideias para a realização desta dissertação. A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a experiência no campo da Pós-graduação.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Neil Armstrong Franco de Oliveira e Prof.^a Dr.^a Terezinha da Conceição Costa-Hübes, por terem aceitado o convite e disponibilizado o tempo para lerem nosso trabalho. A contribuição de vocês foi excepcional e agregou ainda mais nesta dissertação.

Aos meus amigos de infância, colegas de classe e companheiros de estudos da Pós-graduação, em especial, a Janete do Nascimento Boeno, pela amizade, companheirismo na realização de trabalhos; a Talita Carla, pela amizade e auxílio nas atividades; ao Oscar Felipe Rodrigues Ribeiro, pela amizade, pela ajuda e parceria nas disciplinas; ao Maurício Cigarros, pela amizade e pelo convívio acadêmico; a Joyce Zolin, pela amizade e parceria na produção de artigos; a Tascira Santonastaso, pela amizade e pela instrução dada; a Anna Clara, pela amizade e incentivo e parceria nos estudos.

Agradeço, também, à Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades enfrentadas neste período de pós-graduação. Aos meus pais, pelo apoio e pelo incentivo a sempre continuar buscando o conhecimento científico.

RESUMO

Em 17 de março de 2014, iniciou-se a Operação Lava Jato, um conjunto de investigações organizadas pela Polícia Federal brasileira, que cumpriu inúmeras ordens judiciais com o intuito de apurar desvios de bilhões de reais de dinheiro público. As ações dos investigadores tiveram grande repercussão na mídia, fazendo com que essa operação policial se tornasse uma das mais importantes do país. À medida que a Operação Lava Jato se transformava em um evento midiático e os escândalos eram noticiados, os nomes das operações, fases e desdobramentos também ganhavam destaque e a procuradoria da Polícia Federal apresentava algumas justificativas sobre o fato de colocar determinado nome nas operações, sempre relacionando-o com algo que era investigado ou conforme os objetivos de cada apuração. Assim, questionamos: por que, considerando o contexto de produção, uma operação recebe determinado nome e não outro? Em uma primeira observação, percebemos que os nomes escolhidos estabeleciam relações dialógicas com clássicos cinematográficos, palavras e/ou expressões de línguas clássicas e modernas, elementos químicos, animais, seres mitológicos, estrelas celestes e conceitos matemáticos. Dessa forma, esta dissertação tem por objetivo entender o funcionamento dialógico da nomeação das operações da Lava Jato, realizadas pela Polícia Federal nas fases de 2016 e 2017, compreendendo que um nome próprio, além de apresentar função referencial e vocativa, responde a já-ditos no contexto socio-histórico de enunciação. Para tanto, em uma perspectiva dialógico-sociológica de investigação, nos baseamos nos pressupostos teóricos do Círculo de Bakhtin e nas pesquisas desenvolvidas no Brasil sob esse escopo teórico, para entender as relações para as escolhas dos nomes. Para a realização de nossas análises, nosso *corpus* de estudos compõe-se de dados dos vinte inquéritos das operações nessas duas fases e de informações e justificativas publicados *on-line* pela Polícia Federal para nomeá-las. Nossas análises mostram que os nomes são signos ideológicos e sua criação é orientada por um viés ideológico assumido pelos Procuradores da Polícia Federal. Assim, ao se posicionarem responsivamente perante a um ato, criam um enunciado como resposta, que nesse caso trata-se do nome para denominar o grupo de investigações e mandados (operação policial), retomando outros enunciados ditos anteriormente, estabelecendo relações dialógicas. Os nomes são constituídos por ideologias desde sua criação até sua recepção por seus interlocutores. Se considerarmos que estavam entre os objetivos da Força-tarefa de Curitiba, responsável pelas operações da Lava Jato, a divulgação dos fatos investigados pela mídia, a criação dos nomes serviu também para atender a uma demanda social e a uma expectativa de luta contra a corrupção, culminada na prisão de agentes públicos conhecidos e empresários do alto escalão do país, chegando a interferir nos rumos políticos do Brasil. Portanto, os nomes das operações são dialógicos, pois sintetizam sentidos e valorações do grupo investigativo e respondem aos anseios da população brasileira naquele momento.

Palavras-chave: Dialogismo; Signo ideológico; Operação Lava Jato; Nomes; Mídia.

ABSTRACT

On 17 March 2014, Operation Car Wash began, a set of investigations organised by the Brazilian Federal Police, which carried out numerous court orders in order to investigate the embezzlement of billions of reais of public money. The actions of the investigators had great repercussions in the media, making this police operation become one of the most important in the country. As Operation Car Wash became a media event and the scandals were reported, the names of the operations, phases and developments also gained prominence and the Federal Police prosecutor's office presented some justifications about the fact of putting a certain name in the operations, always relating it to something that was investigated or according to the objectives of each investigation. Thus, we ask ourselves: why, considering the context of production, does an operation receive a certain name and not another? In a first observation, we noticed that the chosen names established dialogic relations with cinematographic classics, words and/or expressions of classical and modern languages, chemical elements, animals, mythological beings, celestial stars and mathematical concepts. Thus, this dissertation aims to understand the dialogical functioning of the naming of the Car Wash operations carried out by the Federal Police in the 2016 and 2017 phases, understanding that a proper name, in addition to presenting referential and vocative function, responds to already said in the socio-historical context of enunciation. To this end, in a dialogical-sociological perspective of investigation, we draw on the theoretical assumptions of Bakhtin's Circle and the research developed in Brazil under this theoretical scope, to understand the relationships for the choices of names. To carry out our analyses, our corpus of studies is composed of data from the twenty investigations of the operations in these two phases and from information and justifications published online by the Federal Police for naming them. Our analyses show that the names are ideological signs and their creation is guided by an ideological bias assumed by the Federal Police prosecutors. Thus, when responsively positioning themselves before an act, they create an enunciate as a response, which in this case is the name to name the group of investigations and warrants (police operation), taking up other enunciates previously said, establishing dialogic relations. The names are constituted by ideologies since their creation until their reception by their interlocutors. If we consider that were among the objectives of the Curitiba Task Force, responsible for the Car Wash operations, the dissemination of the facts investigated by the media, the creation of the names also served to meet a social demand and an expectation of the fight against corruption, culminating in the arrest of well-known public officials and high-ranking businessmen of the country, even interfering in the political directions of Brazil. In summary, the names of the operations are dialogics, as they synthesize meanings and values of the investigative group and respond to the desires of the Brazilian population at that moment.

Keywords: Dialogism; Ideological sign; Operation Car Wash; Names; Media.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ações da Operação Lava Jato em números.....	74
Quadro 2. Relações entre a expressão histórica “aletheia” e o nome da operação.....	84
Quadro 3: Fórmula da composição do Carbono 14.....	89
Quadro 4. Relações entre a expressão histórica Vitória de Pirro e o nome da operação.....	92
Quadro 5: Relações entre o crime organizado italiano e o brasileiro.....	105
Quadro 6. Relações entre o signo <i>blecaute</i> e o nome da operação.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
BACEN – Banco Central do Brasil.
CENPES – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello.
CO₂ – Dióxido de carbono (gás carbônico).
COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.
DF – Distrito Federal.
DOJ – Department of Justice (Departamento de Justiça Estadunidense).
EUA – Estados Unidos da América.
FBI – Federal Bureau of Investigation (Departamento Federal de Investigação).
FHC – Fernando Henrique Cardoso.
JK – Juscelino Kubitschek.
MDB – Movimento Democrático Brasileiro.
MPF – Ministério Público Federal.
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.
PE – Pernambuco.
Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A.
PGR – Procuradoria Geral da República.
PP – Partido Progressista.
PP – Pedro Paulo Leone Ramos (p. 28).
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.
PSL – Partido Social Liberal.
PT – Partido dos Trabalhadores.
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.
RJ – Rio de Janeiro.
SARS-CoV-2 – Novo Coronavírus.
STF – Supremo Tribunal Federal.
STJ – Supremo Tribunal Judicial.
Transpetro – Petrobras Transporte S/A.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação de Moro como Super-homem.....	50
Figura 2: Representação de Moro como herói nas manifestações.....	50
Figura 3: Capas da Revista Veja.....	55
Figura 4: Primeira edição da revista <i>Veja</i> de março de 2016.....	56
Figura 5: Segunda edição da revista <i>Veja</i> de março de 2016.....	57
Figura 6: Terceira edição da revista <i>Veja</i> de março de 2016.....	58
Figura 7: Quarta edição da revista <i>Veja</i> de março de 2016.....	59
Figura 8: Representação de Dilma em balão inflável.....	62
Figura 9: Vista do Congresso Nacional do lado de fora ocupado por manifestantes pró e contra o impeachment.....	62
Figura 10: PowerPoint elaborado por Dallagnol.....	65
Figura 11: Representação de Lula em balão inflável nas manifestações.....	67
Figura 12: Capa da Revista Veja em junho de 2019.....	69
Figura 13: Manifestação Lula Livre.....	72
Figura 14: Notícia da delação.....	104
Figura 15: Parede dos 9 dragões.....	107
Figura 16: Paralelos geográficos.....	117
Figura 17: Representação da Deusa Sopdet.....	122
Figura 18: Manchete da Operação Triplo X (jan. 2016).....	126
Figura 19: Manchete da Operação Aletheia (mar. 2016).....	126
Figura 20: Manchete da Operação Vitória de Pirro (abr. 2016).....	126
Figura 21: Manchete da Operação Omertà (set. 2016).....	126
Figura 22: Manchete da Operação Sothis (nov. 2017).....	127

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	8
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O DIALOGISMO	8
2.2. A COMPREENSÃO DE NOMES PRÓPRIOS AO LONGO DA HISTÓRIA: UM BREVE LEVANTAMENTO	17
2.2.1 Platão e o entendimento dos nomes próprios na antiguidade clássica	18
2.2.2 A compreensão dos nomes pela filosofia analítica	20
2.2.2.1 As contribuições de Frege.....	21
2.2.2.2 O descritivismo de Russell e a questão dos nomes próprios	23
2.2.3 A noção de nomeação no trabalho de Eduardo Guimarães	26
2.2.4 A compreensão dos nomes próprios como signos socioideológicos	29
3. O CONTEXTO SOCIO-HISTÓRICO DA OPERAÇÃO LAVA JATO	34
3.1. UM BREVE HISTÓRICO DO PETRÓLEO NO MUNDO E NO BRASIL ATÉ O INÍCIO DA OPERAÇÃO LAVA JATO	34
3.2. A OPERAÇÃO LAVA JATO: O TRAJETO HISTÓRICO SOB UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA	42
4. OS NOMES DAS OPERAÇÕES DAS FASES DA LAVA JATO SOB UM OLHAR BAKHTINIANO	78
4.1. OS NOMES DAS OPERAÇÕES DA FASE DE 2016	78
4.1.1 Operação Triplo X	78
4.1.2 Operação Acarajé.....	80
4.5.3 Operação Aletheia.....	82
4.1.4 Operação Polimento	84
4.1.5 Operação Xepa	86
4.1.6 Operação Carbono 14	89
4.1.7 Operação Vitória de Pirro	91
4.1.8 Operação Repescagem.....	93
4.1.9 Operação Vício	94
4.1.10 Operação Abismo	96
4.1.11 Operação Caça-fantasma	99
4.1.12 Operação Arquivo X.....	101
4.1.13 Operação Omertà.....	103
4.1.14 Operação Dragão	106
4.1.15 Operação Descobridor	111
4.2. OS NOMES DAS OPERAÇÕES DA FASE DE 2017	113

4.2.1 Operação Blackout	114
4.2.2 Operação Paralelo.....	116
4.2.3 Operação Asfixia	119
4.2.4 Operação Poço Seco	120
4.2.5 Operação Sothis.....	122
4.3. OS NOMES DAS OPERAÇÕES ENQUANTO ATOS RESPONSIVOS E SUA INTERLOCUÇÃO	124
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS	135

1. INTRODUÇÃO

A Operação Lava Jato é um conjunto de investigações organizadas pela Polícia Federal brasileira que cumpriu inúmeras ordens judiciais com o intuito de apurar os desvios de dinheiro público, os quais movimentaram bilhões de reais (DIAS; RAMOS, 2021). Conforme afirma o *site* da Polícia Federal (2014), essa operação iniciou-se em 17 de março de 2014, quando uniu investigações que esclareciam crimes financeiros e práticas de fraudes de recursos públicos. Tais núcleos investigativos eram nomeados de *Dolce Vita*, *Bidone*, *Casablanca* e, ao serem unificados, passaram a se chamar *Lava Jato*. Esses primeiros três nomes estabelecem relações com clássicos cinematográficos e foram escolhidos conforme o perfil de cada doleiro investigado¹.

Devido ao material apreendido, as investigações avançaram, denunciando a participação política de agentes públicos, os quais teriam facilitado e se privilegiado com a contratação fraudulenta de serviços e bens superfaturados. Com informações apuradas dos investigados, réus e colaboradores premiados, a Polícia Federal descobriu formações de cartéis em diversos setores econômicos, que geraram um grande prejuízo à economia brasileira. As fraudes eram oriundas de esquemas ilícitos de empreiteiras em diversos setores da Petrobras, e a investigação nessa empresa multinacional fez com que a operação da Polícia Federal ganhasse espaço significativo nas mídias, principalmente nos anos de 2016 e 2017.

À medida que a Operação Lava Jato tornava-se um evento midiático e os escândalos eram noticiados com cobertura massiva pela mídia brasileira, os nomes das operações, fases e desdobramentos também ganhavam destaque e a procuradoria da Polícia Federal apresentava algumas justificativas sobre o fato de colocar determinado nome nas operações, sempre relacionado com algo que era investigado ou conforme os objetivos de cada apuração². Assim, a Lava Jato que já era famosa por investigar um esquema de lavagem de dinheiro, também se caracterizava pelo nome que atribuía a suas operações. Em um primeiro olhar para os nomes, a partir de uma perspectiva teórica bakhtiniana, percebemos que os escolhidos estabeleciam relações dialógicas com clássicos cinematográficos, palavras e/ou expressões de línguas clássicas e modernas, elementos químicos, animais, seres mitológicos, estrelas celestes e conceitos matemáticos. Tais fatos levaram-nos a questionar a significação dos nomes nessas operações, considerando o contexto socio-histórico de produção, já que os processos pareciam

¹ Doleiro é o indivíduo que compra e vende dólares no mercado paralelo. Ao caracterizar alguém como doleiro, a Polícia Federal já o indicia aos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

² A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Judiciário são, na maioria das vezes, as instituições responsáveis pelos processos de nomeação de operações.

motivar a nomeação das investigações. Citamos como exemplo, a operação *Omertà*, que executou quarenta e cinco ordens judiciais em 26 de setembro de 2016. O nome desta operação faz uma alusão à origem italiana do codinome do ex-ministro da casa civil investigado, Antonio Palocci, cujo apelido era “italiano”. Em Dias (2020), mostramos que esse é um termo de origem napolitana que serve como código de conduta da criminalidade organizada italiana, referindo-se ao “voto de silêncio”.

A partir de tal percepção, propusemos a seguinte questão balizadora para nossa pesquisa: Por que, considerando o contexto de produção, uma operação recebe determinado nome e não outro? Esta questão norteadora gerou outras questões complementares: Qual é a relação de sentidos de um nome nesses processos? Quais aspectos ideológicos e axiológicos estão presentes nesses nomes? Qual a responsividade dos nomes em relação aos fatos investigados? Quais são os interlocutores desses nomes, entendendo-os como signos ideológicos? Esses processos têm um código de organização, logo, o que clama a necessidade de um nome para a organização em um processo que já tem um número? Por que se sai desse espaço de ordenar e numerar essas operações e passa-se a nomeá-las?

Nosso parecer inicial é o de que as nomeações dessas operações são motivadas por elementos levantados na investigação e apresentam uma relação dialógica que projeta relações de sentidos para a significação de cada nome. Compreendemos os nomes das operações como signos ideológicos, ou seja, eles orientam-se através da consciência individual, refletindo e refratando outra realidade. Bakhtin e Volochínov (2014) afirmam que o “domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico*” (p. 32), portanto, entendemos que todo enunciado tem uma dimensão avaliativa, ao expressar um posicionamento social valorativo, ou seja, todo enunciado é sempre ideológico (FARACO, 2009, p. 47). Em outras palavras, ao entendermos os nomes enquanto signos, consideraremos que eles são concomitantemente reflexos da realidade e fragmentos materiais. Assim, o nome tem uma encarnação material, isto é, é um fenômeno do mundo exterior e, portanto, a sua natureza é objetiva. Os efeitos do signo se fazem sentir na experiência exterior.

Dessa forma, traçamos como objetivo geral entender as relações dialógicas estabelecidas pelos nomes atribuídos às diferentes fases da Operação Lava Jato Pela Polícia Federal, nas fases de 2016 a 2017. Temos em mente que um nome próprio, mais do que apresentar função referencial e vocativa, é dotado de significação e responde a já-ditos no contexto socio-histórico de enunciação. Especificamente, objetivamos: (a) investigar quais elementos processuais da investigação selecionados pela Polícia Federal contribuem para a

nomeação das operações; (b) verificar as relações dialógicas desses nomes escolhidos pela procuradoria; (c) identificar quais interlocutores são projetados pelo Ministério Público ao atribuírem tais nomes às operações; (d) discutir o universo ideológico que é retomado nesses signos.

Nosso *corpus* de análise constitui-se dos nomes de vinte operações da Lava-Jato, quinze do ano de 2016 (Triplo X, Acarajé, Aletheia, Polimento, Xepa, Carbono 14, Vitória de Pirro, Repescagem, Vício, Abismo, Caça-fantasma, Arquivo X, Omertà, Dragão e Descobridor), e cinco do ano de 2017 (Blackout, Paralelo, Asfixia, Poço Seco e Sothis).

Para chegarmos à constituição desse *corpus*, levamos em consideração os nomes escolhidos nesses dois anos, pois, em 2016, a Operação Lava Jato ganhou destaque e tem o seu ápice entre os brasileiros com a narrativa de impeachment da presidenta Dilma, fazendo com que cada operação e seus desdobramentos se transformassem em um evento televisivo frenético. Contribui para essa narrativa o fato de que vários políticos e empresários do alto escalão foram investigados, e alguns presos, nessas duas fases. Em 2016, vemos o maior número de operações que influenciaram a opinião da população brasileira sobre a política nacional e sobre determinados políticos. Em 2017, a Lava Jato começa a perder força, mas continuava investigando pessoas ligadas à política e ao empresariado.

Dada a importância das operações desse período, tanto para a determinação dos rumos políticos da nação brasileira, como também para a compreensão da própria arquitetônica³ (BAKHTIN, 2012) da Operação Lava Jato, decidimos trabalhar, como mencionamos, com os nomes de todas as operações de 2016 e 2017. Essa escolha justifica-se também pelo fato de que, ao trabalharmos com todas as operações desses dois anos fundamentais para a determinação dos rumos do país, deixamos um registro consolidado delas, que pode ser utilizado em futuros trabalhos. Justifica-se ainda o estudo dessas operações, o fato de ele, de certa forma, com outros objetivos e perspectiva teórica, dar continuidade ao trabalho de conclusão de curso que realizamos em nossa licenciatura em Letras⁴, no qual investigamos e

³ Para Bakhtin (2012), a arquitetônica é uma categoria que engloba um enunciado concreto que é realizado em ato responsável, enquanto potência no ser único e sempre em relação de interação com o outro, com a campo ideológico, num determinado cronotopo. A arquitetônica organiza o sentido do objeto estético, seja ele um gênero discursivo da comunicação humana.

⁴ Neste trabalho, analisamos os recursos argumentativos e retóricos utilizados pelo autor na enunciação da obra *As Catilinárias* de Marco Túlio Cícero (63 a. C.), para compreender o processo de nomeação da operação homônima organizada pela Polícia Federal em 2015, a qual cumpriu a determinação do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal. Essa operação prende o deputado e ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, acusado de vários crimes graves, entre eles, corrupção ativa, lavagem de dinheiro e posse de dinheiro não declarado em contas em Paraísos Fiscais, como a Suíça. Outras 52 pessoas, entre elas políticos e empresários, também foram presas em vários estados brasileiros. Chegamos à conclusão de que o contexto da prisão de Cunha se assemelha com as ações de Catilina em Roma e, com isso, torna-se um motivo para nomear uma operação de tal forma.

analisamos o nome da Operação Catilinárias que ocorreu em dezembro de 2015. Assim, essa dissertação continua esse trabalho iniciado na graduação, seguindo cronologicamente a análise das operações a partir do que tinha sido começado.

As informações sobre a Operação Lava Jato (histórico, fases, desdobramento, números etc.) estavam disponíveis no *site* da Polícia Federal⁵, no endereço <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>; o qual acessamos, de agosto de 2018 a outubro de 2020, para buscarmos as justificativas para a escolha de cada nome e os envolvidos.

Também acessamos, no mesmo período, ao site do Ministério Público do Brasil, em que encontramos os documentos (notícias, inquéritos e mandados) de cada operação. Ademais, localizamos os fatos das operações noticiados em jornais *on-line*, agregando informações às justificativas dos nomes feitas pela Força-tarefa de Curitiba. Dessa forma, nosso *corpus* é constituído de justificativas da Polícia Federal, de documentos judiciais e notícias das operações dessas fases. Ressaltamos que algumas operações da fase de 2017 foram retiradas do *corpus* de análise, pois, na apuração dos dados para a constituição desse *corpus*, não havia elementos suficientes para efetuar uma análise. Em outras palavras, as operações excluídas desse trabalho não tinham justificativas e também não havia inquéritos e nem mandados disponíveis para o acesso público. Dessa forma, não tínhamos um ponto de partida para uma análise produtiva.

As relações dialógicas são um fator importante nesse trabalho, pois nossa hipótese é a de que a origem desses nomes dialoga com a atualidade dos acontecimentos judiciais e com outros aspectos culturais, ou seja, esses atos de nomeação se caracterizam por uma responsividade e, ainda, há interlocutores a serem definidos para a produção desses nomes.

Por conseguinte, os pressupostos teóricos do Círculo de Bakhtin e as pesquisas desenvolvidas no Brasil sob esse escopo teórico nos trarão subsídios para entender essas relações para as escolhas dos nomes. Dessa maneira, analisamos e investigamos as relações dialógicas presentes nessas operações, seguindo os pressupostos teóricos do Círculo de Bakhtin e seus explicadores brasileiros.

Quanto à metodologia, o presente trabalho é desenvolvido na perspectiva qualitativa, a qual consiste em uma investigação científica de caráter objetivo do assunto analisado para verificar suas peculiaridades (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Seguimos o processo teórico-metodológico sociológico de Bakhtin e Volochínov (2014, p. 129) para o estudo da língua, a qual consiste em: (a) ver as formas e os tipos de interação em conexão com as condições concretas em que se realiza; (b) as diferentes formas de enunciação, ou seja, das “categorias de

⁵ O *site* citado não se encontra mais em funcionamento.

atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinada interação verbal” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 129); e (c) análise das configurações da língua na sua interpretação linguística.

Com essa metodologia, podemos situar os nomes das operações no contexto socio-histórico estabelecido pela Lava Jato para então verificar as interações e as condições em que essas operações se realizam. Isso permite analisarmos a forma como as enunciações estão constituídas, bem como a criação ideológica e a interação verbal que ela faz parte.

A pesquisa foi efetivada por meio de dados de inquéritos referentes às operações da Polícia Federal obtidos por intermédio do Ministério Público, informações e justificativas que a Polícia dá para nomear os processos de determinada maneira no *site* da Imprensa da Polícia Federal, bem como informações adquiridas em mídias virtuais, além de estudos e dados históricos logrados por pesquisas referentes às obras e expressões utilizadas para nomear esses processos criminais.

Do ponto de vista acadêmico, nossa pesquisa justifica-se em função de os objetivos propostos nos fazerem questionar como são tratados os nomes próprios, fruto de estudos de vários autores, dentre gramáticos e linguistas, que os definem, na maioria das vezes, como tendo apenas função vocativa ou referencial. Essa preocupação do entendimento do nome próprio vem desde a Grécia Antiga, com destaque a Platão que discutia em *Crátilo* (1950) a relação arbitrária entre o objeto e o nome dado, visto que se pensava as palavras deveriam significar a essência daquilo que elas representavam. Com o decorrer dos séculos, outros filósofos também se debruçaram nessa questão do nome próprio, como Frege (2009 [1892]), que entendia que os nomes próprios necessitam de um sentido e uma referência definida para exercer sua função semântica nos enunciados nos quais aparecem. Numa perspectiva mais discursiva e atual do tratamento dos nomes, mencionamos os trabalhos de Guimarães (2002), que afirmam que um nome significa a partir das relações de sentido presentes nos textos/enunciados nos quais ele vai aparecer e as relações de significação que recuperamos que determinam a produção de sentidos sobre a nomeação. No entanto, não encontramos nenhuma produção acadêmica com o tratamento dos nomes em uma perspectiva bakhtiniana, tal qual está sendo apresentado neste trabalho⁶, ou seja, abordamos os nomes das Operações da Lava Jato numa perspectiva dialógica.

Isso posto, optando pelo caminho dialógico, levando em conta a construção socio-histórica do nome das operações, esperamos abordar essa questão de uma forma que valorize o acontecimento da nomeação, estabelecendo-o como um processo altamente significativo e

⁶ Essa questão dos nomes próprios será tratada com mais profundidade na seção 2.

complexo, envolvendo sujeitos, textos/enunciados e funcionamentos discursivos diversos, como as práticas ideológicas que imperam em nossa sociedade. Logo, partimos da premissa de que o nome atribuído às operações é um signo socialmente e ideologicamente marcado, avaliado, refletindo e refratando posicionamentos discursivos.

Ademais, como estamos falando das fases da Operação Lava Jato, fizemos um levantamento, ao longo do ano de 2019 e 2020, de referencial já produzido academicamente sobre essa operação. Buscamos em *sites* acadêmicos e em bibliotecas universitárias *on-line* trabalhos que tratam tanto de questões discursivas quanto de questões socio-históricas dessa operação investigativa. Nossa busca mostrou que poucos trabalhos que envolvem a Operação Lava Jato foram feitos. Dos referenciais teóricos encontrados, temos trabalhos da área do Direito, da Sociologia e das Letras.

Em nosso levantamento, encontramos a dissertação de Cruz (2016), intitulada *Operação Lavajato: uma interpretação teórica a partir de Raymundo Faoro e Celso Furtado*, que procura compreender o *modus operandi* de agentes políticos, públicos e privados na articulação de seus interesses na Petrobras, por uma perspectiva da sociologia da corrupção (CRUZ, 2016), o que nos ajuda a desenvolver a seção 3, ao tratarmos do contexto socio-histórico dessa operação. Outro trabalho que tomamos como base para abordar essa operação é a dissertação de Gomes (2016), nomeada *A construção dos escândalos de corrupção: repertórios interpretativos das revistas Veja e Carta Capital sobre a operação Lava-Jato*, a qual identifica e analisa discursivamente os repertórios interpretativos da mídia sobre os escândalos de corrupção no caso da Lava Jato no período de 2014 a 2015 (GOMES, 2016). Citamos também o trabalho de Freitas (2017), *Corrupção na Lava Jato: desvio individual ou mal social? Uma análise das representações pela mídia na perspectiva da LSF*, que tem como propósito investigar as representações do termo corrupção no contexto da Operação Lava Jato, por meio de análise contextual, léxico-gramatical e semântico-discursiva, baseando-se em vários linguistas, como Halliday (FREITAS, 2017). Assim, os trabalhos de Cruz (2016), Gomes (2016) e de Freitas (2017) nos auxiliam a entender o papel da mídia no que tange a anunciar as notícias das prisões, conduções coercitivas e delações de empresários e políticos.

Ao tratarmos do contexto socio-histórico da Lava Jato, não podemos deixar de mencionar os sujeitos envolvidos, já que vários nomes de procuradores e políticos apareciam diariamente nos meios comunicativos. Então, para tratarmos desses sujeitos, buscamos também trabalhos que discorrem sobre os envolvidos na Operação Lava Jato. Assim citamos o estudo de Venturini (2017), intitulado *Democracia, Estado e combate à corrupção no pensamento político e judiciário de Sergio Fernando Moro*, no qual analisa a formação do pensamento

político do juiz federal Moro a partir de quatro artigos escritos pelo magistrado, como também a tradução do trabalho de um promotor estadunidense no período em que Moro se tornou juiz especializado em casos de crime organizado, corrupção e lavagem de dinheiro (VENTURINI, 2017). Também temos, para entendermos a construção midiática desses sujeitos, o trabalho de Rosa (2018), *O discurso político no Poder Judiciário e seus efeitos no sentido de democracia*, em que analisa, com base na Análise do Discurso pecheutiana, as condições de produção e os efeitos de sentido da sentença prolatada por Sérgio Moro – enquanto sujeito do Poder Judiciário brasileiro, do caso de maior repercussão jurídica e política da operação Lava Jato, qual seja, a prisão do sujeito político Luiz Inácio Lula da Silva (ROSA, 2018). Por fim, citamos o trabalho de Gerk (2020), intitulado *Jornalismo na Era dos Testemunhos e as mudanças nas práticas jornalísticas no século XXI: o caso Lava Jato*, no qual a autora analisa o tratamento midiático dado às delações da Operação Lava Jato, as quais tiveram impactos profundos no país, incluindo o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (GERK, 2020). Esses trabalhos citados nos auxiliam a entender a Operação Lava Jato para, mais à frente, conseguirmos analisar os nomes dados aos seus desdobramentos e fases.

Entendemos que nossa pesquisa também se justifica pela sua relevância social, pois essas operações desempenharam papel relevante na história política e econômica nacional e ganharam caráter de espetáculo nas mídias, que exploraram esses processos, visando entreter e persuadir os seus interlocutores. Desse modo, é olhando para a materialidade em que se encontram e funcionam os nomes próprios das operações e questionando a transparência de sentidos a partir da qual eles são divulgados na mídia, que pretendemos verificar como se dão as nomeações.

Assim, para melhor entendimento e desenvolvimento de nossa análise, nosso trabalho compreende a seguinte estrutura: além desta primeira seção introdutória, na qual apresentamos os aspectos gerais da pesquisa realizada, na segunda seção, discutimos a teoria bakhtiniana e os conceitos que subsidiam nossa pesquisa. Posteriormente, na terceira seção, voltamos brevemente o nosso olhar para o contexto socio-histórico não só da Operação Lava Jato, mas também o percurso histórico do petróleo no Brasil e no mundo até o início dessa operação e suas fases deflagradas. Em seguida, na quarta seção, analisamos os nomes das operações, discutindo a responsividade deles com os fatos ocorridos, a interlocução da produção desses nomes e o universo ideológico presente neles, entendendo-os como signos ideológicos. Na quinta seção, nossas considerações finais, apresentamos nossa conclusão sobre os aspectos levantados e discutidos ao longo do trabalho, bem como sobre as análises realizadas.

2. ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Nesta segunda seção, apresentamos reflexões acerca de conceitos que Bakhtin e seu Círculo desenvolveram sobre a linguagem, a fim de nos basearmos teórico-metodologicamente em tais concepções para o desenvolvimento de nossa análise. Começamos discutindo as concepções de Bakhtin sobre dialogismo e relações dialógicas para abordarmos outros conceitos como cronotopo, linguagem, ideologia, enunciado, sujeito, campos de atividade humana, interlocutor e responsividade, pois os consideramos fundamentais para o entendimento dos nomes das operações, já que os tomamos como signos ideológicos.

Na sequência, refletimos sobre a natureza dos nomes e dos nomes próprios, procurando ultrapassar a visão comumente colocada por determinados autores, gramáticos e linguistas, que os definem apenas por sua função vocativa ou referencial. Nas gramáticas tradicionais, por exemplo, os nomes próprios são colocados como uma subclassificação dos nomes substantivos (cf. CUNHA, 1986; FARACO; MOURA, 1999). Esse encaminhamento, portanto, parte da discussão dos nomes próprios e suas construções de sentidos na história para, então, esboçarmos seu aspecto ideológico, entendendo-os como signo ideológico.

2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O DIALOGISMO

Para iniciarmos nossa reflexão teórica, partimos da noção de dialogismo bakhtiniano, visto que a palavra *dialogismo* advém da metáfora do *diálogo*, a qual representa uma comunicação das personagens em discursos, assim como uma interação face a face. Todavia, a metáfora do diálogo, enquanto interação entre sujeitos, é usada apenas para explicar a noção de dialogismo, visto que se trata do diálogo em vários níveis diferentes, incluindo aqueles entre inúmeros discursos e vozes sociais⁷.

Interessado na compreensão estrutural do diálogo, Bakhtin (2012) propõe a noção de dialogismo como produto histórico, caracterizado cultural e socialmente. O autor apresenta o diálogo como espaço de embates, lutas sociais, assimetrias que refletem e refratam os aspectos da interação verbo-social. O diálogo é um espaço em que esses embates podem ser acolhidos e/ou repensados, contribuindo na compreensão da realidade social. Dessa forma, Bakhtin (2012, p. 117) afirma:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-

⁷ Com base em Bakhtin (2011), temos a ideia de vozes sociais como os diferentes posicionamentos, pontos de vista, posturas ideológicas em um enunciado.

se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.

A partir desse entendimento, o diálogo não envolve apenas o locutor ou o interlocutor da mensagem, mas os aspectos básicos e constantes da recepção ativa do discurso do *outro*, que é fundamental na constituição do diálogo. Para o Círculo de Bakhtin, essa metáfora é adotada para representar a dinamicidade do universo da cultura. A orientação dialógica é vista como:

[...] um fenômeno próprio a todo discurso. [...] o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 88).

Em outras palavras, a presença do discurso do *outro* no discurso do *eu* é um dos primeiros elementos que caracterizam o dialogismo. Os discursos estão ligados a discursos já enunciados, formando uma cadeia que os interliga e os relaciona. As relações dialógicas florescem entre categorias lógicas e alcançam toda espécie de enunciado, na comunicação discursiva, desse jeito,

[...] dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, [...], no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos (ainda que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista, etc.). (BAKHTIN, 2011, p. 331).

Percebe-se, dessa forma, que há relações entre enunciados, uma dialogicidade, tal qual propomos para os nomes das operações da Lava Jato em nossa pesquisa. Isto é, antes da concretização do enunciado, há outros enunciados que vêm dos outros e estão todos vinculados. Mas, para além disso, o dialogismo abrange internamente a palavra, ou seja, o discurso está mergulhado em valores e definições, múltiplos caminhos e vozes sociais, sendo forças que influenciam o falante ao enunciar. Para Faraco (2009):

Assim, o diálogo, no sentido amplo do termo [...], deve ser entendido como um vasto espaço de luta entre vozes sociais [...], no qual atuam **forças centrípetas** (aquelas que buscam impor certa centralização verboaxiológica por sobre o plurilinguismo real) e **forças centrífugas** (aquelas que corroem continuamente as tendências centralizadoras, por meio de vários processos dialógicos tais como a paródia e o riso de qualquer natureza, a ironia, a

polêmica explícita ou velada, a hibridização ou a reavaliação, a sobreposição de vozes etc.). (FARACO, 2009, p. 70, grifos do autor).

A partir desse entendimento de Faraco (2009), podemos compreender que as relações dialógicas são espaços de tensão entre enunciados. Portanto, o dialogismo se constitui como uma das formas do discurso, no qual as relações estabelecidas entre diferentes enunciados e a construção de sentidos são compartilhadas por distintas vozes.

Como afirma Fiorin (2006), o dialogismo evidencia o modo de funcionamento real da linguagem e é constitutivo do enunciado (FIORIN, 2006, p. 24). Em outras palavras, esse princípio unifica a teoria bakhtiniana, pois sem ele não há enunciação e, muito menos, interação.

Sabemos que os nomes das operações da Lava Jato têm suas origens em outras épocas e são até mesmo usados em outros contextos do emprego da língua. Compreende-se, assim, que esses signos já foram ditos e constituídos ideologicamente em um passado, porém são retomados e ressignificados pela Polícia Federal.

Bakhtin (2011) evidencia que o discurso tem natureza dinâmica em que todos os enunciados estabelecem relações com outros enunciados, influenciando e sendo influenciados por outras produções discursivas. Nesse pensamento, levando em consideração nossos objetivos, a produção discursiva dos nomes das operações remete a enunciados ditos em outros tempos e, o ato de nomear uma operação de tal forma, faz com que os nomes estabeleçam relações com enunciados em outros gêneros discursivos e de outros campos de atividade humana⁸. Assim, quando o jornalista noticia os acontecimentos de cada operação, ele é influenciado pelo nome dela, dando um destaque na explicação do porquê desse nome.

A partir das ideias de Bakhtin, entendemos que o dialogismo é inerente à linguagem humana, sendo a construção dos sentidos um percurso coletivo. Desse modo, as relações dialógicas podem ser percebidas como índices sociais de valor, que necessitam, para sua consecução, que materiais linguísticos ou signos tenham adentrado a esfera do discurso, tenham sido convertidos em enunciados proferidos por sujeitos sociais, assegurando relações de sentido que permitam uma formulação de resposta. Assim, as nomeações das operações da Lava Jato não só permitem uma formulação de resposta, como constituem-se, a nosso ver, a partir da teoria bakhtiniana, como atos responsivos a discursos outros, inclusive aos dos crimes investigados.

⁸ Nesta dissertação, utilizaremos o termo “campo” em vez de “esfera”, já que, como explicita Oliveira (2012), “[...] algumas traduções, em outras línguas, ainda trazem o termo esfera. A recente retradução no português substitui o termo por campo. [...]. Vamos seguir com a opção pelo último, pela própria leitura de Bakhtin (2003)”. (OLIVEIRA, 2012, p. 172).

Os enunciados estão estabelecidos em um cronotopo e dialogam a todo momento com outros cronotopos. Assim, a relação tempo e espaço é um elemento indissociável, sendo marca constituinte na produção enunciativa, visto que a relação *eu* com o *outro*, ou seja, a interação, está ligada ao cronotopo.

A palavra *cronotopo* é resultado da junção de duas palavras em grego: *krónos*, que significa tempo e *topos* que significa espaço, portanto, cronotopo significa tempo-espaço. A noção de cronotopo surge das leituras de Bakhtin sobre Kant e de Ukhtomski, sendo de Kant, a pertinência do espaço e do tempo como categorias primárias da percepção, ou seja, as realidades da forma imediata; de Ukhtomski, por sua vez, Bakhtin nota a concepção do caráter imediato do espaço e do tempo na experiência humana, assim, ele diz que “[...] a representação do tempo une-se à do espaço como uma metáfora que se faz real” (BAKHTIN, 2002, p. 258).

Portanto, Bakhtin demonstra que essas relações unem a percepção que o homem tem do mundo, forjando um modelo semiótico além do mundo da narrativa. Segundo Bakhtin (1998):

[...] no cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico. (BAKHTIN, 1998, p. 211).

Notamos que a concepção de tempo, para Bakhtin, traz em si a concepção de homem, sendo que, em cada momento novo, tem-se um homem novo (OLIVEIRA; FREIRE, 2011, p. 2). Ainda, o tempo é o elemento responsável pela ordem interna das ações, enquanto o espaço trabalha com o exterior, por onde a ação perpassa. O tempo possui um poder produtivo e criador, visto que ele dá forma e sentido às coisas existentes (BAKHTIN, 1998).

Abordada por Bakhtin (1998) no universo artístico-literário, há a possibilidade de pensar que essa noção tempo-espaço pode ser entendida como uma refração histórico-social internalizada, como uma perspectiva axiológica, visto que, conforme Oliveira e Freire (2011):

O cronotopo é um ponto de observação único, irrepetível no tempo, a partir do qual o sujeito observa o seu objeto. São duas as consequências do cronotopo. A primeira é que o “horizonte próprio” do “eu cognoscente” varia no tempo, implicando um conhecimento inacabado, uma consciência que é sempre um vir-a-ser. A outra é que os cronotopos de dois sujeitos que observem o mesmo objeto não são intercambiáveis: eles nunca partilharão o mesmo horizonte (OLIVEIRA; FREIRE, 2011, p. 6).

Dessa forma, para Bakhtin (1998), o cronotopo é uma categoria constitutiva, a qual apresenta a ligação fundamental das relações espaciais e temporais representadas nos textos. Dado isso, entendemos que a Operação Lava Jato se situa em um tempo e um espaço específicos, dessa forma, tal noção nos auxilia a compreender esse tempo-espaço em que a operação se localiza, além de estabelecer relações com tempos passados e espaços outros.

Situada também em cronotopo, a linguagem é entendida pelo Círculo como mecanismo da interação verbal, um processo contínuo e mutável, dessa forma, ela se manifesta como um instrumento dialógico nas relações sociais (KRAEMER; LUNARDELLI; COSTA-HÜBES, 2020). A partir dessas relações sociais, Voloshinov (1976) entende que a língua é “[...] produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que gerou” (VOLOSHINOV, 1976, p. 141). Assim, a língua é constituída por vozes sociais, as quais dialogam constantemente, tanto de forma dialética quanto responsiva (concordando ou discordando), a relacionar-se dialogicamente com outros discursos que representam semioticamente o mundo (KRAEMER; LUNARDELLI; COSTA-HÜBES, 2020).

Nesse entendimento, Faraco (2009) complementa que:

[...] aquilo que chamamos de língua não é só um conjunto difuso de variedades geográficas, temporais e sociais [...]. Todo esse universo de variedades formais está também atravessado por outra estratificação, que é dada pelos índices sociais de valor oriundos da diversificada experiência sócio-histórica dos grupos sociais. Aquilo que chamamos de língua é também e principalmente um conjunto indefinido de vozes sociais. (FARACO, 2009, p. 57).

Dessa forma, o que chama a atenção de Voloshinov (1976) é a constituição da linguagem por meio de signos ideológicos, visto que a realidade concreta é parte inerente à língua e sua significação, ou seja, os elementos constituintes de significação estão relacionados no espaço-tempo (cronotopo) em uma unidade de sentido. Assim, os valores sociais se refratam na língua, propriamente dito, no enunciado, logo, no plano da criação ideológica. Então, a linguagem, constituída nos processos de interação entre *eu* e o *outro*, torna-se responsável pela construção discursiva da realidade. Voloshinov (1976) comenta que os signos refratam e refletem a nossa realidade, assim, o sentido é construído a partir das relações entre interlocutores em diversas manifestações discursivas.

Bakhtin (2016) afirma que todo enunciado é o produto de interação entre dois ou mais sujeitos socialmente organizados, realizando-se em sua totalidade discursiva. Logo, também é composto pelos *signos*, que são totalmente ideológicos, orientando-se através da consciência

individual, refletindo e refratando outra realidade, frutos da criação ideológica. A ideologia, para o Círculo, conforme Faraco (2009):

[...] é usada, em geral, para designar o universo dos produtos do “espírito” humano, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura imaterial ou produção espiritual [...]; e, igualmente, de formas da consciência social [...]. Ideologia é o nome que o Círculo costuma dar, então, para o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais [...]. (FARACO, 2009, p. 46, grifos do autor).

A partir desse entendimento de ideologia, Medviédev (2012) comenta que:

[...] o meio ideológico é a consciência social de uma dada coletividade, realizada, materializada e exteriormente expressa. Essa consciência é determinada pela existência econômica e, [...], determina a consciência individual de cada membro da coletividade. (MEDVIÉDEV, 2012, p. 57).

Dessa forma, a ideologia é uma elaboração social exercida pelos campos de atividade humana, sendo constituição plural dos seres humanos que representa a multiplicidade de setores de produção imaterial. Para Volóchinov (2018), a ideologia se organiza em dois principais graus: a *ideologia do cotidiano*, em que se encontram o senso comum sem qualquer sistematização, visto que esse funcionamento serve de base para outros eixos ideológicos mais complexos; e a *ideologia dos sistemas superiores*, sendo sistemas ideológicos constituídos correspondentes aos campos da criação ideológica, ou seja, a religião, a ciência, a arte, a moral etc.

O produto ideológico faz parte de uma realidade, mas ele também reflete e refrata uma outra realidade, a qual é exterior a ele (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 31). Os autores complementam que todo “signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). [...] Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.*” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 33). Portanto, ao entender essa noção, percebemos que o sentido possui um caráter ideológico e situa-se fora de si mesmo, isto é, há uma dupla materialidade do signo, sendo a primeira o *sentido físico-material*, a palavra em si escrita ou verbalizada mais o *sentido socio-histórico*, a construção de sentidos sociais que o atravessam historicamente e que juntos formam o ponto de vista. Assim, como Miotello (2012) comenta, o signo representa a realidade desde uma posição valorativa, classificando-a como boa ou má, positiva ou negativa, fazendo o signo coincidir com o domínio ideológico.

Sobre essa dimensão avaliativa, temos o entendimento de que a valoração é um ato regular e essencial socialmente estabelecido e apoia-se no cronotopo, o qual é o elemento constitutivo da comprovação da valoração e se manifesta na língua, assim, perceberemos quais valores são resgatados por meio da enunciação. Em outras palavras, cabe nessa dimensão os *juízos de valor*, a *entonação* empregada no enunciado e o *contexto extraverbal* estabelecido. Voloshinov (1976) afirma sobre a situação extraverbal:

A espécie de caracterizações e avaliações de enunciados pragmáticos, concretos, que comumente fazemos são expressões tais como “isto é mentira”, “isto é verdade”, “isto é arriscado dizer”, “você não pode dizer isto”, etc. Todas essas avaliações e outras similares, qualquer que seja o critério que as rege (ético, cognitivo, político, ou outro) levam em consideração muito mais do que aquilo que está incluído dentro dos fatores estritamente verbais (lingüísticos [sic]) do enunciado. Juntamente com os fatores verbais, elas também abrangem a situação extraverbal do enunciado. (VOLOSHINOV, 1976, p. 4).

Os juízos de valor, por sua vez, são atos sociais e essenciais para o entendimento da enunciação, pois eles são os aspectos sociais considerados fundamentais para a vivência de uma sociedade e a comunhão desses julgamentos básicos de valor presumido constitui a tela sobre a qual a fala humana desenha os contornos da entonação. Ela, a entonação, caracteriza-se por estabelecer um elo firme entre o discurso verbal e o contexto extraverbal.

Portanto, um enunciado jamais será neutro, sempre apresentará posições discursivas, ideologias e valorações por parte dos enunciadores. Volóchinov (2018) afirma que todo falante, ao realizar um enunciado, adequa suas palavras aos enunciatários, isto é, estabelece seu enunciado através de um *horizonte social* dirigido por ideologias, ciências, crenças, leis, classes e diversas particularidades do contexto socio-histórico. Tal enunciatador também se constitui por meio de seu *auditório social*, ou seja, seu mundo interior ideológico que orienta os pensamentos, argumentos, posições, etc.

Ressaltamos, ainda, que Bakhtin e Volochínov (2014, p. 32) afirmam que o “domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes”, então, nessa concepção, entendemos que todo enunciado tem uma dimensão avaliativa, expressando um posicionamento social valorativo, ou seja, todo enunciado é sempre ideológico (FARACO, 2009, p. 47).

Com isso, Volóchinov (2018) ainda infere que todo enunciado possui uma *avaliação social*, que se refere a uma entonação expressiva do diálogo, que determina a escolha e a formação histórica dos elementos significantes do discurso. Assim, um diálogo resulta num *ato*

bilateral, de quem enuncia e para quem é dirigido, o que nos remete a ideia de interação, que discutiremos a seguir.

O *enunciado* é, para Bakhtin, de natureza social, ou seja, Bakhtin considera, como vimos mostrando, que a língua é um fato social, assim ele assume uma posição filosófica marxista que lhe dá suporte para tratar a enunciação como realidade da língua e estrutura socioidológica, que reflete as condições e finalidades específicas da sociedade (FIORIN, 2006). Portanto, a enunciação se caracteriza pelo uso da linguagem em diversos campos da atividade humana.

Assim, entendemos que a língua é o fruto da interação social entre distintos sujeitos, sejam eles: *sujeito* com outro *sujeito*; o *sujeito* consigo *próprio* (atitude responsiva inicial consigo próprio); *sujeito* com o *escrito*; *sujeito* com *objetos não-verbais*; *sujeito* com *objetos* (DIAS, 2020). A interação é o elemento primário do dialogismo e este se revela como uma constante troca com o outro, na qual um enunciado é apenas um elo numa cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo, ou seja, como pontuam Bakhtin e Volochínov (2014), todo enunciado, mesmo que seja escrito e finalizado, responde a algo e orienta-se para uma resposta e é percebido na formação daquela esfera ideológica da qual é elemento indissolúvel.

Portanto, adotamos a noção de enunciado como emprego da língua, da unidade real da comunicação verbal em que se encontram as mais diferentes formas de expressividade linguística. Em síntese, os enunciados são as unidades de interação entre os sujeitos axiologicamente posicionados e, dessa maneira, o ato de nomear uma operação cria um enunciado com o nome.

O Círculo tem a noção de sujeito como uma posição responsável pelos seus atos, sendo que ele se posiciona sempre em um eixo axiológico, configurando-se como uma orientação para compreender e interpretar práticas discursivas sociais e culturais, estando historicamente situado. Ainda, o sujeito pode ser entendido como agente, autor de enunciado, dessa forma, todo enunciado apresenta um posicionamento do sujeito, seja este individual, coletivo, presumido, explícito (OLIVEIRA, 2020, p. 49). Dessa forma, entendemos que o sujeito não é neutro e nem descentrado, mas ele sempre se coloca em um eixo axiológico. Portanto, essa noção de sujeito nos faz compreender como os envolvidos na Operação Lava Jato estão posicionados axiologicamente, interpretando práticas discursivas e respondendo aos enunciados produzidos.

Percebemos que os enunciados não estão soltos pela sociedade, mas, sim, organizados e intercalados em campos da atividade humana, que os campos da atividade humana englobam

vários gêneros intercalados entre si, apresentando um dialogismo entre eles (BAKHTIN, 2011, p. 263). Para Bakhtin (2011):

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana [...] cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2011, p. 290).

Além disso, Bakhtin (2016) reforça que os “[...] enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, [...], mas, [...] por sua construção composicional.” (BAKHTIN, 2016, p.11-12). Portanto, percebemos que o contexto socio-histórico e o campo da atividade humana, em que o sujeito está inserido, determinam a escolha do gênero discursivo.

Para Acosta-Pereira (2013), os campos de atividades humanas tipificam as situações de interação, estabilizam os enunciados que nelas circulam, sendo assim, os campos organizam e caracterizam as comunicações sociais neles presentes, bem como os gêneros organizam e caracterizam nossos discursos. Então, vemos os campos de atividade humana como fatores constituintes do enunciado e devem ser considerados em sua produção, o que nos leva a refletir sobre a organização dos nomes das operações, que surgem em campos diversos e são retomados e reorganizadas no campo jurídico. Contudo, os nomes não ficam apenas no campo jurídico, eles o extrapolam e chegam ao campo jornalístico-midiático, fazendo com que haja um dialogismo entre os campos.

Como já dito, o enunciado se forma entre dois sujeitos socialmente organizados, assim, para que haja enunciação, é necessário haver o interlocutor, ou seja, aquele para quem o enunciado é dirigido. Bakhtin e Volochínov (2014, p. 117) afirmam que a “palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”, assim, é na interação que a linguagem funciona. Em relação à nomeação das operações da Java Jato, os nomes atribuídos são endereçados a alguém em três possibilidades de manifestação: o *interlocutor-real*, aquele que é integrante ou não do mesmo grupo social, sendo o interlocutor concreto, a quem o nome (enunciado) é direcionado, ou seja, a própria Polícia Federal, já que os nomes são usados entre os policiais federais para se referirem e significarem suas ações; o *virtual*, aquele que se configura por constituir-se indiretamente, aquilo que Bakhtin chama de o “*outro* totalmente indefinido” (BAKHTIN, 2016, p. 63, *grifos do autor*), a quem indiretamente a operação se endereça, nesse caso é o Judiciário, pois é o órgão responsável por estabelecer as regras de

investigação e de julgamento; e o *superior*, entendido como aquele responsável por orientar a criação ideológica do grupo social e da época na qual o enunciado pertence, em outros termos, para quem o nome é orientado, isto é, a sociedade brasileira onde se encontra o campo jornalístico, dado o fato que é ela que é responsável por orientar a criação ideológica e, dessa forma, também influencia na criação dos nomes (DIAS, 2020, p. 133).

Ao receber o enunciado, o interlocutor ocupa-se de uma *compreensão ativamente responsiva*, que pode ser *ativa*, *silenciosa* ou de *efeito retardado*. Quando ocorre a *compreensão responsiva ativa*, o interlocutor entende o enunciado e pode concordar ou discordar (parcialmente ou totalmente). Com isso, ele pode completá-lo, aplicá-lo, prepará-lo para usá-lo em outros diálogos (BAKHTIN, 2011, p. 271). Por outro lado, na *compreensão responsiva silenciosa*, o interlocutor compreende o enunciado, mas tem uma reação não-verbalizada e abstrata. Por fim, na *compreensão responsiva de efeito retardado*, o enunciatário não responde ou não compreende o enunciado de imediato. Contudo, pontuamos que responsividade não é sinônimo de resposta e, sim, níveis de compreensão do enunciado, pois há uma necessidade do homem de autoexpressar-se, de objetivar-se e o papel do ouvinte marca uma posição perante esse ato do locutor. Assim, a compreensão responsiva se faz relevante nesse trabalho pois os Procuradores assumem uma compreensão ativamente responsiva aos crimes investigados e na decisão de caminho a se tomar para apurar outros possíveis delitos. Logo, os nomes dessas operações são respostas, refratando e refletindo condições específicas do contexto da Operação Lava Jato.

Dadas as bases teóricas bakhtinianas para o encaminhamento de nosso trabalho, passamos a discutir, pontualizando alguns estudos, a nomeação ao longo da história, para que possamos, ao final, compreender os nomes como signos ideológicos.

2.2. A COMPREENSÃO DE NOMES PRÓPRIOS AO LONGO DA HISTÓRIA: UM BREVE LEVANTAMENTO

O nome próprio, segundo o Dicionário Online de Português⁹, é um substantivo que distingue e identifica algo de forma específica, como uma pessoa, um lugar ou entidade geográfica, objetos físicos e/ou abstratos. Etimologicamente¹⁰, o *nome* provém do latim *nomen* e/ou do grego *onyma* ou *onoma*, ambos significam “palavra usada para identificar uma pessoa”;

⁹ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/nome/>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

¹⁰ Disponível em: <<https://origemdapalavra.com.br/pergunta/origem-da-palavra-nome/#:~:text=Resposta%3A,primeira%20est%C3%A1%20respondida%20logo%20acima.>>>. Publicado em 24 maio 2011. Acesso em: 2 jun. 2020.

já *próprio* vem do latim *proprius*, “privado, de si mesmo”, do qual também se origina a palavra *propriedade*. Quando o nome próprio se refere a uma pessoa também é chamado de *antropônimo*; quando se refere a um lugar ou acidente geográfico é chamado de *topônimo*.

Cotidianamente, as pessoas recebem como nome próprio um ou mais prenomes e um ou mais sobrenomes, ou mesmo apelidos de família. No entanto, esse ato de nomear cerca o homem desde os primórdios dos tempos antigos e, muitas vezes, o significado dos nomes dados é explicado apenas etimologicamente, assim, em muitas abordagens, seu valor sincrônico só se baseia na referenciação, deixando de lado sua ação significativa.

Dito isso, buscamos, neste momento, verificar o tratamento dos nomes e dos nomes próprios e sua função por alguns autores de três diferentes vertentes, procurando compreender, de forma geral, posições sobre a questão da nominalização, para que possamos demonstrar a possibilidade de seu funcionamento como signo ideológico. Mais detalhadamente, abordamos como a noção dos nomes era tratada por Platão (1950) na Antiguidade Clássica, por Frege (2009 [1892]) e Russell (1905; 1978; 2008) na Filosofia Analítica e por Guimarães (2002; 2018) numa perspectiva enunciativa materialista. Esse percurso nos embasa para propormos como os nomes próprios podem ser tratados a partir de escritos do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2016; BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014; VOLOSHINOV, 1976; VOLÓCHINOV, 2018; STELLA 2018), que, apesar de não debaterem especificamente os nomes próprios, podem, a nosso ver, serem usados para tal fim, já que há a possibilidade de perceber o nome enquanto signo ideológico em uma situação comunicativa dada.

2.2.1 Platão e o entendimento dos nomes próprios na antiguidade clássica

Platão, segundo Piqué (1996), um dos pensadores gregos mais famosos da Antiguidade, tratou da questão dos nomes em sua obra *Crátilo* (435 a.C. – 383a. C. [1950]), um célebre diálogo em que Sócrates é questionado por dois homens, Crátilo e Hermógenes, sobre se os nomes são convenções ou são naturais, ou seja, se a linguagem é um sistema de símbolos arbitrários ou se as palavras possuem uma relação intrínseca com as coisas que elas significam. Hermógenes é discípulo de Sócrates, enquanto Crátilo é um pensador de vertente heraclitiana.

Observamos na introdução dessa obra que Hermógenes expõe a Sócrates as posições defendidas: Crátilo defende que “cada coisa tem por natureza um nome apropriado, e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes” (PLATÃO, 1950, 383a), evidenciando, dessa forma, uma teoria naturalista dos nomes. A controvérsia se estabelece, pois Hermógenes entende que os nomes das coisas são estabelecidos por simples convenção humana, o que retira o pensamento natural e esclarece o artificial, e também deixa a relação

linguagem e mundo podendo ser entendida como verdadeira ou falsa. Hermógenes pensa os nomes enquanto partes de proposições verdadeiras, desse jeito, devem ser necessariamente verdadeiros (PIQUÉ, 1996).

Sócrates, por sua vez, examina a questão iniciando pela tese de Hermógenes e reduz a noção de arbitrariedade, ressaltando o caráter coletivo da convenção, opondo-se ao particular subjetivo (PIQUÉ, 1996, p. 172). Ademais, no diálogo, segundo Sócrates, “as coisas devem ser em si mesmas de essência permanente, não estão em relação conosco, nem na nossa dependência, [...], porém existem por si mesmas, de acordo com sua essência natural” (PLATÃO, 1950, 386d-e).

Para Platão, esse entendimento compõe a ordem fundamental do Mundo, uma organização permanente que impõe um limite à arbitrariedade da linguagem. Para Piqué (1996),

Essa arbitrariedade só se manifesta no que chamaríamos hoje de significante do signo lingüístico [sic]. O *onoma* [...] é instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las de acordo com sua natureza, pois só enquanto de alguma forma ligada ao Mundo, a linguagem, sendo uma *techne*, poderá operar sobre ele. (PIQUÉ, 1996, p. 173).

Assim, configura-se a crítica de Platão à teoria convencionalista, porque, com essa arbitrariedade, qualquer utilização da filosofia da linguagem estaria excluída (PIQUÉ, 1996), então, Platão comenta em *Crátilo* que os nomes das coisas provêm de sua própria natureza.

Para continuar o diálogo, Sócrates manda seu discípulo procurar um sofista para aprender com exatidão a questão dos nomes e, dessa maneira, Hermógenes examina os poemas homéricos. Nesses poemas, os nomes são distinguidos em nomes dados por deuses e nomes dados por homens. Feito isso, a atenção do diálogo volta-se para os nomes primitivos, pois são considerados *mimesis vocal* da coisa imitada. Nesse momento, segundo Piqué (1996), Sócrates começa a aplicar o princípio de que todo indivíduo deve receber o nome do gênero que lhe compete para que seja correto, justo. Sendo assim, a explicação etimológica, diacrônica, é prolífera, mas decepcionante, pois muitos nomes são explicados por recursos sensíveis. Dessa forma, Platão lança sua crítica dizendo que:

[...] parece [...] que os homens de antigamente quando estabeleceram os nomes, se encontravam em uma situação idêntica a maioria dos sábios do nosso tempo, os quais, à força de andar à roda para investigar a natureza das coisas, acabam tomados de vertigem, acreditando que são as próprias coisas que giram e que tudo mais ao redor deles é pelo mesmo teor. [...] que nada é estável e permanente, e que tudo passa e se movimenta, e se encontra em permanente estado de modificação e geração. (PLATÃO, 1950, 411b-c).

Por fim, Platão faz uma crítica à teoria naturalista, retomando algumas teses, como: i) “a correta aplicação dos nomes consiste em mostrar como é constituída a coisa” (PLATÃO, 1950, 428d), já que a criação dos nomes implica erros de julgamento, o que introduz a falsidade das palavras, ou seja, eles podem ser ou falsos ou verdadeiros e a convenção é uma tarefa inevitável a qual completa a relação parcial natural com a coisa nomeada; ii) “a enunciação dos nomes tem por finalidade a instrução sendo único método verdadeiro”, o que, para Platão, não pode ser verdadeiro, pois, primeiro, há uma convencionalidade arbitrária nos nomes e, depois, se houve um erro na criação, todo desenvolvimento está comprometido (PIQUÉ, 1996).

Então, entende-se que os nomes são convenções, mas há problemas em definir se eles se referem às coisas ao invés de representar a essência dos objetos ou se sua função seria classificativa. Portanto, Platão considera razoável chegar-se à conclusão de que não é por intermédio dos nomes que se deve conhecer ou estudar as coisas, mas por meio delas mesmas.

Piqué (1996) comenta que, nessa controvérsia, Platão se posiciona na contraposição da oscilação entre dois extremos da teoria grega da linguagem: em uma polaridade há uma extrema confiança de que o nome diz a verdade, posição defendida pelo pensador Heráclito; e na outra polaridade, a desconfiança de que os nomes são nada mais do que nomes (Parmênides, Demócrito e sofistas), identificando linguagem, opinião e verdade (PIQUÉ, 1996, 179-180).

A partir desse diálogo, podemos concluir que os nomes para os antigos gregos eram dados tanto por natureza quanto por convenção. Outra compreensão que podemos tirar do *Crátilo* de Platão é a noção de que os nomes são a essência do dizer e que há na linguagem propriedades as quais permitem ao mesmo tempo a enunciação do verdadeiro e do falso.

A discussão sobre os nomes não se restringe ao pensamento grego e ganha novos contornos na filosofia analítica, como vemos a seguir.

2.2.2 A compreensão dos nomes pela filosofia analítica

Entre os séculos XIX e XX, a filosofia sofre uma remodelação chamada de virada linguística e passa a ser considerada como, basicamente, um método lógico de analisar os pensamentos. Posteriormente, com os autores do Círculo de Viena¹¹ e os positivistas lógicos¹²,

¹¹ O Círculo de Viena (em alemão *Wiener Kreis*) foi o nome como ficou conhecido um grupo de filósofos que se juntou informalmente na Universidade de Viena, de 1922 a 1936, com a coordenação de Moritz Schlick. Também foi chamado de “Sociedade Ernst Mach” (*Verein Ernst Mach*), em homenagem a Ernst Mach (Stanford Encyclopedia of Philosophy). Em reuniões semanais, procuravam reconceitualizar o Empirismo a partir das novas descobertas científicas e demonstrar as falsidades da Metafísica. Suas atividades cessam quando Schlick é assassinado por um fanático nazista em 1936. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/o-circulo-viena-inicio-filosofia-contemporanea-ciencia.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

¹² Positivismo lógico foi um movimento da filosofia ocidental cuja tese central foi o princípio da verificação (também conhecido como o critério de verificabilidade do significado). Também chamada de verificacionismo,

a filosofia começa a ser vista como método de análise da ciência, ou ainda uma tentativa de descrever conceitos que construíram o esquema conceitual. Dessa forma, teve início a filosofia analítica.

Os principais autores em que se ancoram os trabalhos da filosofia analítica de caráter linguístico são Gotlob Frege (1848-1925) e Bertrand Russell (1872-1970). A principal preocupação, nesse momento, é a relacionar o significado pela noção de verdade e que espécie de coisa é o valor semântico dos nomes próprios. Vemos a seguir as contribuições desses filósofos para o estudo dos nomes próprios.

2.2.2.1 As contribuições de Frege

A proposta de Frege (2009 [1892]) visa solucionar os problemas da filosofia da linguagem, em relação ao sentido das frases, nomes próprios e predicado usando a lógica. Para tanto, ele propôs a noção de referência (*bedeutung*), ou seja, as expressões linguísticas não somente estabelecem uma relação de referência com o mundo, mas também com o sentido (*sinn*). Logo, Frege procura entender que, se o significado é representacional, a expressão se refere ao que ela significa, seu *denotatum* ou referente (MENDONÇA, 2018).

Frege, no seu intento, difere sentido e referência, tornando uma grande contribuição para a teoria do significado em sentido amplo (MENDONÇA, 2018). Assim, para ele, a referência alude à entidade extralinguística na qual a expressão linguística (frase, nome próprio e predicado) está associada. Ademais, o sentido é aquilo em que está contido a maneira pela qual o indivíduo é exposto pelo nome. Em uma concepção mais estrita, o sentido é uma característica constitutiva do valor semântico, sendo a referência uma condição que o objeto deve atender para ser o referente de uma expressão.

Segundo Mendonça (2018), Frege, inicialmente, examinou a distinção de sentido e referência em nomes próprios para depois aplicar em sentenças. Logo após, sua distinção recaiu em nomes próprios e nomes comuns. Mendonça (2018) comenta que:

É natural distinguir-se nomes próprios e nomes comuns pelo fato de estes invocarem uma qualidade comum a muitos, enquanto os nomes próprios, no uso particular que dele é feito por um falante, designa algo ou alguém, mas não uma propriedade comum a muitos. [...] Assim, é dito que o uso do nome próprio distingue e especifica algo. O problema que incomoda é como o nome próprio cumpre essa função e se essa função é suficiente para a determinação

essa teoria do conhecimento afirmava que apenas as declarações verificáveis através da observação direta ou da prova lógica são significativas. A partir do final da década de 1920, grupos de filósofos, cientistas e matemáticos formaram o Círculo de Berlim e o Círculo de Viena, que, nessas duas cidades, proporiaram as ideias do positivismo lógico. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/positivismo.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

de seu valor semântico, posto que se afigura correto afirmar que a explicação completa de um nome precisa observar outras propriedades além da referência. Deve-se compreender então que, o que está na origem da semântica do nome próprio é o modo particular do objeto se apresentar como referente, isto é, o sentido. (MENDONÇA, 2018, p. 86).

Para exemplificar tal pensamento, recorreremos a um exemplo baseado em Frege (2009 [1892]):

(a) *Silvio Santos é Silvio Santos.*

(b) *Silvio Santos é Senhor Abravanel.*

Vemos que estes dois enunciados são diferentes aparentemente. A sentença (a), lembrando da ideia que significado é a relação de referência, tem o valor de x como um valor referencial *Silvio Santos*. Portanto, na sentença (a) temos $x=x$, sendo que o verbo *ser* tem nesse contexto a função de equivalência de expressões, ou seja, aqui temos uma tautologia, porque é afirmado que aquele objeto é igual a si mesmo. Em (b), temos duas expressões: *Silvio Santos* e *Senhor Abravanel*. Na segunda há uma referência no mundo, que é um apresentador de televisão e empresário brasileiro, que possui mais de sessenta anos de carreira, é dono da emissora de televisão SBT e da empresa de cosméticos Jequití. Por outro lado, a sentença (b) transmite um acréscimo de sentido diferente, porque a expressão *Silvio Santos* aponta um sentido o qual é um nome artístico que se tem do apresentador, então temos x . Mas, ainda há outra expressão nesta mesma sentença, *Senhor Abravanel*, que é realmente o nome de registro do apresentador e empresário, portanto temos y . Continuando a noção do verbo *ser*, de equivalência de expressões, conclui-se que $x=y$.

Cançado (2012, p. 98) diz que essa equação mostra duas maneiras que se apresentar um mesmo objeto no mundo. Essa relação das sentenças (a) e (b) demonstra a noção de identidade de Frege, ou seja, o conteúdo cognitivo das sentenças são as mesmas: *Silvio Santos é Silvio Santos*. Rodrigues Filho (2009) comenta que se a identidade fosse somente uma relação entre os objetos, todas as sentenças de identidade seriam equivalentes, ou seja, $x=x$. Assim, o sentido é a maneira de apresentação do referente e determina a referência (MENDONÇA, 2018).

Frege (2009 [1892]) entende que os nomes próprios necessitam de um sentido e uma referência definida para exercer sua função semântica nos enunciados nos quais aparecem. Todavia, o filósofo complementa que uma sentença terá somente o valor de verdade quando todas as suas partes constitutivas têm referência. Se não houver uma referência em alguma parte da sentença, não terá como determinar um valor de verdade nela, como veremos a seguir:

(c) *Aragorn é o rei de Gondor.*

Logo, não é possível afirmar o valor de verdade dessa sentença (c), pois *Aragorn* é um personagem fictício. Sendo uma sentença da ficção, aqui o que interessa, para Frege (2009 [1892]), é somente o seu sentido. A conclusão dele é que as sentenças têm sentido e se partes dela tiverem referência, a sentença completa tem referência e, conseqüentemente, tem valor de verdade.

Dessa forma, lidar com a questão de referência é um problema, pois não contempla alguns fatores sobre o conhecimento semântico. Cançado (2012) aponta algumas questões que não são trabalhadas pela abordagem referencial: “[...] a representação mental, as metáforas, os papéis temáticos, o uso da língua, a intenção do falante etc.” (CANÇADO, 2012, p. 101), logo, sua análise não pode ser aplicada na linguagem de forma geral e, quanto aos nomes próprios, o sentido é atribuído, mas com a questão da referência, o valor de verdade é prejudicado, visto que o nome só funcionaria se apresentar um objeto no mundo.

Com base em Araújo (2004), podemos dizer que Frege passa a maior parte de seu ensaio analisando as exceções que podem ocorrer com sua teoria referencialista e de que a referência de uma sentença é o seu valor de verdade. Rodrigues Filho (2009) comenta que talvez por Frege ter feito isto em seu ensaio, a sua teoria a princípio deva ter-lhe parecido estranha. Por fim, o autor ainda comenta que a teoria do filósofo alemão procura apresentar como a linguagem funciona, mas que a teoria, não seu método de análise, pode ser aplicada a uma análise do funcionamento da linguagem em geral. Em oposição à tese de Frege (2009 [1892]), levanta-se a teoria descritivista de Russell.

2.2.2.2 O descritivismo de Russell e a questão dos nomes próprios

Bertrand Russell (1872-1970) foi um dos mais influentes matemáticos, filósofos e lógicos que viveram no século XX. Foi um popularizador da filosofia analítica, respeitado por inúmeras pessoas como uma espécie de profeta da vida racional e da criatividade.

Russel (1905) tratou da questão dos nomes próprios, baseando-se nas concepções de Frege (2009 [1892]), mas se diferenciou delas em pontos importantes. Em seu ensaio *On Denoting* (1905), o pensador britânico propôs que as descrições definidas não poderiam fazer parte da categoria dos nomes próprios e isso fez com que o compromisso com o objeto de

referência não fosse primordial. Ele definiu os nomes próprios comuns¹³ como descrições truncadas ou abreviaturas de descrições (MENDONÇA, 2018, p. 91).

Desse modo, para Russell (1978), o nome próprio, em seu entendimento estrito, é uma expressão referencial por excelência, assim, o nome é introduzido quando se anseia individualizar ou indicar um dado objeto com o qual se está em contato direto (RUSSELL, 1978, p. 71). Ademais, essa condição possibilita distinguir o nome próprio de uma descrição definida. Contudo, é possível nomear um objeto inexistente, como por exemplo, a suposta colisão entre o Planeta Terra e um objeto planetário desconhecido e supostamente existente, nomeado de *Nibiru*.

Esse exemplo aponta que os nomes podem falhar ao corresponder a um objeto apropriado o qual se tem contato. Por outro lado, a introdução de nomes para objetos não-familiarizados corresponde ao princípio russelliano de descrição. Então, é possível tratá-los do mesmo modo das descrições definidas, em seu modo quantitativo. Vejamos a seguir:

(d) *Nibiru é maior que a Terra e irá se colidir com ela.*

A partir do enunciado (d), podemos tirar algumas conclusões: (1) Nibiru é um algo que viaja pelas galáxias; (2) esse algo é maior que outro Planeta, a Terra; (3) esse algo irá se colidir com a Terra em algum momento. Desse modo, percebemos que as condições de verdade estão estabelecidas logicamente, ou seja, mesmo o Planeta Nibiru não tendo sua existência comprovada, essa sentença pode ter seu valor de verdade e não referir, diferente do que vimos em Frege (2009 [1892]). Mendonça (2018) complementa que:

[...] o caráter proposicional da sentença se expressa através da sua forma lógica, isto é, somente a forma lógica das sentenças acerca do inexistente, pode dizer do que não é que não é, ou seja, manifestar um valor de verdade, o falso. A forma gramatical é ineficiente nesse aspecto. (MENDONÇA, 2018, p. 92).

Assim, para Russell (1978), a epistemologia é um fator pertinente para a compreensão do seu descritivismo semântico. Visto isso, o autor comenta que:

[...] quando há algo com o que não estamos em contato imediato, mas do qual temos apenas definições por frases denotativas, então a proposição na qual essa coisa é introduzida por meio de frases denotativas não contém realmente

¹³ Ao usar o termo “nomes próprios comuns”, Russell (1978) refere-se aos nomes próprios que são comumente usados. Em Russell (1978, p. 71) é asseverado: “[...] os nomes que comumente usamos como ‘Sócrates’ são realmente abreviações para descrições; não somente isso, mas o que eles descrevem não são particulares, mas complicados sistemas de classes ou séries.”

essa coisa como constituinte, mas contém, ao invés disso, os constituintes expressos por muitas palavras da frase denotativa. (RUSSELL, 1905, p. 492).

Desse jeito, ele afirma que não é possível nomear o que quer que seja na falta de um contato direto, se não é possível um contato direto, as descrições definidas concernem ao conhecimento que se tem de algumas propriedades do objeto. Portanto, Russell (1978) conclui que os nomes, em sentido estrito lógico, restringem-se às expressões demonstrativas “isto” ou “aquilo”. Então, isso sugere que descrições definidas introduzem objetos indiretamente no discurso, descrevendo-os.

O caso de expressões como “Platão”, “Pedro”, enfim, no caso dos nomes próprios, não apreendemos diretamente o objeto a que se está direcionando quando se usa essas expressões. Por meio dessas expressões, o objeto é introduzido no discurso por descrição definida. Por exemplo, “Platão, discípulo de Sócrates”, “Pedro, filho do José”. Destarte, conclui Russell (1978) que nomes próprios são, na verdade, descrições definidas abreviadas (MENDONÇA, 2018, p. 93). O pensador britânico, nessa perspectiva, afirma que: “Isto quer dizer que o pensamento na mente de uma pessoa usando um nome próprio só pode geralmente ser explicitamente expresso se substituirmos o nome próprio por uma descrição” (RUSSELL, 2008, p. 114).

Notamos que a proposta de Russell é tratar as expressões de forma lógica sem se preocupar com a referência. Por outro lado, sua tese foi bastante criticada, como alega Donnallan (1998), pois o uso referencial é de livre escolha do indivíduo, principalmente quando ele quer chamar atenção para uma pessoa ou coisa, e no seu uso atributivo, o que se importa é a relação de satisfação.

É possível perceber que na descrição proposta por Russell não há uma individualização, ela serve para função atributiva que pode ser satisfeita por alguém. Mendonça (2018) afirma que:

Convém ainda ressaltar que o uso referencial ou atributivo de uma descrição definida, defectiva ou não, emerge das intenções de um falante em uma comunidade linguística. Portanto, os argumentos que Donnallan (1998) aduz contra Russell pressupõem análises de um fenômeno – o uso referencial das descrições definidas por parte de um falante, em proferimentos particulares em um contexto – que, em um sentido estrito, não estaria guiando a teoria russelliana, embora se possa aludir a esse fenômeno, dado o enorme poder expressivo da teoria das descrições. (MENDONÇA, 2018, p. 95).

Assim, observamos que a noção de nomes próprios e seus referentes é fortemente marcada. Dessa noção, a partir das ideias de Russell (1978), verificamos que o significado dos

nomes próprios se concentra tanto na referência do objeto quanto na atribuição de uma descrição definida, individualizando-o, ainda que referencialmente.

2.2.3 A noção de nomeação no trabalho de Eduardo Guimarães

A proposta teórico-metodológica de Guimarães sobre os nomes próprios encontra-se no livro *Semântica do Acontecimento* (2002), de base enunciativa, materialista e que se apresenta como “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 7). Nessa obra, muda-se o foco que apresentamos até o momento em que a referenciação se tornava aspecto fundamental para o funcionamento de um nome próprio, já que o funcionamento da nomeação considera as sistematicidades enunciativas da língua, o memorável do acontecimento que nomeia, dos acontecimentos em que o nome funciona e a designação do nome próprio escolhido (GUIMARÃES, 2002, p. 175).

Para Guimarães (2002), a enunciação é compreendida como um acontecimento que coloca em relação o sujeito com a língua. Desse modo, percorrendo a mesma trilha que outros linguistas, como Ducrot (1987), que definia enunciação como o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado, e Benveniste (1989, p. 82), para quem a enunciação é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, Guimarães vai propor um deslocamento: para o semanticista, não tem como “tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito.” (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

Dentro da proposta enunciativa de Guimarães, os pontos relevantes são as reflexões sobre nomeação e o conceito de designação, pois, para a compreensão do gesto de nomeação, observamos o funcionamento de sentidos desta nomeação ao relacioná-la com os enunciados presentes nos textos que ela integra.

Para entender o funcionamento da nomeação e da designação, Guimarães (2002) trava um diálogo com outros autores – como Bréal, Bally, Austin, Grice e Searle, distinguindo-se deles, ao afirmar que:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (não vou aqui discutir este processo). A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística [sic] (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. [...] A referência será vista como a particularização de algo na e pela enunciação. (GUIMARÃES, 2002, p. 9).

Portanto, partindo do pressuposto de que “enunciar num acontecimento é dizer algo com sentido, que se produz pela temporalidade própria de cada acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 41), percebemos que o fato de algo receber um nome, por um lado, coloca em questão o locutor que é agenciado a nomear, e por outro, figura-se uma temporalidade que projeta a interpretação como futuridade e que desloca como memorável aquilo que significa o nome que se estabelece pela enunciação.

Dada as definições e distinções destes processos, podemos dizer, com o autor, que o acontecimento se dá por quatro fatores: a *língua* e o *sujeito*, que são primordiais para o funcionamento de sentidos; a *temporalidade*, o momento em que o acontecimento é constituído; e o *real*, “a que o dizer se expõe ao falar dele” (GUIMARÃES, 2002, p. 11). Lembrando também que, segundo Guimarães (2002), falar implica tomar posições mostrando o ponto de vista do sujeito, não existindo neutralidade na língua, portanto, o dizer é sempre político (GUIMARÃES, 2002).

Guimarães mobiliza ainda outras categorias para a sua compreensão de enunciação, como a de espaço de enunciação, que pode ser entendido como espaços em que as línguas funcionam (GUIMARÃES, 2002). Nesse sentido, nos mostra que o falante que nomeia não faz isso em uma língua particular, mas constitui este gesto em uma relação entre línguas, que reorganiza e significa o objeto nomeado por uma rememoração do espaço de enunciação e da historicidade a que se refere.

Podemos ver, então, que a relação entre língua e falante é essencial, pois os falantes são determinados pelas línguas que falam. Para Guimarães (2002), a cena enunciativa trata disso, da relação entre língua e falante, concebendo-se como “um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento enunciativo” (GUIMARÃES, 2002, p. 23); assim, temos o *falante*, o *locutor* que se divide em *locutor-x*, que enuncia de um *lugar social* ou de uma *posição*, sendo que ele pode se manifestar no texto como um *enunciador universal*, *individual*, *coletivo* ou até mesmo um *enunciador genérico*.

Guimarães (2002) também trata sobre a temporalidade do acontecimento. Em suas palavras, a temporalidade “[...] se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, [...]. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro.” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Nesse sentido, essa latência de futuro, comentada por ele, faz-se como possibilidade de significar, porque o acontecimento faz sempre o recorte de um passado como memorável. Desse modo, o autor pontua que o “sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar” (GUIMARÃES, 2002, p. 14).

No que se refere à compreensão do memorável para a produção de sentidos de um enunciado ou de uma expressão linguística, temos que esta categoria da temporalidade é essencial, pois o gesto de nomeação utiliza de forma homônima um nome que circulou antes, o que faz com que o gesto de nomeação produza sentido, pelo fato de o nome próprio escolhido para nomear alguma coisa ter sido transportado de uma outra época, aspecto fundamental para o funcionamento de sentido do acontecimento da nomeação.

A partir desse breve percurso histórico, vemos que o nome próprio tratado na Grécia Antiga se centrava na relação entre o objeto e o seu nome, tendo em vista que as palavras devem significar a essência daquilo que elas representam, dessa forma, ela é um instrumento de ordenação dos elementos.

Nas reflexões da Filosofia Analítica, Frege (2009 [1892]) divide nomes próprios e nomes comuns, já que, para ele, o nome próprio distingue e especifica algo, mas ainda é determinado por seu valor semântico. Sua abordagem referencialista não pode ser aplicada na linguagem de forma geral e o sentido é atribuído à referência fazendo o seu valor de verdade ser prejudicado. Já para o filósofo Russell (1978) o nome próprio, em seu sentido estrito, é uma expressão referencial por excelência. Dessa maneira, o nome próprio é introduzido para individualizar ou indicar dado objetivo que se tem algum tipo de contato e notamos que sua proposta é tratar as expressões de forma lógica sem se preocupar com a referência. Contudo, a necessidade de um referente e um contato com o objeto prevalece à significação do nome.

Guimarães (2002) intenta tratar os nomes próprios a partir de sua significação, sem abordar a referenciação. Assim, seu entendimento é de que o que um nome designa é estabelecido simbolicamente, ou seja, toda construção de sentido se dá por causa da exposição da linguagem ao um real construído pela história. Dessa forma, o teórico afirma que a construção histórica e acontecimento devem ser levados em consideração ao analisar algum nome próprio (GUIMARÃES, 2018).

Todavia, neste trabalho, o que pretendemos é abordar a noção de nomes próprios das operações da Lava Jato enquanto signos ideológicos, pois há um funcionamento dialógico nos nomes que responde a um passado ao fazer com que o processo de nomeação das operações signifique e remeta a um signo que engloba manifestações culturais, socio-historicamente

estabelecidas, que recuperam a significação. Em outras palavras, os nomes escolhidos pela Polícia Federal, em um espaço das coisas já-ditas, em um campo de regularidade e de um conjunto de objetos e enunciados, recorta esse dito e o traz para a atualidade, recuperando sua significação. Dessa forma, na próxima subseção, intentamos compreender os nomes na perspectiva bakhtiniana, tratando-os enquanto signos ideológicos estabelecidos em um cronotopo e se relacionando dialogicamente com outros enunciados em outros espaços-tempos.

2.2.4 A compreensão dos nomes próprios como signos socioideológicos

Como dissemos anteriormente, a proposta de Bakhtin e seu Círculo não se centra no estudo dos nomes próprios, mas sua contribuição pode ajudar a entender o problema da sua significação no *corpus* de nossa pesquisa. Assim, nessa subseção tratamos do signo ideológico e da palavra, para então, analisarmos os nomes das operações a partir da teoria bakhtiniana.

Os signos ideológicos constituem uma parte importante da teoria bakhtiniana, pois são frutos da criação ideológica. A ideologia, como mostramos na subseção 2.1, é entendida, pelo Círculo, como “[...] o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais [...]” (FARACO, 2009, p. 46).

O produto ideológico é presente em uma realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, a qual é exterior a ele (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 31). Portanto, o significado possui um caráter ideológico e situa-se fora de si mesmo, em outras palavras, há uma dupla materialidade do signo, sendo a primeira o *sentido físico-material*, a palavra em si escrita ou verbalizada, mais o *sentido socio-histórico*, a construção de sentidos sociais que o perpassam historicamente, que juntos formam a valoração.

Por outro lado, nos trabalhos de Bakhtin, nota-se uma preocupação em pensar o signo não apenas no domínio da língua, como também no domínio do discurso. Desta maneira, a significação “[...] é um efeito da interação entre o falante e o ouvinte no material de um dado conjunto sonoro” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 232-233), que resulta em elementos do enunciado que são repetíveis e idênticos ligados ao contexto socio-histórico.

A significação, como complementam Bakhtin e Volochínov (2014), não se dá jamais de forma abstrata, pois ela é o produto da interação entre os interlocutores:

[...] não tem sentido dizer que a significação [significado] pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 137).

Portanto, um enunciado jamais será neutro, sempre apresentará posições discursivas, ideologias e valorações por parte dos enunciadores/enunciatórios. Volóchinov (2018) afirma que todo falante, ao produzir um enunciado, adequa suas palavras aos interlocutores, ou seja, estabelece seu enunciado através de um *horizonte social* dirigido por ideologias, ciências, crenças, leis, classes e diversas particularidades do contexto socio-histórico. Esse enunciatário também é constituído por meio de seu *auditório social*, em outras palavras, seu mundo interior ideológico que orienta os pensamentos, argumentos, posições etc. Com isso, Volóchinov (2018) infere que todo enunciado possui uma *avaliação social*, referente a uma entonação expressiva do diálogo, que determina a escolha e a formação histórica dos elementos significantes do discurso. Assim, um diálogo resulta num *ato bilateral*, de quem enuncia e para quem dirigido.

Partindo desse pressuposto, Freitas (1999) comenta que:

[...] o signo verbal ideológico é capaz de refletir e modificar uma dada situação dialógica entre os interlocutores, devido às individualidades que estão em interação, cada qual com sua singularidade histórica e o pertencer concreto a uma determinada classe social, a um grupo político, cultural, econômico ou religioso específico. Cada um dos interlocutores se apresenta por inteiro, na interação verbal, com seus valores, crenças, preconceitos e interesses específicos. O signo verbal ideológico, materializado na função de palavra, capta e reflete tais alterações, no decorrer do processo interacional verbal social e histórico, quer seja através das entonações, quer das colorações ideológicas ou mesmo das relações de hierarquia e poder que estão em jogo no contexto discursivo. (FREITAS, 1999, p. 13).

De tal modo, o entendimento do nome próprio enquanto *palavra*/signo ideológico, considera que ela (palavra) é tratada levando em conta sua história e sua historicidade, isto é, a palavra desloca-se em relação às percepções tradicionais, sendo encarada como um elemento concreto da criação ideológica (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014). Como dissemos, Voloshinov (1976) relaciona a palavra à vida, à realidade, como componente de um processo de interação entre um falante e um interlocutor, a concentrar em si as entonações do falante, compreendidas e socialmente partilhadas pelo interlocutor (STELLA, 2018). O locutor, ao dar vida à palavra com sua entonação, dialoga diretamente com os valores sociais, expressando seu ponto de vista no que tange a esses valores.

Bakhtin e Volochínov (2014) entendem que a palavra é produto ideológico vivo, funcionando em qualquer situação social, tornando-se signo ideológico porque amálgama as entonações do diálogo vivo dos interlocutores com os valores da sociedade, concentrando em sua essência as pausadas alterações sucedidas no alicerce da sociedade e, igualmente,

pressionando uma mudança nas estruturas sociais constituídas (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014; VOLÓCHINOV, 2018).

Com base em Bakhtin e Volochínov (2014), Stella (2018) comenta que há quatro propriedades definidores da palavra, são elas: i) a *pureza semiótica*, refere-se a capacidade de funcionamento e circulação da palavra como signo ideológico, em todo e qualquer campo de atividade humana, diferentemente dos materiais criados especificamente para o funcionamento em um campo; ii) a *interiorização*, em que a palavra constitui o único meio de contato entre o interior do sujeito (a consciência) constituído por palavras, e o mundo exterior construído por palavras; iii) a *participação em todo ato consciente*, visto que a palavra funciona tanto nos processos internos da consciência, por intermédio da compreensão e interpretação do mundo pelo sujeito, quanto nos processos externos de circulação da palavra em todos os campos ideológicos; e, por fim, iv) a *neutralidade*, na qual estabelece-se no sentido de que a palavra é neutra, ou seja, ela pode assumir qualquer função ideológica, a depender da maneira em que aparece num enunciado concreto (STELLA, 2018).

Dessa forma, entendendo o nome próprio como signo ideológico/palavra, precisamos entender a pureza semiótica do nome, pois ele não fica restrito em alguns campos, como ao campo jurídico no momento de registrar uma criança ou algo com um determinado nome. Ele perpassa por todos os campos de atividade humana, caracterizando traços mais ou menos estáveis de significação, podendo ser entendido em diversos contextos de enunciação e produção. Desse modo, a possibilidade de funcionamento do nome faz com que sua significação possa ocorrer em variadas situações, a torná-la quase infinita (STELLA, 2018).

Posto isso, concordamos com Stella (2018) ao dizer que “[...] a possibilidade de interiorização acontece no confronto entre o signo internamente circulante e as nuances de sentido, de acordo com os valores entoados externamente pelo locutor” (STELLA, 2018, p. 186). Desse jeito, a segunda propriedade (a interiorização) traz em si a significação interna e externa, contudo, a primeira significação na consciência circulante do sujeito pode ser extraída de um dicionário etimológico, trazendo a origem de um nome de determinada pessoa ou de algo.

Conforme Stella (2018) pontua, essas significações presentes nos dicionários podem circular em nossas consciências e se confrontam com esse signo, logo, externamente, ele se difunde em qualquer campo de atividade humana. Assim, quando alguém escolhe um nome para algo ou pessoa, evidencia sentidos e valorações mais ou menos estáveis, já que essa maneira de posicionar tal palavra (nome), apresenta uma nova significação a qual se quer dar a alguém ou objeto selecionados. Logo, o processo de interiorização se dá no confronto de

significações internas que o indivíduo tem com novas significações externas escolhidas por cada sujeito axiologicamente posicionado.

Essas novas significações devem ser apreendidas pelo interlocutor, ou seja, o *outro* da enunciação (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014; BAKHTIN, 2016). Assim, ao compreender esse signo, o interlocutor fará uma avaliação no contexto de produção do enunciado e, a partir disso, ele empregará em outros momentos e em outros atos enunciativos (VOLOSHINOV, 1976). Visto isso, estabelece a terceira propriedade definidora que é a participação do ato consciente, fazendo com que esse nome continue circulando significações internas e externas ao signo.

Esse ato consciente, leva-nos à quarta propriedade que é a neutralidade, na qual, retomando Bakhtin e Volochínov (2014), a “palavra, [...], é neutra em relação a qualquer função ideológica específica.” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 37), ou seja, ela assume as ideologias e os pontos de vista entre os participantes do processo comunicativo. Ainda, Bakhtin e Volochínov (2014) comentam que a “palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros.” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 117), ou seja, os signos aqui analisados se apresentam como uma mediação entre os sujeitos, reforçando a situação comunicativa, fazendo com que o nome signifique e assuma posições ideológicas no contexto enunciativo em que ele aparece.

Os enunciados evidenciam pontos de vistas sobre o mesmo objeto e são empregados com valores socioideológicos, refletindo ideias e posicionamentos, são avaliados e refrutados por seus interlocutores como bons ou ruins, positivos ou negativos, coincidindo assim com o domínio ideológico (VOLOSHINOV, 1976). Portanto, um nome próprio evolui e adquire novas significações, ou seja, a palavra no dicionário é caracterizada como morta e o uso dela faz com que ela ganhe vida (VOLOSHINOV, 1976).

Percebe-se, então, que o nome está ligado aos gêneros discursivos, já que é escolhido para constituir o projeto discursivo e possui traços que permitem sua utilização, de acordo com determinado gênero em uma determinada situação comunicativa (STELLA, 2018). Dessa forma, a escolha do nome próprio deve levar em conta o contexto de utilização, isto é, o momento de enunciar. Sendo assim, a situação extraverbal faz com que o locutor situe o nome com a entonação específica para o interlocutor, o que evidencia a dinamicidade do gênero, visto que ele funciona imediatamente enquanto possui também uma historicidade que evolui e se adapta a toda e nova situação comunicativa.

Lembramos, aqui, os apontamentos feitos por Bakhtin (2016) de que dois enunciados distantes um do outro, no tempo e no espaço, projetam sentidos por meio de relações dialógicas.

Assim podemos verificar que o nome não se dá de maneira despropositada, pois constroem-se relações de sentidos dentro da atualidade apresentada e recupera as atitudes deslocadas por outros sentidos construídos em dado momento (DIAS, 2020).

Portanto, além de se referir a algo ou alguém, o nome próprio pode ser compreendido pela sua construção histórica e, dessa forma, os valores que a ele são submetidos são retomados e revisados por uma nova enunciação e atribuição dessa gama de valores em um sujeito ou em algo. No entanto, o nome é ressignificado conforme a nova enunciação que o retoma e atribui novos valores a ele. Assim, nesse trabalho, consideramos que a nomeação é ato inerente a linguagem humana que faz o significado ser constituído no momento em que é enunciado, baseado numa construção socio-histórica de sentidos e nas relações dialógicas estabelecidas. Sua retomada evidencia uma posição axiológica perante a enunciação, dessa forma, o valor é dado cada vez em que um nome for retomado ou enunciado em outra instância.

Ademais, parafraseando Freitas (1999), o nome próprio enquanto signo ideológico, materializado na função de palavra, prende e reflete tais alterações postas, no decorrer do processo interacional verbal social e histórico, por intermédio das entonações, colorações ideológicas ou das relações de hierarquia e poder que estão em confronto no contexto discursivo (FREITAS, 1999, p. 14). Eles trazem marcas de elementos verbais, como também de extraverbais, que os determinam, já que não estão desvinculados das condições socio-históricas, nem da interação e da compreensão responsiva dos interlocutores que os produziram.

Devido às relações intrínsecas do nome e das condições socio-históricas de sua produção, passamos, na próxima seção, a discutir o contexto socio-histórico de surgimento da operação Lava Jato.

3. O CONTEXTO SOCIO-HISTÓRICO DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Nesta terceira seção, comentamos a Operação Lava Jato. Assim, para que possamos entender a Operação em si, tratamos inicialmente de questões mais amplas, relacionadas à história da indústria de petróleo no mundo e no Brasil, passando pelo primeiro cartel de empresas internacionais, a criação da Petrobras, as empreiteiras e a descoberta do Pré-sal. Depois, discorremos sobre a Operação Lava Jato em si, seus aspectos cronotópicos, a constituição discursiva organizada pela mídia sobre os principais sujeitos envolvidos e seus efeitos discursivos. Na perspectiva teórico-metodológica que vimos seguindo, faz-se necessário entendermos o contexto socio-histórico da operação, para conseguirmos compreender a arena de conflitos ideológicos que atravessam a produção dos nomes de cada fase.

3.1. UM BREVE HISTÓRICO DO PETRÓLEO NO MUNDO E NO BRASIL ATÉ O INÍCIO DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Para compreendermos a Operação Lava Jato, é preciso retornar no tempo e no espaço e explicitar alguns fatos que relacionam a corrupção brasileira e a investigação da Operação. Mais especificamente, necessitamos entender o percurso histórico da exploração e da produção de petróleo, da criação da Petrobras S/A e como nasce a Operação Lava Jato, conhecida como a maior operação de combate à corrupção do país (BARROSO, 2019).

Na retomada desse percurso histórico, é preciso considerarmos que “qualquer enunciado se realiza na interdependência da experiência individual com a pressão permanente de valores sociais que circulam no contexto do sujeito falante” (SOUZA, 2012, p. 106), ou seja, precisamos levar em conta que os saberes constituídos sobre sociedade, economia, corrupção e investigação estão constituídos por valores sociais de cada época e constituídos historicamente. Acerca disso, Souza (2012) comenta que “os sentidos passados, gerados no diálogo dos séculos anteriores, nunca podem ser estáveis (concluídos de uma vez para sempre, terminados); sempre irão mudar, renovando-se no processo posterior de desenvolvimento do diálogo” (SOUZA, 2012, p. 111). Desse modo, conforme aponta Souza (2012), é preciso ponderar que

Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso que funciona como um espelho que reflete e refrata o cotidiano. A palavra é a revelação de um espaço no qual os valores fundamentais de uma dada sociedade se explicitam e se confrontam. (SOUZA, 2012, p. 120).

Assim, iniciamos com a noção de petróleo, visto que a Operação Lava Jato ficou famosa por investigar crimes em uma estatal petrolífera: a Petrobras S/A. Além disso, temos que ponderar que a corrupção não é algo novo ou responsabilidade partidária única, a questão é mais complexa e de difícil resolução. Ancorados em Faraco (2009), podemos dizer que os discursos em torno desse tema da corrupção se organizam e estabelecem relações dialógicas, visto que:

Essas intrigantes semelhanças axiomáticas que emergem em diferentes pontos do tempo e do espaço, muitas vezes sem que seus autores cheguem a se conhecer, devem servir para nós de indicadores de caminhos heurísticamente produtivos, se entendermos que as semelhanças não são meras coincidências, mas desvelam pontos cruciais para o desdobramento do trabalho teórico. (FARACO, 2009, p. 145).

Dada essa noção, depende das leituras e dos sujeitos-leitores darem continuidade à reelaboração desses diferentes pensamentos em um novo contexto, e é o que pretendemos fazer nesta subseção, pois realizamos uma leitura dialogada entre os autores, relacionando as ideias daqueles que já trataram da história do petróleo, da corrupção e da Operação Lava Jato com os pressupostos bakhtinianos sobre o sujeito e axiologias. Essa leitura nos ampara no tratamento dos nossos objetivos, visto que focamos os nomes das fases dessa operação, que se relacionam com as questões envolvendo o petróleo e a corrupção. Dessa forma, precisamos estabelecer o contexto socio-histórico a partir da exposição dos fatos – já discursivizados – que levaram a essa operação e como ela se sucedeu no decorrer da história no Brasil. Além disso, tratamos aqui os fatos como narrativas possíveis sobre a verdade, visto que não existe uma verdade única.

Portanto, iniciamos explicitando que o petróleo, segundo Minadeo (2002), é uma fonte de energia que surge da combinação de hidrocarbonetos que leva milhões de anos para se formar e é usada desde a antiguidade pelos povos da Mesopotâmia, da Pérsia, do Egito e da Judeia com o propósito de pavimentar estradas, fazer a calafetação de grandes casas, aquecimento e iluminação de estabelecimentos.

Mesmo sendo usado desde a Antiguidade, as origens da indústria petrolífera remontam ao século XIX, quando o estadunidense Edwin Laurentine Drake perfurou o primeiro poço na Pensilvânia, nos Estados Unidos. Drake encontrou petróleo cerca de 21 metros de profundidade, relevando-se promissora a extração e, por conta disso, este ato foi considerado o nascimento da indústria petrolífera, sendo a base da Segunda Revolução Industrial (MINADEO, 2002).

Com essa descoberta, iniciou-se uma corrida que nunca mais teve fim e perdura até hoje, visto que a produção de óleo cru, nos Estados Unidos, passou de dois mil barris, em 1859, para

três milhões de barris em 1863 e, em 1874, já chegava a 10 milhões de barris. Esse aumento de produção trouxe muito poder e influência para empresas estadunidenses, já que a produção naquele momento era controlada por poucas famílias, como a família Rockefeller, que fundou a Standard Oil Company em 1870 e se tornou a família mais rica do mundo (UNGER, 2004).

O monopólio da Standard Oil perdurou por algumas décadas, terminando em 1911, quando o Tribunal Supremo dos Estados Unidos decidiu dismantelar esse monopólio e ordenou a criação de 34 novas empresas menores, quando surgiram: a Exxon, a Mobil, a Chevron, a Gulf, a Texaco, a Shell, a BP Amoco. Contudo, essas empresas ainda continuavam no controle da família Rockefeller, ou seja, criou-se o primeiro cartel do petróleo (UNGER, 2004).

As empresas do cartel ficaram conhecidas como as *sete irmãs* e dominaram o Mercado Mundial de Petróleo, controlando e inflacionando preços até meados da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nessa época, as sete irmãs impediam que os países detentores de reservas petrolíferas explorassem essa riqueza. Em troca, vendia-se petróleo barato para esses países e mais caro para os países que eram dependentes, entre eles, o Brasil (UNGER, 2004).

Segundo Morais (2013), em 1927, o deputado federal Ildefonso Simões Lopes, temendo as ameaças que essas empresas poderiam representar para o Brasil, apresentou um projeto de lei que regravava a exploração de petróleo garantida ao povo brasileiro. Assim, nasce uma luta para que o cidadão brasileiro desfrutasse dessa riqueza natural e não-renovável e, a partir disso, surgem outros pioneiros do petróleo no país, como Monteiro Lobato.

O escritor brasileiro de literatura infanto-juvenil organizou, em 1931, a primeira empresa petrolífera brasileira, a Companhia Petróleos do Brasil, para realizar a primeira perfuração e produção de petróleo nacional (DIAS; QUAGLINO, 1993). A empresa perfurou regiões do Estado de Alagoas onde encontrou um veio de petróleo em 1933. Em 1937, Monteiro Lobato lança o livro infantil *O Poço do Visconde* (1937), a fim de retratar a descoberta dessa riqueza, as decepções de suas tentativas e a falência de suas três companhias de petróleo (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Monteiro Lobato, conforme Russo Jr. (2019) comenta, passou por brechas na Lei do Imperialismo da Standard Oil para a produção de petróleo nacional, chantagens e até denúncias que não se seguiram, mas não desistiu de descobrir e explorar o petróleo brasileiro. Desse modo, o escritor envia uma carta à Getúlio Vargas, pedindo que se crie a Companhia Nacional do Petróleo (CNP) que deveria discutir o interesse nacional pela riqueza natural.

Getúlio Vargas, segundo Dias e Quaglino (1993), apresentou uma resistência em relação à exploração de petróleo, então Lobato publicou *O Escândalo do Petróleo* (1936), em que acusava o governo de não perfurar e não deixar que se perfurasse o solo do país, denunciando

o interesse estrangeiro na riqueza brasileira. As ações do escritor motivaram a população e, assim, na Ditadura do Estado Novo (1937-1945), criou-se o Decreto Lei 395 de 29 de abril de 1938, em que nasceu o Conselho Nacional do Petróleo, com o intuito de restringir o refino do petróleo a empresas formadas por brasileiros natos, mas que deixava brechas para interesses estrangeiros (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Em 1945, como explica Nunes (2017), com o fim da Segunda Guerra Mundial, as nações que sofriam o embargo petrolífero exercido pelas sete irmãs começaram a lutar pela descolonização e pelos direitos de disporem de seus recursos naturais. Assim, os países do Golfo Pérsico passaram a manifestar o desejo de libertarem-se das companhias exploradoras internacionais. Em 1948, com o apoio dos Estados Unidos, esses países obtiveram o fim do *Acordo da Linha Vermelha*¹⁴. Feito isso, a Arábia Saudita, o Kuwait, o Irã, o Iraque e a Venezuela criaram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960, com o objetivo de permitir aos países produtores de petróleo de exercerem soberania sobre suas reservas de petróleo, em um momento em que o mercado internacional estava dominado pelas sete irmãs.

Após o retorno do populismo e o nacionalismo no segundo mandato de Vargas, o país se depara com um debate importante sobre a questão da exploração de petróleo. Nesse momento, surgem questões do tipo: “*o petróleo é público ou privado?*”. Assim, em 2 de julho de 1948, Monteiro Lobato concede a última entrevista de sua vida à Rádio Record, encerrando sua fala com a seguinte frase: “*o petróleo é nosso*” (RUSSO JR, 2019).

Vemos, portanto, que “petróleo” é um signo ideológico, como expõe Bakhtin e Volochínov (2014), em que a “palavra, [...], é neutra em relação a qualquer função ideológica específica” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 37), isto é, esse signo assume ideologias conforme a situação comunicativa e reflete as posições axiológicas dos distintos sujeitos. Com isso, a *palavra* (discurso) de Monteiro Lobato foi compreendida pela população que refratou uma motivação de explorar e ser detentora de tal recurso. Essa frase dita pelo escritor foi retomada e integrou outros gêneros como o *slogan* publicitário na campanha, no final da década de 1940 e início de 1950, pela luta do domínio brasileiro sobre o petróleo de nossas terras.

Dessa forma, conforme pontua Dias e Quaglino (1993), agentes políticos denominados *Nacionalistas*, formados por militares direitistas e partidos de esquerda, que defendiam a

¹⁴ O Acordo Linha Vermelha é um acordo assinado pelos parceiros no Iraque Petroleum Company (IPC) em 31 de julho de 1928. O objetivo do acordo era para formalizar a estrutura societária do IPC e ligar todos os parceiros para uma “cláusula de auto-negação”, que proibia todo e qualquer de seus acionistas de buscar de forma independente os interesses petrolíferos no ex-território Otomano. Ele marcou a criação de um monopólio de óleo ou cartel, de enorme influência, abrangendo um vasto território. Disponível em: <https://pt.qaz.wiki/wiki/Red_Line_Agreement>. Acesso em: 27 out. 2020.

exploração e a autonomia nacional sobre o petróleo, confrontavam-se com outros agentes políticos valorados como *Entreguistas*, compostos por representantes do capital estrangeiro e economistas liberais, os quais acreditavam que a falta de concorrência geraria ineficiência. Nesse ponto, podemos reforçar a ideia de petróleo como signo ideológico, pois ele é uma arena em que ideologias são assumidas, a depender da maneira como aparece em um enunciado concreto (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014).

Esse signo ideológico evidencia os sujeitos envolvidos no embate, lembrando que, para Bakhtin (2011; 2012; 2016) e Bakhtin e Volochínov (2014), a noção de sujeito se caracteriza como uma posição responsável pelos seus atos, posicionado sempre em um eixo axiológico e historicamente situado, configurando-se, assim, como uma orientação para compreender e interpretar práticas discursivas sociais e culturais. Dessa forma, o sujeito pode ser entendido como agente, autor de enunciado, portanto, todo enunciado há um posicionamento do sujeito, seja este individual, coletivo, presumido, explícito (OLIVEIRA, 2020, p. 49).

Os Nacionalistas assumiram uma posição ideológica de defesa da soberania nacional sobre o petróleo brasileiro e foram compreendidos como aqueles que preservavam o interesse do povo brasileiro e da exploração nacional dessa riqueza natural. Já os Entreguistas estavam do lado oposto no embate ideológico, pois resguardavam o interesse estrangeiro. Portanto, os nomes colocados em cada grupo refletem a ideologia defendida por cada um, visto que *nacionalistas* deriva-se de *nacional*, que pertence a uma nação, e os *entreguistas* vem do verbo *entregar*, refratando a ideia daqueles que dão para empresas estrangeiras um recurso natural e nacional.

Desse modo, os nomes atribuídos aos dois grupos evidenciam pontos de vistas sobre o mesmo objeto e representam valores socioideológicos, refletindo o ideal das ações políticas. Demonstram a avaliação e refração por parte dos interlocutores (povo brasileiro) como bom ou ruim, positivo ou negativo, coincidindo com o domínio ideológico (VOLOSHINOV, 1976). Tais nomes serão retomados décadas depois com a venda do Pré-sal em 2017, estabelecendo relações dialógicas com um passado posto (BAKHTIN, 2011; 2016).

Segundo Dias e Quaglino (1993), nesse momento, iniciava-se um embate de ideias que culminou na assinatura da Lei 2004, de 03 de outubro de 1953, pelo ainda Presidente Getúlio Vargas, criando a estatal Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras).

Com o passar dos anos, com Juscelino Kubitschek (JK) no governo (1956-1961), o país estava prosperando com a entrada de capital estrangeiro, com a indústria automobilística e com a criação da nova capital do país (Brasília – DF). Nesse momento, o petróleo ainda estava no centro da economia e era o principal motor do país. Contudo, com essa entrada do capital

estrangeiro aliada a interesses pessoais, ou seja, nessa interação dos sujeitos com o objeto (BAKHTIN, 2016), no dia 24 de maio de 1958, o jornal *O Globo* informava que o Coronel Janary Nunes, então presidente da Petrobras, prestava depoimentos para esclarecer denúncias feitas pelo jornal *Diário de Notícias* de omitir informações da estatal para o Presidente JK. O Coronel Nunes acusou a imprensa de defender interesses estrangeiros e agir contra a Petrobras, dessa forma, iniciava-se a primeira denúncia de corrupção na estatal (CASTRO FILHO; DIAS; NETO, 2016), três anos após ela ser criada.

Em 1973, segundo Nunes (2016), a crise do petróleo gerada pelos conflitos entre os países árabes produtores de petróleo com os Estados Unidos fez com que muitas nações do mundo sofressem com o abastecimento do produto, no entanto o Brasil não foi tão afetado como outras nações, mas a crise fez com que o “milagre econômico¹⁵” da Ditadura Militar chegasse ao fim. Em responsividade a essa adversidade econômica e para evitar que outra crise afetasse nosso país, o governo ditatorial criou programas de investimentos na estatal petrolífera, desse jeito, segundo Campos (2017), inúmeras empreiteiras emergem com o programa de investimento, fechando contratos de construção civil, executando obras e edificações para o Estado.

Toda obra brasileira era realizada pelas mesmas empreiteiras: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Camargo Correia etc., e o esquema de pagamentos indevidos a políticos torna-se ritual nesse período, visto que, para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e as Usinas Nucleares de Angra 2 e 3, não houve licitação pública, apenas a Odebrecht ganhou por meio de pagamentos indevidos. Ainda, a Odebrecht chegou a crescer 200% em três anos (1971-1974) (CAMPOS, 2017). O cenário político-econômico era ideal para o surgimento da corrupção, já que o Ministério Público e o Congresso Nacional eram proibidos de investigar ações políticas conduzidas por militares (CAMPOS, 2017). Nesse momento, emerge outro signo ideológico que se fará muito presente na mídia décadas a frente: a *propina*, a qual consiste em uma espécie de suborno, pagamentos indevidos oferecidos ou dados a alguém para que esta pessoa pratique atos ilegais ou, ainda, uma espécie de “gorjeta”, uma gratificação adicional paga a alguém pelos serviços prestados. As relações escusas das empreiteiras com a Petrobras se iniciam nesse momento e serão descritas no decorrer desse trabalho.

¹⁵ “Milagre econômico brasileiro” foi a época de crescimento econômico elevado durante a ditadura militar brasileira, entre 1968 e 1973. Em contrapartida, esse período ocasionou um endividamento enorme ao país, o que gerou inflamações e desvalorização da moeda brasileira nos anos seguintes. Atualmente, o signo *milagre econômico* é valorado por adeptos da direita como um efeito das ações gestoras da Ditadura, dessa forma, é entendido como um resultado positivo. Assim, exclui-se os seus efeitos negativos na economia e apenas celebra-se a prosperidade. Além disso, deixa-se de lado o fato desse crescimento econômico ter ajudado a Ditadura a aumentar a violência e a corrupção nesse período.

Em 1988, o jornal *O Globo* novamente noticia que a Petrobras passa pelo maior escândalo de corrupção da época (conhecido como o “Caso BR”), em que denúncias contra o General Alberico Barroso (Barrosinho) afirmavam que ele fazia chantagens para ganhar comissões sobre as transferências da estatal com os bancos, sendo que esse golpe se daria no serviço de cobrança realizada por diversos bancos contratados pela BR Distribuidora. Na época, investigou-se essa ação e houve uma tentativa de afastar toda a diretoria da estatal, ação que encontrou certa dificuldade, pois o General Barrosinho era amigo e compadre do então Presidente José Sarney (PMDB), que o nomeara como diretor da Petrobras. Mesmo assim, com o escândalo nas diversas mídias, o governo foi obrigado a trocar toda a diretoria (BATISTA, 2019).

Anos após esse fato, outro escândalo de corrupção envolvendo a estatal chega aos jornais, agora no governo Collor (1990-1992), que ficou conhecido como o “Esquema PP”. O esquema era formado por 60 pessoas comandadas pelo ex-secretário de assuntos estratégicos Pedro Paulo Leone Ramos (apelidado como PP). O escândalo veio a público quando senadores descobriram uma rede de negócios irregulares na Petrobras e nos fundos de pensão das estatais. Nessa época, a estatal petrolífera perdeu mais de 3,5 milhões de cruzeiros em operações irregulares e atrasou o pagamento de quase 50 mil funcionários. Com isso, houve uma troca sucessiva de presidentes da Petrobras, ocasionando uma greve dos funcionários em 1995, e fazendo surgir debates sobre a privatização da empresa (CASTRO FILHO; DIAS; NETO, 2016).

Posto isso, a privatização, cogitada no período do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), será retomada e refratada como solução para os problemas de corrupção de uma estatal, visto que esse signo sempre assume a ideologia de que o interesse privado não é corruptível, o que não se fundamenta como verdade, já que empresas privadas também passam por problemas de corrupção (SANTOS; GUEVARA; AMORIM, 2012).

É possível notarmos a relação dos sujeitos corruptores e corruptíveis em torno da Petrobras e do petróleo. A interação desses agentes faz criar enunciados e gêneros como notícias e comentários que são refratados pelos demais sujeitos sociais como algo ruim e imoral. O tema corrupção envolve atores sociais e estabelece relações dialógicas e interacionais esquematizadas em *corruptores – corrupção – corruptíveis*, visto que essa tríade funciona para expor que a corrupção não é algo deslocado e só no mundo, há sujeitos nessas relações constituindo-se discursivamente. Nas palavras de Faraco (2009):

É nessa atmosfera heterogênea que o sujeito, mergulhado nas múltiplas relações e dimensões da interação socioideológica, vai-se constituindo discursivamente, assimilando vozes sociais e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas. É nesse sentido que Bakhtin várias vezes diz, figurativamente, que não tomamos nossas palavras do dicionário, mas dos lábios dos outros. (FARACO, 2009, p. 84).

Segundo Castro Filho, Dias e Neto (2016), nos governos de FHC (PSDB [1995-2002]), a Petrobras perdeu o monopólio sobre o petróleo brasileiro e, com isso, criou-se a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com o objetivo de regular as atividades referentes a esses recursos. A mão de obra terceirizada ganha força nas atividades da petrolífera, até que, em 15 de março de 2001, a Plataforma P-36 afundou, atingindo 175 pessoas, sendo que 11 morreram nesse acidente. Os funcionários acusaram a falta de capacitação dos operários terceirizados em manusear os equipamentos da plataforma, o que ocasionou uma série de incêndios e explosões a ponto de afundar a maior plataforma petrolífera semissubmersa da época, avaliada em 350 bilhões de dólares.

Mesmo com o acidente, a Petrobras crescia no mercado petrolífero, assim, em 2004, Paulo Roberto Costa, engenheiro e funcionário da estatal, sobe ao cargo da direção por indicação do deputado federal José Janene (Partido Progressista, PP) e é nomeado ao cargo de diretor de Abastecimento pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Em 2006, no governo do Presidente Lula (Partido dos Trabalhadores, PT), a Petrobras avança com a descoberta do Pré-sal, conforme coloca Morais (2013), uma região que se estende do litoral do Espírito Santo a Santa Catarina, com cerca de 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura cheias de petróleo. Isso fez com que o Brasil, em 2008, recebesse o convite da OPEP para se integrar ao grupo e para que passasse a opinar nas decisões mundiais. Contudo, nesse mesmo ano, *notebooks* e computadores da empresa contendo dados sigilosos foram roubados, aumentando a suspeita de espionagem.

Nesse mesmo período, o *site Wikileaks*¹⁶ divulgou documentos da empresa Chevron, que estava recrutando políticos para alterar a Lei do Pré-sal, impondo o interesse estrangeiro sobre o recurso brasileiro. A diretora da Chevron na época, Patrícia Pardal, apoiou o candidato à presidência da República José Serra (PSDB) que, segundo a Wikileaks, fez a promessa de partilhar o Pré-sal com a Chevron. Porém, Serra perde a eleição presidencial para Dilma Rousseff, candidata do PT e com apoio de Lula.

¹⁶ Disponível em: <<https://wikileaks.org/Nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre.html>>. Publicado em: 13 dez. 2010. Acesso em: 15 out. 2020.

Em 2013, segundo Clavel e Rodrigues (2016), iniciam-se protestos de ruas que levaram o país a uma catarse social e política. Os protestos surgem a partir da ação de sujeitos indignados pelo aumento das passagens de ônibus e com o intuito de exterminar a corrupção brasileira. Coincidentemente ou não, a Petrobras se torna centro da atenção popular, com uma operação que investigou recursos ilícitos dos dirigentes da estatal. Em responsividade aos protestos, a Presidenta Dilma sanciona a criticada Lei 12.850/2013, com o Art. 1 tratando da organização criminosa, que rege:

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. (BRASIL, 2013, p. 01).

Essa lei tornava todas as pessoas de um grupo que agissem, ainda que indiretamente, na obtenção de vantagens, em criminosas. Por esse motivo, conforme explicita Kuiawinski (2016), ela foi criticada por muitos juristas, alguns deles baseando-se no Código Penal Italiano, que classifica “organização criminosa” do tipo terrorista e mafiosa (Codice Penale, Art. 461bis, 1982). Na jurisdição brasileira, qualquer grupo de pessoas podem ser consideradas pertencentes a uma organização criminosa só pelo fato de apenas um integrante cometer atos ilícitos.

Nesse período, a mídia, juntamente com uma parcela da população brasileira, propaga a ideia de que a corrupção advém apenas de um partido, o PT, e que para pôr um fim nela, é preciso acabar com esse partido (CLAVEL; RODRIGUES, 2016). Dessa forma, a política é valorada como salvação, aliada à crença de fé da população e, retomando e estabelecendo relações dialógicas com o enunciado da Lei das organizações criminosas, o judiciário e a mídia brasileira, responsivamente, inauguram uma nova era, a Era da Operação Lava Jato, demarcando um cronotopo específico.

3.2. A OPERAÇÃO LAVA JATO: O TRAJETO HISTÓRICO SOB UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA

A Operação Lava Jato tem seu início quando Gerson Machado, ex-delegado da Polícia Federal, instaura um inquérito contra o doleiro Alberto Youssef, por ocasião das investigações que o identificaram operando às sombras, após delação no escândalo do Banestado¹⁷. Em

¹⁷ O escândalo do Banestado envolveu remessas ilegais de divisas, pelo sistema financeiro público brasileiro, para o exterior, na segunda metade da década de 1990. Ocorreram uma investigação federal e a instauração de uma

gravações telefônicas, Gerson reconheceu a voz do doleiro, que antes era apenas referenciado como “Beto” em outros documentos (PARANÁ, 2014). Dessa forma, a Polícia Federal deflagrou a *Operação Miquéias* (2009-2013), a qual investigou o ex-deputado José Janene (PP) e os doleiros Youssef e Carlos Habib Charter, dono da rede de postos de combustível denominada *Posto da Torre*, em Brasília (BARROSO, 2019).

Nas palavras dos Autos 5083258- 29.2014.404.7000:

Alberto Youssef estaria envolvido na lavagem de recursos provenientes de obras da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e esses valores, após lavados, seriam utilizados para pagamento de vantagem indevida a empregados da Petrobrás do alto escalão, como o ex-Diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa. Na continuidade das investigações, colhidas provas, em cognição sumária, de que as maiores empreiteiras do Brasil estariam envolvidas no esquema criminoso. Segundo o MPF, a OAS, Odebrecht, UTC, Camargo Correa, Techint, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Promon, MPE, Skanska, Queiroz Galvão, IESA, Engevix, SETAL, GDK e Galvão Engenharia teriam formado um cartel, através do qual, por ajuste prévio, teriam sistematicamente frustrado as licitações da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras para a contratação de grandes obras entre os anos de 2006 a 2014, entre elas a RNEST, COMPERJ e REPAR. (PARANÁ. Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná 13ª Vara Federal de Curitiba. Ap. 5083258-29.2014.404.7000/PR, Juiz: Sérgio Fernando Moro, 2014).

A partir dessa investigação, segundo a Procuradoria da Polícia Federal (2014), evidenciou-se que o posto era uma empresa com a função de lavar o dinheiro que era adquirido de forma ilícita. Com esse ocorrido descoberto, a operação alterou seu curso para investigar de quais empresas eram provenientes esse dinheiro ilícito. Dessa maneira, a *Operação Miquéias* mudou seu nome para *Operação Lava Jato*, remetendo-se a essa rede de lavanderias e o posto de combustíveis investigados, ou seja, o nome da operação teve uma motivação e estabeleceu-se como uma responsividade aos atos apurados, assumindo a ideologia dos procuradores em relação ao tema *lavagem de dinheiro*.

Como explicita Cruz (2016):

A dimensão da Operação Lavajato [sic] ganhou proporções nacionais, visto que inicialmente as investigações recaíam sobre práticas ilícitas de lavagem de dinheiro na cidade de Londrina, no qual havia “apenas” quatro grupos investigados. Entretanto, no decorrer das investigações o MPF descobriu que os investigados, principalmente o doleiro Youssef, tinham ligações com outros indivíduos, inclusive com agentes públicos e políticos para práticas de crimes na Petrobras e na administração pública. (CRUZ, 2016, p. 46).

Conforme Venturini e Aragão (2018) comentam, com as apurações em andamento, a Operação encontrou desvios de fundos na Petrobras e depois na construção de obras públicas, como a hidrelétrica de Belo Monte (Altamira, Pará), a usina de Angra 3 (Angra dos Reis, Rio de Janeiro), em estádios construídos e/ou reformados para a Copa do Mundo de 2014, no Anel de Integração do Paraná, no Rodoanel Mário Covas (São Paulo) e em estações do metrô de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul.

Até abril de 2014, a Operação já havia indiciado cerca de 46 pessoas por diversos crimes (falsidade ideológica, organização criminosa, desvio de dinheiro público etc.), tendo 30 pessoas presas, entre elas o doleiro Youssef e Paulo Roberto Costa, o ex-diretor de abastecimento da Petrobras, indicado por Janene (já investigado pela Polícia Federal) e nomeado pelo ex-presidente Lula (que entrará futuramente nessa narrativa).

Por esses atos, na mídia, os investigadores eram vistos e apresentados como os benfeitores, os justos no combate à corrupção (PRASS; NETO, 2017). A partir disso, a equipe de investigadores conhecida como a Força-tarefa de Curitiba, formada pelo Juiz Sergio Moro, o procurador Deltan Dallagnol e outros policiais federais, propôs aos indiciados, para reduzir sua pena, que colaborassem com a Justiça em forma de delações premiadas¹⁸. Paulo Roberto Costa foi o primeiro a decidir falar e apresentar um grande esquema criminoso envolvendo empreiteiras, políticos e a Petrobras (VENTURINI; ARAGÃO, 2018).

Voltando um pouco no tempo, em 20 de março de 2014, Paulo Roberto Costa é preso pela Polícia Federal por tentar ocultar documentos e provas que teoricamente o incriminariam no esquema bilionário de lavagem de dinheiro. Em sua casa, é apreendida pela Polícia Federal uma tabela contendo nomes de políticos e pagamentos indevidos realizados por empreiteiras, assim, inferiu-se que Costa cuidava da distribuição de recursos indevidos (BRASIL, 2014).

Logo, em 11 de junho de 2014, a Suíça bloqueia 23 milhões de dólares em contas atribuídas ao ex-diretor e a seus familiares. Ele é preso novamente e começa a negociar sua delação premiada com sua advogada Beatriz Catta Preta. Em seu discurso, Costa delatou 12 senadores, 49 deputados federais e 1 governador ligados aos partidos PP, PMDB e ao PT (sendo que a mídia colocou somente o PT como corrupto). Ainda, ele foi taxativo ao dizer que as empreiteiras colocavam um sobrepreço na ordem de 3% para seu convertimento em propinas entre 2004 e 2012 (BRASIL, 2015). Desse modo, a Operação Lava Jato tinha uma linha

¹⁸ Delação premiada, na legislação brasileira, é um benefício legal concedido a um réu, em uma ação penal, que aceite colaborar na investigação criminal ou entregar seus comparsas.

consistente para seguir: os 3% declarados por Paulo Roberto Costa e os políticos pertencentes aos partidos delatados por ele.

Portanto, uma trilha de investigação foi montada e, sucessivamente, políticos do alto escalão, empreiteiros e empresários são presos e também começam a utilizar a delação premiada, formando um ciclo: uma pessoa é investigada, presa e delata outra que será investigada, presa e que delatará outra e assim por diante. Segundo Pinto *et al.* (2019), na mídia, a delação premiada de Paulo Roberto era muito esperada, já que ele precisaria ligar políticos aos casos de corrupção e o sobrepreço das obras. Após essa delação, a Polícia Federal seguiu atrás de políticos em Brasília, diretores da Petrobras (Renato Duque, Pedro Barusco, Nestor Cerveró e Jorge Zelada), doleiros e lobistas (Jorge Luz, Fernando [Baiano] Soares e Pedro Paulo Leone Ramos¹⁹).

Com o início das delações, a operação ganhou mais espaço nas mídias e o procurador Dallagnol e o juiz Sergio Moro começaram a utilizar dessas mídias para fazer coberturas das conduções coercitivas e das prisões e, com isso, obtiveram apoio popular por meio da espetacularização²⁰ das ações jurídicas. De acordo com Cioccarri (2015), a delação premiada transformou-se em um evento midiático com cobertura massiva da imprensa e envolvendo personagens da política brasileira. Ainda, essa equipe de investigadores montaram um centro de poder: a chamada República de Curitiba, um lugar em que toda investigação e todo o comando da operação estavam situados.

Nesse instante, dada a espetacularização midiática, a delação premiada torna-se o gênero discursivo mais famoso dessa Operação, visto que sempre que um político, diretor ou empresário eram presos, havia um anseio populacional em saber o que eles poderiam delatar ou quem eles delatariam. Baseando-nos na teoria de gêneros de Bakhtin (2011; 2016), podemos dizer que a delação constitui-se como um gênero oral com assunto temático, que é revelar esquemas de corrupção; estrutura composicional, com uma forma relativamente estável parecida com o depoimento; e estilo com escolhas linguísticas e lexicais variadas em relação a cada autor/delator, mas sempre delimitadas pelo campo jurídico.

Dessa forma, o delator coloca-se na posição de *autor-delator*, lembrando que, para Faraco (2009, p. 97), o autor é uma das “[...] posições valorativas sociais e, em relações recíprocas, determinam, do interior, a forma do todo estético”, isto é, nessa posição valorada, a

¹⁹ Pedro Paulo Leone Ramos já fora indiciado no Esquema PP, em 1992.

²⁰ O vocábulo “espetacularização” está sendo usado aqui em seu sentido ordinário, nomeando o processo de conferir um caráter de espetáculo a determinada ação ou de tratar algo como espetacular, não se filiando a qualquer perspectiva teórica.

função dele é revelar fatos que poucos sabem e entregar esquemas realizados na ilegalidade, que serão refratados e retomados pelo *outro* nessa enunciação.

Ademais, a delação transmitia a *palavra* (discurso) do delator ao *outro* que, nesse caso, não era apenas o juiz Sérgio Moro ou a equipe de Procuradores ou o Poder Jurídico na pessoa do Ministério Público Federal, mas também todo o sistema jornalístico brasileiro e a população ansiosa. Mais do que fazer parte do campo de atividade humana jurídica, a delação ultrapassava as linhas desse campo e chegava ao campo jornalístico. Atravessando esses campos e perpassando diferentes sujeitos posicionados axiologicamente e diversas avaliações, a delação não poderia ser neutra e certamente assumiria ideologias que a cercavam. Dessa forma, tornou-se interessante ajustar a delação a propósitos tanto individuais-políticos quanto ao rumo que operação como um todo poderia tomar.

As delações premiadas, com a participação dos outros sujeitos posicionados axiologicamente nessa enunciação, tornaram-se mecanismos para inflar escândalos na mídia, visto que, para Adut (2005), os escândalos são definidos como uma publicidade perturbadora da transgressão, um fenômeno social presente em todos os setores da sociedade. Porém, no âmbito da Operação Lava Jato, a sociedade brasileira tinha seu olhar voltado apenas para um setor: a política, mais especificamente para os Poderes Executivo e Legislativo, ou seja, sempre questionando a posição dos políticos e as leis que eram valoradas como brandas.

Na perspectiva bakhtiniana, podemos pensar que o escândalo é uma responsividade aos crimes que eram noticiados e à maneira como viravam manchetes jornalísticas, ou seja, por trás dos escândalos há valorações e ideologias que determinam se um acontecimento é um escândalo ou não. Desse modo, um escândalo não se constrói do nada, mas nasce da interação entre sujeitos. Baseando-nos em Esser e Hartung (2004), percebemos que a mídia exerce três funções distintas para a construção de um escândalo: em um primeiro momento, abre-se espaço para que o sujeito-denunciante discursive, no nosso caso, o próprio juiz Sérgio Moro; em seguida, a mídia acompanha a evolução da denúncia, agora, transformada em operação investigativa; finalmente, a mídia mede a indignação popular em relação ao escândalo, visto que, no cenário brasileiro, a população estava adepta e apoiando a operação. Dada essas premissas, o escândalo estava concretizado.

A proporção midiática que a Operação Lava Jato tomou fez com que os sujeitos envolvidos nela fossem constituídos discursivamente e posicionados axiologicamente em relação aos escândalos enunciados, visto que, para Bakhtin (2011; 2012; 2016) e Bakhtin e Volochínov (2014), o sujeito se caracteriza como uma posição responsável por seus atos, posicionado sempre em um eixo axiológico. Por exemplo, deparamo-nos com o juiz Moro, cujo

trabalho com operações de investigação de crimes de corrupção se iniciara muito antes da Operação Lava Jato, com o seu artigo acadêmico sobre a Operação Mãos Limpas²¹ (*Operazione Mani Pulite* [1992-1994]) publicado em 2004, no qual discorre sobre a forma como essa operação italiana foi conduzida²². Nesse trabalho, Moro (2004) recorre ao campo midiático e à opinião pública para justificar ações judiciais. Em suas palavras, o então magistrado afirma:

[...] é ingenuidade pensar que processos criminais eficazes contra figuras poderosas, como autoridades governamentais ou empresários, possam ser conduzidos normalmente, sem reações. Um Judiciário independente, tanto de pressões externas como internas, é condição necessária para suportar ações judiciais da espécie. Entretanto, a opinião pública, como ilustra o exemplo italiano, é também essencial para o êxito da ação judicial. (MORO, 2004, p. 57).

Moro (2004) deixa bem clara a sua posição ao se referir ao apoio público às ações do Judiciário, assim, todo excesso “na lei” pode ser considerado “legal” desde que a população se posicione no eixo axiológico de *coral de apoio* da operação. Para fechar seu pensamento sobre as possibilidades existentes desse coral de apoio exercido pela população brasileira, Moro (2004) conclui que:

No Brasil, encontram-se presentes várias das condições institucionais necessárias para a realização de ação judicial semelhante. Assim como na Itália, a classe política não goza de grande prestígio junto à população, sendo grande a frustração pelas promessas não-cumpridas após a restauração democrática. Por outro lado, a magistratura e o Ministério Público brasileiros gozam de significativa independência formal frente ao poder político. Os juízes e os procuradores da República ingressam na carreira mediante concurso público, são vitalícios e não podem ser removidos do cargo contra a sua vontade. O destaque negativo é o acesso aos órgãos superiores, mais dependentes de fatores políticos. (MORO, 2004, p. 61).

Portanto, Moro já revela suas ações futuras nesse artigo de 2004, visto que, com o apoio da mídia mais a imagem negativa que os políticos brasileiros têm, a população apoiaria com facilidade uma operação judicial contra o Poder Executivo. Dessa forma, para reforçar a ideia

²¹ A *Operazione Mani Pulite*, conhecida também como *Tangentopoli* (“cidade da propina” em italiano), foi uma investigação judicial de grande dimensão realizada na Itália. Ela foi coordenada pelo Procurador da República Antonio Di Pietro e levou ao fim da chamada Primeira República Italiana (1948–1994), fez profundas mudanças no quadro partidário, com o desaparecimento de vários partidos políticos. Muitos políticos e industriais cometeram suicídio quando os seus crimes foram descobertos, enquanto outros se tornaram foragidos, dentro e fora do país (DAVIGO, 2019).

²² A operação italiana foi tomada, posteriormente, como referência para a Operação Lava Jato. A semelhança entre os dois casos foi bastante comentada pela imprensa, por exemplo no texto da *Folha de São Paulo*, intitulado “Escrito em 2004, artigo de Moro sobre operação na Itália espelha a Lava Jato”, de autoria de Frederico Vasconcelos, publicado em 29 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1723856-escrito-em-2004-artigo-de-moro-sobre-operacao-na-italia-espelha-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2021.

da participação da opinião pública enquanto coral de apoio, em uma palestra do Fórum da ANER²³, de 2015, fez a seguinte declaração, transcrita por Prass e Neto (2017):

[...] a Constituição já dava uma resposta muito clara: a publicidade tem que ser ampla. Tem que se franquear o acesso a qualquer interessado, e claro que acaba sendo o principal interessado não só as partes, mas a imprensa, quando esses casos são rumorosos, mas não só a eles e a qualquer pessoa. (MORO, 2015 *apud* PRASS; NETO, 2017, p. 6).

A partir do excerto, notamos a tentativa de justificar a maneira midiática de conduzir a operação, logo, como jurista, ele cita a Constituição Federal como ponto de referência como todo magistrado deve fazer, para, então, colocar a publicidade de uma operação como algo legal, sem que pareça estar agindo de maneira errônea. Nessa mesma palestra, Moro continua dizendo que

[...] Gostaria de contar, como vejo que a operação tem contado, com o apoio da imprensa para que nós possamos fazer as reformas institucionais necessárias, para que esses casos não sejam tratados assim com tanta emoção e com caráter tão extraordinário, mas sim de maneira mais ordinária dentro das nossas Cortes de Justiça. (MORO, 2015 *apud* PRASS; NETO, 2017, p. 6).

Depois de citar a Constituição, Moro discorre sobre o apoio da imprensa para agir, portanto, se a população e a mídia o apoiam, suas ações e escolhas são facilmente justificadas (PRASS; NETO, 2017). Em outros termos, estabelecendo relações dialógicas, o coral de apoio decide quem é culpado e o que deve ser feito, algo semelhante ao realizado em prisões de grandes líderes e mortes de outros, como a de Jesus, em que a população, de acordo com a *Bíblia Sagrada de Jerusalém* (1985), decide a sua sentença e a maneira como ela se dará (Mt 26, 47-56; Mc 14, 43-49; Lc 22, 47-53; Jo 18, 1-11).

Precisamos considerar que 2014 era o ano de eleições presidenciais, assim os escândalos de corrupção eram valorados como oportunidades e brechas para críticas aos oponentes eleitorais, nesse caso ligados ao PT, visto que a linha de investigação seguia políticos e empresários relacionados a esse partido. Nesse período, cria-se por parte de políticos opositores ao PT – em especial o também candidato à presidência da República Aécio Neves (PSDB) – e pela mídia uma narrativa que responsabiliza unicamente esse partido e a Presidenta Dilma pelos casos de corrupção (CLAVEL; RODRIGUES, 2016).

²³ Fala extraída aos 8'51" da palestra "Operação Lava Jato – O jornalismo investigativo de qualidade como pilar da democracia e das instituições brasileiras". Tal palestra não se encontra mais disponível em sítios da internet. Disponível em: <<https://goo.gl/3UuzVw>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

Dilma, que, na reeleição de 2014, venceu seu oponente Aécio (PSDB), em uma das eleições mais acirradas da história democrática do país, tem seu mandato iniciado já marcado por uma crise econômica e política no Brasil (CLAVEL; RODRIGUES, 2016). Assim, surge uma série de ondas de protestos a favor do seu *impeachment*²⁴. A mídia se aproveitou dessa oportunidade e logo criou uma imagem negativa da presidenta. Dessa forma, Dilma foi colocada em uma posição de incapacidade governamental, da qual resultaria toda a crise existente no país (CLAVEL; RODRIGUES, 2016).

No dia 9 de novembro de 2014, a *Financial Times*²⁵ anuncia que a multinacional brasileira seria investigada nos Estados Unidos, pois, segundo a reportagem, o esquema de propina delatado por Paulo Roberto Costa era utilizado para a compra de políticos, motivando um processo de ação coletiva para cobrir os prejuízos dos compradores de ações. Este processo é conhecido nos EUA como *Class Action* (ação coletiva). Para agravar esse cenário, o balanço financeiro do terceiro trimestre da Petrobras, que deveria ser divulgado em novembro de 2014, acabou sendo adiado duas vezes devido a essas investigações. Dessa maneira, ele só foi divulgado em janeiro de 2015, mas sem revisão e sem a aprovação dos auditores independentes. Isso culminou no desabamento das ações e a Petrobras começou a sofrer processos movidos por investidores brasileiros e estrangeiros (PINTO *et al.*, 2019).

Em 2015 a Lava Jato já envolvia vários políticos do alto escalão e em dezembro desse mesmo ano, a investigação chega ao então presidente do Senado Renan Calheiros e ao presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, ambos do antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A insatisfação política, nesse período, era grande e a crise econômica se intensificava. A então presidenta Dilma Rousseff (PT), eleita nas eleições de 2014, começou a sofrer com a baixa popularidade e também com manifestações, criando-se junto à população a ideia de que, para a crise política e econômica, parecia haver apenas uma solução: a aprovação do *impeachment* de Dilma (CLAVEL; RODRIGUES, 2016), refratado como um ato de salvação patriótica.

Essa relação com o coral de apoio fez com que a população brasileira tivesse esperança em ver a corrupção ser investigada e dizimada no Brasil. Logo, a política era refratada como

²⁴ *Impeachment* ou destituição ou, ainda, impedimento, é um processo político-criminal instaurado por denúncia no Congresso para apurar a responsabilidade do presidente da República, governador, prefeito, ministro do Supremo Tribunal ou de qualquer outro funcionário de alta categoria, por grave delito ou má conduta no exercício de suas funções, cabendo ao Senado, se procedente a acusação, aplicar ao infrator a pena de destituição do cargo. Por metonímia, o termo também designa a destituição resultante desse processo. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/impeachment/#:~:text=Significado%20de%20Impeachment,senten%C3%A7a%20pr%20oferta%20pelo%20poder%20legislativo.>>. Acesso em: 20 maio 2020.

²⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/11/justica-dos-eua-investiga-denuncias-de-corrupcao-na-petrobras-diz-ft.htm>>. Publicado em: 10 nov. 2014. Acesso em: 30 out. 2020.

algo ruim e a Operação Lava Jato era refratada como a salvação do país. Auxilia no entendimento dessa voz angustiada do povo brasileiro, o fato de Moro ser valorado como um “justiceiro” em busca da verdade e do combate aos “vilões”. As narrativas midiáticas colocavam-no nessa posição, não demorando para que se refratasse Moro na posição de “herói brasileiro”, como podemos ver a seguir:

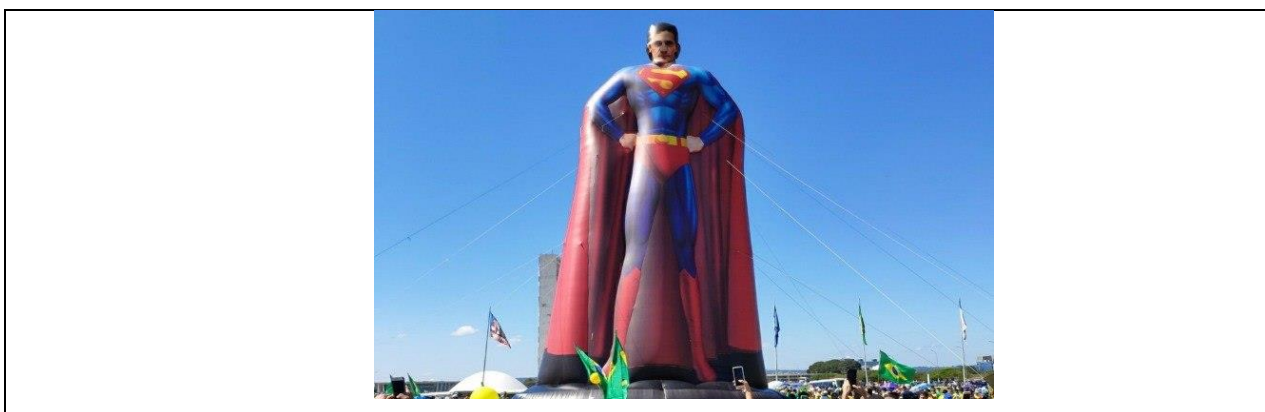
Figura 1. Representação de Moro como Super-homem.



Fonte: Disponível em: <<http://blogdobarreto.com.br/sobre-moro-veneno-da- vaidade-e-a-overdose-da-perda-de-credibilidade/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Moro representado como Super-homem foi uma das imagens que circularam nas redes sociais, refletindo o anseio de parte da população brasileira por um “herói” que a “salvasse” da injustiça social e da corrupção política sistêmica. Nas manifestações que decorreram a favor das ações da Lava Jato, Moro era representado da seguinte maneira:

Figura 2. Representação de Moro como herói nas manifestações.



Fonte: Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-05-26/manifestacao-pelo-governo-em-brasilia-tem-boneco-de-moro-super-heroi.html>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Observamos, aqui, Moro ainda como Super-homem, porém, em um balão inflável com cerca de 12 metros de altura. Em volta, notamos os manifestantes a favor da Operação Lava Jato, trajados com a camiseta da seleção brasileira de futebol e com bandeiras do Brasil, que se tornarão, no decorrer dessa narrativa, signos ideológicos, pois a regularidade do uso desses

trajes em manifestações dessa natureza, passa a demonstrar uma posição axiológica em relação aos ideais políticos. Logo, para o coral de apoio, vestir a camisa da seleção e sair às ruas é um ato valorado como patriótico e anticorrupção. Para os demais que viam excessos cometidos pelo juiz, vestir a camisa amarela da seleção era refratado como um ato alienado e manipulado por uma mídia que também construía essa imagem de Moro como herói.

Essa ideia de “herói do povo” é uma refração e uma compreensão responsiva da imagem construída pelos meios midiáticos. Moro se constituiu como esse herói pelo anseio brasileiro de justiça e pela midiaticização da Operação. A sua representação como Super-homem serve de metonímia, ou seja, refere-se à ideia de herói, com superpoderes, combatente da injustiça. Ainda, o Super-homem é conhecido como herói da esperança²⁶, o que coincide com a voz da população brasileira. Assim, a representação de Moro refrata as esperanças do povo e isso reflete em suas decisões. O coral de apoio defendido por Moro em seu artigo já estava construído e posicionado. Porém, suas decisões não visavam apenas um objetivo jurídico e, sim, como vemos no futuro dos acontecimentos, um objetivo político-midiático.

No Brasil, a ação contra a presidenta da estatal petrolífera Graça Foster leva à sua renúncia e outros diretores também seguem o mesmo passo. Esse fato se deve porque Graça teve seu nome envolvido em esquemas de corrupção pela delação de Venina Velosa da Fonseca e, mesmo sem apresentar provas, a renúncia era eminente (PINTO *et al.*, 2019).

Com isso, Almir Bendine assume a presidência da Petrobras com a missão de traçar a nova estratégia da empresa após todos os escândalos já enunciados. Considerando a delação de Paulo Roberto Costa, a Petrobras declarou, segundo o jornal *O Globo*²⁷, que teve perda de 6,2 bilhões de reais com a corrupção. Dessa forma, como ato responsivo, pensava-se novamente na privatização da estatal e em uma política de desinvestimento, ou seja, acredita-se que com o fim da política de investimentos iniciada na Ditadura Militar, a Petrobras não sofreria mais com os escândalos de corrupção.

A política de desinvestimentos e a importação em detrimento da autossuficiência do país foi intensa e reproduzida por todos os presidentes da estatal após Bendine (PINTO *et al.*, 2019). Assim, o preço dos combustíveis foi alterado e o subsídio do governo para segurar o preço do diesel foi extinta. Em outras palavras, essa política fez com que a Petrobras perdesse mercado e os combustíveis que eram exportados passaram a ser importados para suprir a demanda

²⁶ Disponível em: <<https://oligarquiapop.wordpress.com/2015/11/18/superman-o-heroi-da-esperanca/>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

²⁷ Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2015/04/petrobras-teve-perdas-de-r-62-bilhoes-com-corrupcao.html>>. Publicado em: 22 abr. 2015. Acesso em: 30 out. 2020.

nacional. Houve também aumento das demissões por parte da estatal e maior participação do mercado internacional no país (PINTO *et al.*, 2019). A política de preços dos combustíveis alterada e a extinção do subsídio governamental do diesel culminaram na greve dos caminhoneiros em 2018, também conhecida como a Crise do Diesel, com duração de 9 dias (21 a 30 de maio), na qual os caminhoneiros pediram por redução do preço do diesel, das tarifas de pedágio e a valorização do preço do frete.

No dia 15 de abril de 2015, Paulo Roberto Costa, com seu novo advogado João Mestiere, altera a sua versão da delação prestada em 2014, abandonando o discurso de esquema de propina (o valor de 3% no orçamento da obra, ou seja, um sobrepreço) e dizendo que os valores entregues aos partidos eram retirados da margem de lucro das empresas e, no fim de sua delação, ele comenta que não se poderia dizer que houve um sobrepreço (BRASIL, 2015). Ou seja, se antes ele afirmava que havia o pagamento de 3%, agora esse pagamento se deveria a partir dos lucros da empresa. A alteração do depoimento de Paulo Roberto levou ao questionamento sobre a veracidade de sua delação e da própria investigação que se iniciou com base em sua fala, pois não haveria a criação de um cartel e do sobrepreço sobre os combustíveis, que foram valorados como crimes de corrupção e refratados em diversos desdobramentos e fases da Operação Lava Jato. Além disso, se não havia os 3%, não haveria o porquê do *Class Action* estadunidense e não haveria também uma base para qualquer pagamento de multa para os EUA.

Paulo Roberto Costa não foi o único a mudar seu depoimento nas delações, outros delatores alteraram suas falas ao longo da investigação, como Augusto Mendonça, o empresário da Toyo-Setal – o primeiro empresário a se tornar delator no processo da Operação Lava Jato, conforme colocam Megale e Rocha (2015). O que os dois delatores têm em comum é o serviço prestado na primeira fase de investigação pela advogada Beatriz Catta Preta, sendo que ela advogou 9 delações de 18 que foram realizadas (AZEVEDO, 2015). Catta Preta foi posta, pelo jornalista Reinaldo Azevedo (2015), como a principal integrante de uma das quatro frentes da Operação Lava Jato que contava também com a Polícia Federal (agentes que efetivavam as prisões), o Ministério Público (Poder Judiciário que proporcionava mecanismos para os andamentos das investigações) e o juiz Sérgio Moro (aquele julgava os fatos e condenava os investigados). Catta Preta era sugerida pela Força-tarefa de Curitiba aos presos, assim, ela advogou e proporcionou o desenrolar das delações dos dirigentes, empresários e políticos, porém, não seguia com os processos e sempre abandonava os casos em primeira instância. Depois que Catta Preta largava os casos, os investigados mudaram o teor de sua delação (AZEVEDO, 2015).

Outro delator a alterar sua delação foi Julio Camargo, também da Toyo-Setal, que em sua primeira delação preservou os políticos e ao decidir mudar seu depoimento em 2015, delatou, segundo o MPF (2016) e Castro (2015), vários políticos envolvidos, entre eles, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB). Em dezembro de 2015, a Polícia Federal deflagra a *Operação Catilinárias*, a partir da delação de Julio Camargo e Delcídio do Amaral (PT), a fim de prender Cunha e outras 52 pessoas (DIAS; CARMO, 2019). Beatriz Catta Preta não assume o caso de Cunha e, repentinamente, decide abandonar a profissão sem justificativas e se muda do país. Com a saída de Catta Preta, outros advogados aparecem no cenário e no âmbito da Lava Jato, entre eles, um que ganha destaque é Marlus Arns que, segundo o Portal UOL (2015), foi responsável pelos acordos de delação dos empreiteiros da Camargo Correia, de Eduardo Cunha e sua esposa Cláudia Cruz.

Marlus Arns é sobrinho do então senador Flávio Arns (PODEMOS/PR) e advogado da APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) do Paraná, na qual atuou junto com Rosângela Wolff Moro, esposa do juiz Sergio Moro (OLIVEIRA, 2012). Ademais, Marlus trabalhara com Moro e Dallagnol em cursos e palestras ofertados pela própria Força-tarefa de Curitiba. Portanto, como o sociólogo Oliveira (2012) aponta, podemos notar que a equipe de investigação e de defesa dos investigados tem relações próximas uns dos outros, não apenas juridicamente, mas também relações da vida cotidiana fora do âmbito do trabalho, anteriores à Operação.

Em 2016, segundo Coggiola (2016), a operação, que já indiciava os ex-dirigentes da Petrobras, chegou a Nestor Cerveró, diretor internacional da estatal, o qual resolveu fazer a delação premiada, citando o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Com isso, intensificou-se a perseguição a esse político e, com o apoio da mídia e a adesão popular, a condução coercitiva de Lula, ordenada por Moro, transformou-se em um espetáculo midiático. A espetacularização midiática era amplamente promovida por ações do juiz, que divulgou, por exemplo, escutas telefônicas de conversas de Lula e Dilma, em um momento histórico da televisão ocorrido no dia 16 de março, um dia antes da votação do impeachment da presidenta na Câmara (SANTOS, 2017).

Sobre as delações premiadas, é importante notar que os fatos citados nelas eram motivos para execução de outras fases e desdobramentos da Operação Lava Jato, porém, o teor “das verdades ditas” poderia ser alterado em outra delação. Como já afirmamos, as delações eram uma forma de inflar escândalos na mídia, tornando-se lucrativas não somente para os veículos midiáticos, mas principalmente para a magistratura. Conforme pontua Gerck (2019) sobre a delação premiada:

[...] A arma para ganhar estrelismo na guerra seria apenas uma: a fala. Enquanto a operação se tornava uma verdadeira indústria da delação, as engrenagens midiáticas trabalhavam a todo vapor, transformando imediatamente os relatos de denunciados e delatores em produtos para consumo rápido de massa. Pelas redes sociais, as falas de um ou outro político alimentavam discussões polarizadas, usadas como trunfos da verdade sobre as causas da crise política e encaradas como provas para argumentos pró ou contra o partido da presidente. (GERK, 2019, p. 79).

Assim, conforme o documentário sobre a Lava Jato da TV GNN (2020), as delações eram meios lucrativos que constituíam a linha investigativa dessa operação. De acordo com o documentário, os advogados e magistrados envolvidos recebiam muito dinheiro para articular depoimentos dos seus acusados para que a Lava Jato não se perdesse. Estava, desse jeito, montada a *Indústria da Delação Premiada*, decorrente e a favor da operação.

Com o depoimento de Cerveró, a Operação Lava Jato e os investigadores buscaram apurar possíveis crimes nos quais o ex-presidente poderia estar envolvido. Com as descobertas do Sítio de Atibaia²⁸ e com o caso do Tríplex no Guarujá em 2016²⁹, indícios de que Lula estivesse envolvido nos esquemas de corrupção da Petrobras foram levantados pela Lava Jato. Em meio à espetacularização das operações da Lava Jato e do forte apoio popular, muitos veículos midiáticos criaram narrativas a partir desses dados com o intuito de construir uma imagem negativa de um presidente que tivera 80% de aprovação em seu mandato (CLAVEL; RODRIGUES, 2016). Como exemplo desse processo, trazemos quatro capas da revista *Veja*, que demonstram a valoração da revista sobre Lula em diferentes momentos da Lava Jato:

²⁸ Em 22 de maio de 2017, o Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba apresentou denúncia contra o ex-presidente Lula por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do sítio de Atibaia, no interior paulista. De acordo com o MPF, o ex-presidente teria recebido vantagens indevidas das empreiteiras Odebrecht e OAS, por meio da reforma do sítio, que teria custado mais de R\$ 1 milhão. Embora formalmente o imóvel pertença ao empresário Fernando Bittar, o MPF sustentou que o espaço era, na verdade, de Lula. Disponível em: <<https://www.blogdedaltroemerenciano.com.br/2021/08/entenda-a-cronologia-do-caso-do-sitio-de-atibaia-sobre-o-qual-juiza-rejeitou-denuncia-contralula-no-sabado/>>. Acesso em: 17 out. 2021.

²⁹ Uma operação da Lava Jato investigou os apartamentos do *Condomínio Solaris*, em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva supostamente teria um triplex. O condomínio está situado no Guarujá, onde a família do ex-presidente teria preferência de compra sobre imóvel e é investigado sobre o esquema de *offshores* criadas para remessas ao exterior de propinas relacionadas às fraudes na Petrobras. O Tríplex teria sido doado à Lula como pagamento de propina da OAS, em troca de favores na Petrobras. O ex-presidente foi condenado à prisão por essa ação, mas, em 2021, o Tribunal de Justiça reconheceu a inocência de Lula.

Figura 3: Capas da Revista Veja.



Fonte: Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/midia/com-novo-diretor-veja-coloca-lula-quatro-vezes-na-capa/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Como vemos na Figura 3, Lula é posto como chefe de um esquema criminoso, como um poder paralelo e até mesmo como ser mitológico grego (medusa). Voltando nosso olhar de forma mais atenta para cada uma dessas capas, percebemos que elas vão refratar, naquele cronotopo, uma valoração do ex-presidente como o grande vilão nos casos de corrupção da Petrobrás.

A criação dessa imagem de Lula enquanto vilão pela mídia no contexto da Lava Jato se intensifica em março de 2016, visto que, nesse mesmo mês, a revista *Veja* publica suas edições semanais tendo Lula em sua capa.

A capa da revista se constitui um gênero discursivo secundário, já que necessita de um processo mais complexo de elaboração. Nela, é possível percebemos que, em sua estrutura, enuncia-se as matérias veiculadas na edição, como reportagens, notícias, entrevistas etc. Assim, precisa-se que ela seja atrativa verbalmente e visualmente para o público-leitor, o interlocutor dessa enunciação. Portanto, ela é um enunciado concreto que estabelece relações dialógicas. Além do mais, a capa faz parte de redes ideológicas historicamente situadas, cumprindo dois papéis sociais: informar e persuadir o seu leitor em determinado assunto (ALMEIDA; XAVIER; OLIVEIRA, 2016).

A partir do entendimento desse gênero, é possível notarmos que as capas da revista *Veja* dessa época mostram a polaridade estabelecida no tratamento das operações da Lava Jato. De um lado, tínhamos o juiz Moro como herói da nação, do outro, tínhamos o oposto, Lula como vilão, ou seja, a mídia mostrava os dois polos (herói x vilão) e, dessa forma, as ações que cada

um deles tomava eram logo avaliadas como boas ou ruins conforme o posicionamento do coral de apoio e do sujeito-telespectador.

Isso posto, voltando nosso olhar para a capa da revista *Veja*, na primeira edição de março de 2016, vemos Lula apresentado como um fugitivo:

Figura 4: Primeira edição da revista *Veja* de março de 2016.



Fonte: Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/lula-tem-plano-secreto-para-evitar-prisao-pedir-asilo-a-italia/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Nessa primeira capa, vemos que há a colocação de Lula em uma posição valorada de vilão, já que a fuga é uma opção para evitar ser preso. Além disso, temos a imagem de Lula ao fundo, um pouco escurecida e avermelhada, o que remete à cor atribuída aos partidos esquerdistas: vermelho. Percebemos, ainda, uma expressão facial fechada e olhar melancólico, o que transmite a ideia de tristeza e angústia, somados ao enunciado verbal: “*Veja. Exclusivo. O plano secreto de Lula para evitar a prisão: pedir asilo à Itália e deixar o Brasil*”. Dessa forma, notamos que o nome da revista se completa ao restante do enunciado, formando uma chamada atrativa para o leitor conhecer melhor tal plano de fuga. Com isso, a imagem de Lula passa a ideia de frustração do ex-presidente, pois, como é dito na capa, os seus planos foram

descobertos e ele precisa, como última saída, fugir. A cor escurecida nos dá a ideia de ocultação, como se Lula estivesse se escondendo ou ocultando os seus planos.

A construção de imagem de vilão continua na segunda edição do mesmo mês, como vemos a seguir:

Figura 5: Segunda edição da revista *Veja* de março de 2016.



Fonte: Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/o-desespero-da-jararaca/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

A segunda capa, talvez a mais chamativa, estabelece relações dialógicas entre Lula e Medusa, monstro da mitologia grega com cabelos de cobra e com o poder de petrificar quem a olhasse nos olhos. O rosto de raiva do ex-presidente com os enunciados “*Veja. O desespero da jararaca*”, visto que *jararaca* (nome de uma serpente brasileira) aqui é um signo ideológico, pois não somente remete-se à cobra extremamente venenosa, mas também à uma pessoa má e traiçoeira, em outras palavras, Lula é uma pessoa traiçoeira assim como a jararaca e a Medusa. Além do mais, no enunciado seguinte temos: “*Com o governo Dilma derretendo sob ameaça do impeachment, Lula sai atrás de apoio em Brasília, recorre ao Supremo Tribunal e termina*

acuado por um pedido de prisão preventiva”. Ou seja, intenta-se colocar o ex-presidente como alguém cercado e que não há mais saída, porém, mesmo cercado, ele ainda é considerado “perigoso”, assim como a Medusa. A imagem foca no rosto de Lula, sendo que ao seu redor tudo está escuro, remetendo à ideia de que seus aliados já foram pegos e que ele está sozinho. Ademais, as cobras em sua cabeça podem ser valoradas como aqueles que ainda o apoiam e que estão com ele, assim, nesse entendimento, Lula é aquele que comanda tudo. Ainda, Medusa foi derrotada por Perseu, um semideus grego, o herói de Micenas, desse modo, se Lula é a Medusa, resta ao juiz Moro ocupar a posição de Perseu.

A capa da edição seguinte corrobora a ideia de que Lula controla muitos políticos e a corrupção no país:

Figura 6: Terceira edição da revista *Veja* de março de 2016.



Fonte: Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/o-desespero-da-jararaca/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Na terceira capa, a manchete “Lula comandava o esquema”, seguido de: “O senador Delcídio do Amaral antecipa a VEJA a segunda parte de sua delação e detalha como o governo vazava operações da Lava-Jato usando as senhas ‘ventos frios’ e ‘questão indígena’”, evidencia claramente a imagem que se quer passar de Lula como criminoso. Mesmo o adjetivo *criminoso* não acompanhando o substantivo *esquema*, o leitor produz o sentido de que se trata de um *esquema criminoso*, visto que essa expressão era muito discorrida nas diversas mídias no cronotopo estabelecido da Lava Jato.

Há também a repetição seis vezes da foto do ex-presidente fazendo um gesto obsceno (dar uma banana), a qual remete dialogicamente a certo apêndice masculino quando em impertinente estado de alerta máximo. Esse gesto é comumente empregado, de forma desrespeitosa, para mostrar que se ignora o que alguém acabou de dizer ou demonstrar. Assim, pelo enunciado produzido pela revista *Veja*, verbal e visual se amalgamam para mostrar que o ex-presidente não liga para as denúncias contra ele (Mensalão, Petrolão, Sítio de Atibaia, Tripléx do Guarujá, Casa Civil) e nem mesmo para a “voz das ruas”. A repetição da foto também gera o aumento do desrespeito, pois produz o sentido de que o ato seria repetitivo.

Por fim, na quarta edição de março de 2016, temos a seguinte capa:

Figura 7: Quarta edição da revista *Veja* de março de 2016.



Fonte: Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/o-desespero-da-jararaca/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Essa capa evidencia o ex-presidente, cercado de várias pessoas, com o olhar para trás e caído, dando a impressão de pensativo ou até mesmo triste, arrependido ou perdido. Na manchete há uma dualidade “Lula e a lei”, ou seja, paralelamente ele é posto à lei, assim ele não está na lei e, sim, à margem dela ou longe dela, de forma que a lei não pode alcançá-lo, mas pode confrontá-lo. Desse modo, o intuito de dizer apresenta que Lula estava com o poder paralelo à lei, um poder criminoso. Por outro lado, também evidencia que a lei está chegando à Lula, assim, representando os investigadores da Lava Jato que o irão prender, já que o olhar cabisbaixo dá essa impressão de descoberto, culpado e preocupado.

Os enunciados verbais também mostram uma dualidade, visto que dois deles colocam-se como posicionamentos de Lula e dos petistas (“*O ex-presidente depõe na Polícia Federal em São Paulo e sai debochando da justiça*”; “*Um dossiê fajuto contra o juiz Moro passa no Congresso e, mesmo assim, circula entre os petistas*”). Percebemos nesses enunciados verbais a valoração negativa feita pela revista *Veja* do ex-presidente que, embora nas malhas da lei (“*depõe na Polícia Federal*”), debocha da justiça, corroborando o publicado na capa anterior da revista. Por sua vez, a valoração positiva de Moro é feita, ao adjetivar o dossiê sobre ele como “fajuto”, reforçando, respectivamente, os papéis de criminoso e herói atribuídos a esses sujeitos. Embora “fajuto” a revista afirma que os petistas circularam entre si tal dossiê, produzindo sentidos de má intenção de desses sujeitos.

Nos dois outros enunciados (“*A delação de Delcídio do Amaral é uma bomba arrasadora contra Dilma e Lula*”; “*O ‘custo Dilma’ na economia é contabilizado na casa do trilhão*”), por sua vez, vemos posições contrárias tanto a Lula como a Dilma, que se colocam no campo jurídico e econômico. Esses enunciados, na dualidade estabelecida pela revista (“Lula e a lei”), estão ao lado da lei e contrárias aos dois presidentes do PT. Assim, a produção de sentidos da capa é desfavorável, em todos os enunciados, ao ex-presidente.

Em seu conjunto, as capas evidenciam uma construção ideológica de Lula como vilão descoberto, que articula planos e alianças, lidera grupos e esquemas e que, agora, está sendo confrontado pela Lava Jato. Esse confronto será o ápice da operação, já que esse anseio pela prisão de Lula criado pela mídia chegará a uma solução. As capas analisadas demonstram como a mídia construiu uma batalha ideológica entre Moro e Lula, batalha que deveria ter apenas um vencedor.

Todavia, como coloca Trigueiro (2019), não havia indícios que ligavam Lula à Lava Jato. O autor afirma que:

Existe, além disso tudo, uma indicação bem plausível de que a força-tarefa de Curitiba havia blefado a respeito da existência de relações entre os casos de corrupção na Petrobras e a posse do triplex. O blefe teria ocorrido a fim de evitar que o caso ficasse sob a investigação do Ministério Público do Estado de São Paulo. A ideia era levá-lo para ser julgado pela 13ª Vara Federal de Curitiba, onde Sergio Moro atuava como juiz. (TRIGUEIRO, 2019, página única).

Nessa perspectiva, a decisão de indiciar Lula era arbitrária e sem fundamentos, assim, os Procurados desejavam atingir Lula para que a população reagisse a favor deles. Dessa forma, o poder da Operação Lava Jato tornou-se decisivo no trâmite político, com uma intervenção jurídica no campo de atividade humana política. Isso provocou uma divisão na população brasileira: de um lado havia defensores da moral e da Lava Jato, formando o coral de apoio das decisões tomadas por Moro, e de outro, críticos das ações da Operação e do processo de “golpe de Estado contra a Presidenta Dilma”, valorado como impeachment. Evidencia-se, assim, que a opinião pública estava sensível aos fatos noticiados dessa investigação (TRIGUEIRO, 2019).

Segundo Clavel e Rodrigues (2016), a popularidade de Dilma estava alta até que, em 2013, as manifestações por insatisfações dos Poderes Executivo e Legislativo fizeram sua popularidade abaixar. Em seu discurso de abertura da Copa das Confederações, ela foi vaiada em pleno estádio, sendo que vários protestos eram motivados contra a realização dos eventos esportivos no país. O ápice da sua impopularidade acontece quando ela decide nomear o ex-presidente Lula como Ministro da Casa Civil. As manifestações se intensificaram e o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, pressionado pelas investigações, delatado por Julio Camargo e sem o apoio da Presidenta, aceitou o pedido de *impeachment* e o levou para votação na Câmara dos Deputados (CLAVEL; RODRIGUES, 2016).

Recorrendo ao pedido da população e por questões políticas, a Câmara dos deputados e o Senado aprovaram o *golpe* e a presidenta foi deposta. Esse ato foi um dos ápices da operação em si, ou seja, a operação que tratava de fatos ilícitos e agia sob a narrativa de combate à corrupção ajudara na construção de discursos que derrubaram uma presidenta da República (COGGIOLA, 2016).

Essa votação foi transmitida ao vivo como um espetáculo televisivo nas mídias brasileiras. Houve torcida em frente à Câmara e nas avenidas de muitas cidades brasileiras, como vemos nas Figuras 8 e 9, a seguir:

Figura 8. Representação de Dilma em balão inflável.



Fonte: Disponível em: <<https://rommelcosta.wordpress.com/2016/07/11/por-que-pode-pixuleco-contralula-e-dilma-e-nao-pode-contralewandowski-e-janot/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Aqui Dilma é representada como criminosa, valorada pela máscara preta em seu rosto, remetendo ao artifício usado por bandidos para esconder a própria identidade, com a faixa presidencial escrita *impeachment*, além do vermelho de sua roupa, representando os ideais de esquerda partidária, característica da vestimenta que frequentemente ela usava. Também como Lula, que teve sua imagem criada como pai da corrupção brasileira, Dilma é apresentada como “mãe da crise e da corrupção brasileira”. Na mídia e para o coral de apoio, o juiz Moro havia que combater os dois vilões (Lula e Dilma), para terminar com os crimes no Brasil.

A partir disso, manifestações contra e favor do golpe foram registradas em muitas cidades brasileiras. No dia da votação na Câmara, a Esplanada dos Ministérios estava ocupada pelos manifestantes divididos por um muro de segurança.

Figura 9. Vista do Congresso Nacional do lado de fora ocupado por manifestantes pró e contra o impeachment.



Fonte: Disponível em: <<https://www.aovivodebrasil.com.br/governo-de-brasil-fecha-esplanada-para-fase-final-do-impeachment-de-dilma/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

A Figura 9 mostra que aqueles que apoiavam a Presidenta estavam à esquerda, trajados de vermelho e referenciados como “comunistas”. Os outros manifestantes, do lado direito, trajados de verde e amarelo, posicionavam-se axiologicamente como o coral de apoio da Lava Jato. A Figura nos permite observar também que o posicionamento espacial dos manifestantes em frente à Câmara indicava também um posicionamento axiológico em relação à votação do impeachment, respectivamente esquerda e direita.

A votação do *impeachment* na Câmara do Deputados ocorreu no dia 17 de abril de 2016, um dia de domingo, por volta das 14h até às 23h, e foi transmitida pelos meios de comunicação como um grande evento esportivo, visto que houve, como já dissemos, pessoas acompanhando/torcendo nas ruas, nos bares, nas casas etc. Para Coggiola (2016), a votação apresentou-se como “um espetáculo digno de um circo, capaz de desmitificar historicamente o parlamento brasileiro e, com ele, todo o regime político vigente no país”. Dos 513 deputados que votaram, 273 (53%) são investigados em esquemas de corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, crime eleitoral, envolvimento em tráfico de drogas e suspeita de homicídios (VÉRAN; VANDERBERGHE, 2016). A votação terminou com 367 votos favoráveis ao *impeachment* e 137 contrários, 7 abstenções e 2 ausências.

Segundo Prandi e Carneiro (2017), a bancada evangélica da Câmara votou a favor do *impeachment* usando justificativas como: “pelo Brasil”, “pela família” e “em nome de Deus”. Na perspectiva bakhtiniana que seguimos neste trabalho, vemos que tais termos refletem uma posição axiológica e valorada entre os evangélicos: apoio à pátria (“pelo Brasil”), aos valores sociais e religiosos da família tradicional (“pela família”) e aos próprios valores da doutrina cristã (“em nome de Deus”). Ao recorrer a esses signos para construir o seu discurso, o deputado situa-se em uma posição ideológica construída que se tem de um “homem de Deus”, que luta por seu país, defende sua família e é temente à Deus. Esta tríade cristã é perpetuada por ensinamentos bíblicos e deveria refletir e refratar os homens cristãos/evangélicos.

Houve deputados também que votaram a favor na justificativa de luta contra corrupção e por conta da base do governo, ou seja, a posição axiológica e valorada que se criara era de homens íntegros que lutam contra as formas de crimes e que respeitam os partidos nos quais estão inseridos, isto é, algo parecido com a ideia de “homem de Deus”, porém sem citar a religião. Então, tem-se a imagem de pessoas políticas, envolvidas nas ideologias de seus partidos e que buscam o fim da corrupção e da politicagem (PRANDI; CARNEIRO, 2017).

Aos que votaram contra a cassação do mandato, todos calcaram seus votos em justificativas ligadas aos pressupostos da democracia e da ilegalidade do processo político, pois eles discursaram que na premissa do *impeachment* escondia-se um golpe de Estado (DIAS,

2016). Todavia, as posições assumidas pelos deputados que sobressaíram na mídia foram a de posição-religiosa e a posição-partidária. A posição assumida contra *impeachment* e o discurso a favor da democracia foram, algumas vezes, deixados de lado pela mídia, e outras vezes, os sujeitos que os proferiram foram refratados como inimigos da nação ou de políticos criminosos/corruptos.

Com o golpe, o vice-presidente Michel Temer, político pertencente ao partido recém nomeado Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tornou-se o governante interino de Estado e, a partir desse momento, a Operação Lava Jato começou a perder força. Os crimes imputados a Dilma, para fundamentar o “*impeachment*”, tornaram-se legais no novo governo e as investigações já não ocorriam com tanto movimento midiático e frenético³⁰. Em decorrência de todos esses atos, os grandes partidos políticos foram descreditados e, assim, ascenderam novos partidos que eram pequenos antes (COGGIOLA, 2016). A reprovação do novo governo chegou a 79%³¹ e Temer foi denunciado pelos crimes de corrupção passiva e respondeu por eles enquanto estava em mandato (BENITES, 2017).

Ainda em 2016, com o governo Temer, Rodrigo Janot, Procurador Geral da República na época, pede a prisão do núcleo do MDB e, assim, os políticos Eduardo Cunha, Renan Calheiros, Romero Jucá e José Sarney têm suas prisões decretadas sob a acusação de tentar obstruir a Operação Lava Jato, fazendo com que Temer perdesse 6 ministros em seu governo. Contudo, Teori Zavascki (ministro do Supremo Tribunal Federal) negou todos os pedidos feitos pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e Temer conseguiu continuar governando com aprovações na Câmara e no Senado (SANTOS, 2017).

Em relação à Petrobras, um ministro desse governo que ganha destaque é José Serra (PSDB), que fora candidato a presidente em 2010 e derrotado por Dilma, agora é Ministro das Relações Exteriores e cumpre a promessa feita à Chevron, propondo medidas para derrubar a Lei do Pré-sal, conseguindo a aprovação no Senado (JOÃO FILHO, 2017). Na véspera da votação, segundo o jornal *The Guardian* (2017), Serra recebe no Gabinete do Itamaraty a cúpula britânica da Shell e, nesse jogo de interesses, a Lei 4567/2016, conhecida como a “lei da partilha”, é aprovada. Assim, Temer sanciona a lei de entrada internacional no mercado de petróleo brasileiro (JOÃO FILHO, 2017).

Em 2017, a Operação realizou busca no apartamento de Geddel Vieira Lima (filiado ao MDB e Ministro da Integração Nacional do governo Temer) e lá apreenderam oito malas

³⁰ Esse movimento reflete-se, como já dissemos, no próprio declínio das operações da Lava Jato.

³¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-tem-aprovacao-de-4-e-reprovacao-de-79-diz-pesquisa-ibope.ghtml>>. Acesso em: 20 maio 2020.

repletas de dinheiro vivo, tendo 51 milhões de reais. Nesse momento, segundo o Ministério Público Federal, a Lava Jato entrava na história do país por outro recorde, nunca se tinha apreendido tanto dinheiro vivo antes. Todavia, a Operação se defronta novamente com um presidente da República, nesse caso, o jornal *O Globo* divulga as conversas telefônicas de Joesley Batista, empresário do frigorífico JBS, com Temer no Palácio do Jaburu. Nessa conversa gravada e dada aos juízes em sua delação premiada, Joesley fala que está pagando pelo silêncio de Eduardo Cunha (SANTOS, 2017).

Nesse jogo de ataques e descrenças, políticos aliados ao discurso antissistêmico e antipolítico fazem surgir o “partido *lavajatismo*”, termo usado por Gilmar Mendes (Ministro do Supremo Tribunal Federal), como uma espécie de poder paralelo. Esse poder é constituído sob a falsa promessa de que a Operação Lava Jato é a única responsável por livrar o país da corrupção, ou seja, em nome do combate à corrupção valeria tudo (LOPES, 2019), até mesmo praticar excessos na lei; dessa forma, toda e qualquer crítica à Operação era refrata como defesa de bandido ou algo do mal.

Em 2017, com a premissa de apuração de fatos e tendo como suporte o coral de apoio, o Procurador da República Deltan Dallagnol montou uma apresentação na qual acusava o ex-presidente Lula de vários crimes de corrupção. Usando um mecanismo proporcionado pelo *PowerPoint*³², Dallagnol apresentou a denúncia e a finalizou da seguinte forma:

Figura 10: PowerPoint elaborado por Dallagnol.



Fonte: Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-out-02/salomao-admite-recurso-lula-powerpoint-dallagnol>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

³² *Microsoft PowerPoint* é um programa utilizado para criação/edição e exibição de apresentações gráficas, originalmente escrito para o sistema operacional Windows. Disponível em: <<https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/powerpoint>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

Observamos que a proposta de Dallagnol era incriminar o ex-presidente por vários crimes a partir de algumas delações, como a de Nestor Cerveró, isto é, houve uma tentativa de estabelecer relações dialógicas e posicionar sujeitos axiologicamente nesses crimes. Pensando na perspectiva bakhtiniana, Dallagnol ocupa-se de uma compreensão responsiva ativa, retomando os enunciados das delações premiadas a fim de posicionar Lula discursivamente nos diálogos estabelecidos entre o delator e o judiciário. Ao final de sua apresentação, o procurador declarou “que não havia provas, mas convicção³³”.

Nessa coletiva de imprensa, o Procurador Dallagnol também utiliza várias vezes o signo “propinocracia”, neologismo formado da palavra *propina* mais *-cracia* (do grego “poder”), referindo-se ao “poder da propina”. Em outras palavras, há uma retomada do enunciado propina que se constitui por valores e significações historicamente constituídos que remetem ao dinheiro pago ilicitamente a agentes públicos e/ou privados. Assim, a interação daquele que paga com o outro que recebe e mais os demais que acabam sabendo desse esquema ilícito fazem com que a propina assuma ideologias que a atravessam constantemente e exerça influência nesses sujeitos, ou seja, um poder.

Essa ideia de poder está relacionada tanto à dimensão do dinheiro pago quanto à força que um sujeito-pagante exerce naquele que recebe e vice-versa. Portanto, a propinocracia remete aos atos ilegais que compõem a contabilidade da estatal petrolífera e à influência que as pessoas envolvidas com esse crime exercem sobre as demais. Dessa forma, a propinocracia enunciada por Dallagnol é o oposto da democracia, já que na democracia temos o “Poder do povo” na governança, ou seja, o povo escolhe seu governante. Por outro lado, a propinocracia seria o “Poder da propina” no governo, assim, quem escolhe os governantes é o valor da propina, ou seja, o regime de governo adotado seria o da propina ao invés do povo, como na democracia.

O coral de apoio refratou a apresentação como verdadeira e fez uma retomada discursiva empregando em outros enunciados que Lula era o criminoso responsável pela corrupção brasileira. Por outro lado, o grupo de críticos da Lava Jato posicionou-se em uma compreensão responsiva ativa e reutilizou o trecho final do discurso de Dallagnol em gêneros discursivos multimodais *memes*, abordando também a ironia.

Mesmo sem fundamentos para construção de uma denúncia, o ex-presidente foi chamado a depor em Curitiba contra os crimes apresentados no PowerPoint. A imagem que se tinha de Lula nas mídias e muitas manifestações era a de ladrão e culpado da corrupção existente

³³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/09/afinal-procurador-da-lava-jato-disse-nao-temos-prova-temos-conviccao.html>>. Publicado em: 15 abr. 2017. Acesso em: 16 nov. 2020.

no país. Não demoraram para surgir, nas ruas brasileiras, discursos como “Lula Ladrão” ou “Lula na cadeia”, propagados pelo coral de apoio. Em muitas manifestações a favor da Lava Jato, Lula também era representação por um balão inflável, como na figura a seguir:

Figura 11. Representação de Lula em balão inflável nas manifestações.



Fonte: Disponível em: <<http://www.politicacomk.com.br/pixuleco-boneco-de-lula-deve-voltar-as-ruas-em-brasilia-no-dia-7-de-setembro/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Como podemos perceber, na manifestação, o balão que representa Lula está caracterizado por roupas listradas dando a entender que ele é um prisioneiro, com os signos ideológicos 13, o qual não apenas remete ao número cardinal, mas também refere-se ao número do seu partido (PT), usados nas eleições, e 171, também não sendo apenas o número cardinal, mas remetendo ao Art. 171 do Código Penal Brasileiro, popularmente valorado como estelionatário, ou seja, coloca a posição valorada ocupada por Lula e seu partido como criminosos estelionatários que enganam o povo brasileiro. Em outras palavras, a representação de Lula é uma refração dos discursos postados nas mídias e há essa construção de elementos (números e uniforme listrado) para evidenciar e propagar a ideia de que Lula é um criminoso.

Em 2018, o ex-presidente Lula, cotado para concorrer às eleições desse mesmo ano, é preso e impedido de se candidatar. Essa prisão marca também o espetáculo midiático que retornava apenas para cobrir a ação da Polícia Federal (CONNY, 2018). A prisão em segunda instância de Lula foi motivada não por provas, mas pelas convicções postas por Dallagnol em seu PowerPoint. Além do mais, a velocidade em que o processo foi julgado abre críticas às ações dos Procuradores, visto que se decretou a prisão de Lula em menos de 48 horas.

Dessa forma, o ex-presidente, considerado o candidato favorito, não pode concorrer às eleições, ou seja, sem Lula na concorrência das eleições, o candidato do Partido Social Liberal (PSL), Jair Messias Bolsonaro ganha o pleito em segundo turno e, em 19 de novembro de 2018,

o juiz Sergio Moro pede exoneração para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública oferecido pelo próprio Bolsonaro. Essa saída de Moro e seu ingresso ao Ministério foi criticada e, em decorrência da prisão e do impedimento de Lula em concorrer às eleições promovidas pelo ex-juiz, muitos acusaram-no de tomadas de decisões políticas nas investigações da operação, não tendo a imparcialidade tanto requerida pelo Magistrado (DUARTE, 2019). Em movimento oposto, o coral de apoio da Lava Jato vê esse ingresso como uma forma de melhorar o combate à corrupção.

No mesmo ano, segundo Fernandes *et al.* (2018), a Petrobras perde o processo da *Class Action* movido pela Justiça Estadunidense e, dessa forma, faz um acordo de 10 bilhões de reais para sanar investidores estrangeiros, o que aprofundou a recessão da estatal brasileira.

Em 2019, as críticas à Operação Lava Jato se intensificam quando o *The Intercept Brasil*³⁴ divulgou as conversas de Moro com Dallagnol no aplicativo de *smartphone Telegram*³⁵. As transcrições evidenciam que Moro deu informações privilegiadas à acusação, auxiliou o Ministério Público a construir casos, além de orientar a promotoria e sugerir modificação nas fases da Operação Lava Jato. Também mostram cobrança de agilidade em novas operações, conselhos estratégicos e antecipação de pelo menos uma decisão (a de Lula). Ademais, Moro ainda forneceu pistas, informes e sugestões de recursos ao Ministério Público (DUARTE, 2020). Essa prática, por violar o Código de Ética da Magistratura e a Constituição Brasileira, anularia as ações contra alguns políticos, principalmente o ex-presidente Lula.

No aplicativo Telegram, segundo Alves (2019), Sergio Moro fazia parte de 4 grupos de conversas com os Procuradores e trocava mensagens de ordens e estratégias com Deltan Dallagnol, aconselhando o momento de efetuar prisões e deflagrações de operações a fim de aumentar um sentimento/adesão forte na população brasileira através da mídia. Tal sentimento já foi nomeado nesta seção como *lavajatismo*, ou seja, uma ideologia carregada e valorada pelo

³⁴ *The Intercept* é um jornal on-line independente. Foi lançado em fevereiro 2014 pela *First Look Media*. A organização de notícias foi criada e financiada por Pierre Omidyar, fundador da *eBay*, e os seus editores são Glenn Greenwald, advogado norte-americano, especialista em direito constitucional e ex-jornalista do *The Guardian*; Laura Poitras, cineasta, documentarista e escritora e Jeremy Scahill, jornalista investigativo norte-americano, especialista em assuntos de segurança nacional e autor do livro *Blackwater: The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army*. A versão brasileira entrou no ar dia 2 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/brasil/staff/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

³⁵ O *Telegram* é um serviço de mensagens instantâneas baseado na nuvem. O *Telegram* está disponível para *smartphones* ou *tablets*, computadores e também como Aplicação web. Os usuários podem enviar mensagens e trocar fotos, vídeos, *stickers* e arquivos de qualquer tipo. Disponível em: <<https://techcrunch.com/2013/10/27/meet-telegram-a-secure-messaging-app-from-the-founders-of-vk-russias-largest-social-network/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

coral de apoio a favor das ações da Operação Lava Jato. Esse grupo de conversas de Moro com os Procuradores era intitulado *Filhos de Januário*³⁶.

Com as divulgações das mensagens pelo *The Intercept Brasil*, Moro teve sua posição-sujeito de herói nacional contestada e alguns meios midiáticos que o apoiavam, passaram a também criticá-lo, como observamos na Figura a seguir:

Figura 12. Capa da revista *Veja* de junho de 2019.



Fonte: Disponível em: <<https://www.saibamais.jor.br/ex-juiz-sergio-moro-esta-desmoronando-ataca- revista-veja/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

No exemplar textual do gênero capa de revista, a imagem de herói representada pelo busto, valorada como muitos militares e pessoas importantes eram eternizados na Antiguidade Clássica, aparece se desmanchando. A imagem estabelece relações com o verbal, no qual se joga com o sentido do verbo desmornar (pôr ou vir abaixo, fazer ruir ou ruir, desmantelar-se) e o nome do ex-juiz: DES-MORO-NANDO. O subtítulo (“*Diálogos comprometedores com o Ministério Público, com claras transgressões à lei, desconstroem a imagem de Sérgio Moro, o*”

³⁶ O nome do grupo faz referência à Januário Paludo, Procurador da República do MPF, que ganhou notoriedade por integrar a força-tarefa do MPF na Operação Lava Jato, em Curitiba, sendo ainda colaborador da força-tarefa. É coordenador da unidade descentralizada da corregedoria do Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4). Além disso, trabalhou no caso do Banestado (mencionado anteriormente). Ele é alvo de investigação, suspeito de receber propina do doleiro Dário Messer em troca de proteção judicial. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/12/05/integrante-da-lava-jato-procurador-januario-paludo-e-alvo-de-investigacao-penal-no-stj.ghtml>>. Publicado em 05 dez. 2019. Acesso em: 05 nov. 2020.

grande herói da Lava-Jato”) funciona na atribuição de sentido do título e da imagem, valorando negativamente o juiz como transgressor da lei da qual era um representante. A esse momento, a ideia que se tinha de herói estava se desfazendo, visto que, pelas mensagens interceptadas, essa imagem foi construída a partir de descasos com a jurisdição e de decisões políticas em âmbito judicial (LOPES, 2019). Assim como muitos militares, combatentes e muitas personalidades históricas têm suas posições de heróis contestadas, Moro também passa, nesse momento, pelo mesmo processo.

As mensagens interceptadas dos Procuradores e de Moro não foram negadas por eles, pelo contrário, na Primeira Nota do MPF (BRASIL, 2019), há a confirmação de que essas mensagens são verídicas e que os celulares foram considerados invadidos por *hackers*. Com isso, a Polícia Federal deflagrou uma operação para a prisão de um suposto grupo de *hackers* residentes na cidade paulista de Araraquara.

Apesar do conteúdo das mensagens comprovarem os excessos na lei cometidos pelos Procuradores e, principalmente, por Moro, parte da população brasileira saiu às ruas em manifestações em apoio ao ex-juiz e ao Presidente Bolsonaro. Houve ataques verbais contra o *The Intercept*, duvidando da fonte das mensagens (LOPES, 2019). Essa responsividade reforça a ideia de lavajatismo exercida pelo coral de apoio.

Ainda em 2019, segundo a *Carta Capital* (2019), os Procuradores cogitaram a criação do Fundo Lava Jato ou Fundação Lava Jato, um projeto de captação de recursos que autorizaria a criação de uma fundação privada, de direito privado, coordenada pela própria Força-tarefa de Curitiba por meio de seus Procuradores (funcionários públicos). O valor arrecado para tal feito seria de 2,5 bilhões de reais e seria usado para projetos privados no intuito de combater a corrupção. O dinheiro destinado a essa fundação viria do acordo do Departamento de Justiça Estadunidense (DOJ), da Petrobras e da intromissão do MPF, visto que o DOJ aceitou devolver 80% da multa aplicada à Petrobras em 2018 e esse dinheiro seria totalmente destinado a estatal petrolífera (USA, 2018).

O acordo feito com o DOJ considera a devolução do dinheiro em troca da Petrobras fornecer aos EUA relatórios periódicos que incluem informações proprietárias, financeiras e sigilosas da empresa petrolífera; tais relatórios devem ser completos, verídicos e atualizados conforme a necessidade. Caso esse acordo não seja cumprido, 100% do valor retorna aos EUA (USA, 2018). Todavia, o valor destinado para os Procuradores foi bloqueado pela Procuradoria Geral da República, na pessoa da Procuradora Raquel Dodge, justificando que a Fundação Lava Jato não tem nenhuma base jurídica para gerir o dinheiro (SASSINE, 2019).

O dinheiro devolvido pelo DOJ e retirado das mãos da Fundação Lava Jato foi, segundo a Fundação Única dos Petroleiros (2019), direcionado para a preservação da Floresta Amazônica e uma parte para o Ministério da Educação e Cultura (MEC). No entanto, a má gestão do então Ministro da Educação Abraham Weintraub e a falha de produção/execução de seus projetos para a educação brasileira fez com que o valor não pudesse ser desbloqueado, gerando uma crise entre Ministério e a Câmara dos Deputados. Dessa forma, segundo Vassallo e Macedo (2020), esse dinheiro só pôde ser usado em 2020 para o combate da crise sanitária gerada pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2)³⁷.

Em relação à Petrobras, na política de desinvestimentos, o atual presidente da estatal, Castello Branco, declarou em entrevista à revista *Valor Econômico*³⁸ (2019), que tal política continuará e será mais agressiva na gestão Bolsonaro. Isso fez com a crise de desemprego aumentasse no país e desvalorização da empresa no Mercado Financeiro chegou a 40%. A Petrobras, segundo o *Infomoney*, teve queda na Bolsa de Valores que chegou a 70%, enquanto suas concorrentes chegaram a ter uma queda máxima de 35%.

Por outro lado, a Petrobras nunca esteve perto da falência como declarava a narrativa midiática, visto que ela fechou o terceiro trimestre de 2018 com o lucro de 6,6 bilhões de reais, 371% acima em comparação com o ano de 2017. Ao total, de 2012 a 2017, a empresa teve arrecadação estável entre 25 a 27 bilhões de dólares por ano (ALVARENGA; SILVEIRA, 2018).

Duarte (2020) pontua que quando as mensagens descriptografadas de Moro foram divulgadas, houve contestações da prisão do ex-presidente, já que os Procuradores efetuaram sua prisão e o impedimento da candidatura por receio da vitória petista e a volta de Lula ao Poder Executivo após o golpe do impeachment de Dilma em 2016. Além disso, temia-se que Lula, enquanto Presidente da República, encerrasse as ações da Lava Jato.

Assim como Moro teve sua imagem de herói desfeita por parte da mídia, Lula foi discursivamente posicionado como prisioneiro político vítima de perseguição, o que já vinha ocorrendo por parte dos seus apoiadores. O ex-presidente foi comparado à Mandela por Conny (2018) em seu artigo de opinião em que afirma:

³⁷ A pandemia em curso de COVID-19 é uma doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). A doença foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China, em 1 de dezembro de 2019, mas o primeiro caso foi reportado em 31 de dezembro do mesmo ano. Disponível em: **Coronavirus disease (COVID-19) outbreak**. Organização Mundial da Saúde. Acesso em: 11 de mar. 2020.

³⁸ RAMALHO, A.; POLITO, R. **Petrobras**: desinvestimento não significa desmonte, diz Castello Branco. Revista Valor Econômico. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/08/02/petrobras-desinvestimento-nao-significa-desmonte-diz-castello-branco.ghtml>>. Publicado em 02 ago. 2019. Acesso em: 02 nov. 2020.

Lula está em uma situação comparável ao do falecido Nelson Mandela, ele é um prisioneiro político e apesar da implacabilidade da pseudo justiça de seu país e da mídia, ele continua sendo o favorito das eleições presidenciais, e o povo brasileiro sabe muito bem por quê. (CONNY, 2018, p. 3, tradução nossa).³⁹

Essa comparação se baseia nas relações dialógicas das motivações políticas nas quais os dois sujeitos foram encarcerados, pois Mandela era líder do povo negro na África do Sul no período do *apartheid* e Lula é considerado o líder dos trabalhadores em um período de luta pelos direitos trabalhistas e “pai dos pobres” no período de seus mandatos. Portanto, calcando na afirmação de Bakhtin (2011, p. 331) de que “[...] dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, [...], no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles [...]”, os dois líderes se elegem com discursos semelhantes nos quais abordam a luta pelo povo como a principal característica. Os discursos se aproximam e atos dos adversários dos dois se assemelham, estabelecendo, então, relações dialógicas que se refletem em motivações para prisões.

A imagem de Lula como um prisioneiro político reforçou as manifestações a favor da soltura do ex-presidente, visto que as justificativas e os argumentos aumentavam. Nas ruas brasileiras, a responsividade desse ato faz surgir o movimento *#LulaLivre*, composto por outros movimentos sociais e também entidades sindicais, além de personalidades internacionais, como observamos na imagem a seguir:

Figura 13. Manifestantes Lula Livre.



Fonte: Disponível em: <<http://www.industrial-union.org/free-lula>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

³⁹ “Lula est dans une situation comparable à celle du regretté Nelson Mandela, c’est un prisonnier politique et en dépit de l’acharnement de la pseudo justice de son pays et des médias il reste le favori des élections présidentielles, et le peuple brésilien sait parfaitement pourquoi.” (CONNY, 2018, p. 03).

Esse movimento chega ao seu fim quando Lula deixa a prisão, após ser encarcerado por 580 dias. A decisão de sua soltura, segundo Benites (2019), foi tomada pelo STF, que derrubou a prisão em segunda instância. Desse modo, a posição discursiva que Lula ocupava mudou de vilão para inocente, mas ainda há aqueles que o valoram como um vilão, principalmente para o atual governo de Bolsonaro⁴⁰, assim como há aqueles que ainda valoram Moro como herói do povo brasileiro, apesar dos fatos ocorridos e os erros jurídicos apontados. O coral de apoio da Lava Jato também especula a volta de Sergio Moro enquanto Presidente do País nas eleições de 2022.

As mensagens interceptadas, segundo Duarte (2020), revelaram uma ação conjunta extraoficial dos Procuradores com o FBI, na pessoa de Leslie Rodrigues Backschie, em outubro de 2015. Essa reunião aconteceu sem o conhecimento e a autorização do MPF, o que gerou inúmeras críticas ao ato. Em conversas privadas verificou-se que Deltan Dallagnol se encontrava e dialogava com agentes do FBI, além de realizar viagens para os EUA para se reunir com o DOJ, sem que tais ações fossem de conhecimento do Poder Executivo Brasileiro.

Sergio Moro e Maurício Valeixo assinaram diversos acordos com o FBI durante o período das atividades da Lava Jato, sendo que tais acordos incluíam ampliação e legalização de normas que aumentaram a influência estadunidense em diferentes áreas de combate ao crime no Brasil. Logo que essas informações vieram à tona, Moro pegou uma licença e viajou aos EUA. Essa viagem, ainda que a passeio, incluiu uma reunião do ex-juiz com o diretório do FBI (DUARTE, 2020).

De 2019 a 2020, a Operação Lava Jato perdeu sua força e vários processos julgados e sentenciados foram anulados pelo Supremo Tribunal Judicial (STJ). Assim, com o seu espaço cada vez menor na mídia, a Lava Jato ainda viu o presidente Bolsonaro exonerar o delegado Maurício Valeixo do cargo de diretor geral da Polícia Federal, o que estremeceu a relação do presidente com seu Ministro da Justiça, Sergio Moro. Esse conflito com o presidente gerou, em 24 de abril de 2020, o pedido de demissão de Moro do cargo de ministro, deixando o Governo Bolsonaro (BRASIL, 2020).

Com sua saída do Ministério da Justiça e Segurança, os brasileiros apoiadores do Governo o valoraram como um traidor, oportunista e também o chamaram de “comunista”⁴¹.

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.brasil247.com/midia/pml-lula-solto-e-um-perigo-para-o-atual-governo>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

⁴¹ Diferentemente do que se entende por comunismo, como uma organização socioeconômica baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, esse regime é visto, pelos apoiadores de Bolsonaro, como toda aquela política que se associa à partidos de esquerda e que discordam das ideias levantadas por Bolsonaro, ou seja, todo crítico e não apoiador do governo é considerado “comunista”, independente se suas ideias são de esquerda ou de

Contudo, ainda há aqueles que o veem como um herói nacional e possível futuro presidente da nação (PORTAL UOL, 2020).

Em 7 de outubro de 2020, a Força-tarefa de Curitiba e a Operação Lava Jato chegam ao seu fim. O receio do ex-presidente Lula vencer as eleições e terminar com a Operação foi em vão, já que o candidato apoiado pelos Procuradores venceu e decidiu encerrar as atividades da Força-tarefa de Curitiba. O presidente Bolsonaro, em seu discurso de encerramento da operação, declarou que o motivo do término era “porque não tem mais corrupção no governo”⁴² (Portal G1, 2020). Na compreensão responsiva ativa, em oposição a esse ato e com o sentimento de decepção, vários Procuradores e advogados ligados a Lava Jato pediram demissão em massa, encerrando também a carreira pública (SÃO PAULO, 2020). Com o fim da maior operação do país, Moro foi residir nos EUA e trabalha na iniciativa privada⁴³, atuando como consultor da Alvarez & Marsal, uma empresa estadunidense que presta serviços de recuperação judicial. Entre os clientes dessa empresa estão as empreiteiras Odebrecht e OAS, as mesmas que foram investigadas na Operação Lava Jato e quase faliram com as investigações.

Apesar de todos os erros levantados pela na mídia, principalmente após a série de reportagens de *The Intercept*, a Operação Lava Jato, segundo a Procuradoria da Polícia Federal, recebeu vários prêmios como: *Global Investigations Review*, em 2015; o *Hors Concours*, Prêmio Anticorrupção e o Prêmio Innovare, em 2016; e foi finalista do prêmio *Allard*, em 2017. Ademais, com o fim da Lava Jato em 2020, divulgaram-se dados referentes aos seus atos, prisões, condenações etc. Esses dados constam no quadro a seguir:

Quadro 1. Ações da Operação Lava Jato em números⁴⁴.

Números da Operação Lava Jato em 6 anos	
Condenações	263
Fases	76
Buscas e apreensões	≈ 4000

direita. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/colunistas/raphaelsilvafagundes/se-bolsonaro-odeia-tanto-o-comunismo-entao-sejamos-comunistas/>>. Publicado em: 18 ago. 2019. Acesso em: 8 ago. 2020.

⁴² Portal G1. **Bolsonaro diz que ‘acabou’ com a operação Lava Jato porque governo ‘não tem mais corrupção’**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/07/bolsonaro-diz-que-acabou-com-a-operacao-lava-jato-porque-governo-nao-tem-mais-corrupcao.ghtml>>. Publicado em: 07 out. 2020. Acesso em: 17 nov. 2020.

⁴³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/29/sergio-moro-assume-cargo-de-diretor-em-empresa-de-consultoria-em-sp.ghtml>>. Publicado em: 29 nov. 2020. Acesso em: 26 out. 2021.

⁴⁴ Dados divulgados nas mídias. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/lava-jato/5-anos-de-lava-jato-285-condenacoes-600-reus-e-3-000-anos-de-penas/>>; <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-03/lava-jato-completa-cinco-anos-com-155-pessoas-condenadas>>; <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/numeros-da-operacao-lava-jato>>. Acesso em: 30 abr. 2020; <<https://br.reuters.com/article/idBRKBN25M1NF-OBRTPT>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Delações premiadas	209
Acusados	532
Conduções coercitivas	262
Prisões preventivas	347
Prisões temporárias	196
Prisões	160
Denúncias	167
Réus	600
Acordos	15
Absolvidos e anulados	15
Suicídio	1

Fonte: Procuradoria da Polícia Federal e mídias diversas.

A Lava Jato fundou a crença na população que todos os problemas se resolveriam com a limpeza da corrupção. Assim, combater desvios geraria efeitos econômicos benéficos para o país, pois uma vez acabada a corrupção, sobraria mais dinheiro para investigar dando fim aos problemas brasileiros. Contudo, o caminho não foi esse, pois a Operação gerou uma fé no Judiciário que, calcando-se nesse apoio, acabou por justificar todo e qualquer excesso na lei para que a corrupção terminasse.

A Lava Jato prendeu políticos e empresários, expôs um esquema que se iniciou na Ditadura Militar e trouxe para o cotidiano do brasileiro a política, sendo um marco benéfico. Todavia, a Operação Lava Jato fundou também o lavajatismo, e a compreensão responsiva dessa operação refletiu na produção de exemplares de vários gêneros, como: i) os livros *Lava Jato* (2016) de Vladimir Netto; *Sergio Moro: a história do homem por trás da operação que mudou o Brasil* (2016) de Joice Hasselmann; *Lava Jato: aprendizado institucional e ação estratégica na justiça* (2020) de Fabiana Alves Rodrigues; ii) o seriado televisivo *O Mecanismo* (2018-2019); iii) o filme *Polícia Federal: a lei é para todos* (2017); iv) o anúncio publicitário *10 medidas contra a corrupção* (2015); v) canções como *Flow Lava Jato* (2018), interpreta por MN Mc; *É sua culpa! Música da Lava Jato, Forte e Verdadeiro* (2017) de Leonardo Carvalho; *Pique Lava Jato* (2018) de ZnCrew e Essencial Rap; e, por fim, *Lava Jato Funk* (2017) de Mc Pesadelo.

A Operação Lava Jato custou muito aos cofres públicos, sendo que no período de 2014 a 2017, a somatória dos déficits era de mais de 3,8 bilhões de reais. Segundo o economista Luiz

Fernando de Paula, em entrevista à TV GNN⁴⁵ em 2019, a Lava Jato trouxe prejuízos difíceis de calcular para a economia brasileira, visto que somente o impacto dessa operação nos anos de 2015 a 2016 resultou em uma perda de 146 bilhões de reais (2,5%) no PIB brasileiro. Isso foi ocasionado pelo fato dos Procuradores da Lava Jato quererem combater e expor na mídia a Pessoa Jurídica como corrupta, em vez de apenas atentar-se aos diretores corruptos. Dessa forma, a Petrobras sofreu com as perdas da corrupção e pagou multas por atos ilícitos de seus funcionários. Isso, aliado à política de desinvestimentos e ao descrédito que as empreiteiras brasileiras estão sofrendo atualmente, faz a empresa petrolífera perder cada vez mais mercado e, com ela, a economia brasileira também perde.

Uma operação, que se iniciou com o intuito de apurar e investigar crimes de corrupção, viu muitos dos presos serem absolvidos de seus crimes por erros nos processos e falta de provas. Entre eles, podemos citar o doleiro Alberto Youssef, o primeiro preso dessa operação, que foi absolvido, segundo a revista *Fórum* (2019), por erros nos processos judiciais e voltou a exercer sua função de vender dólar no mercado clandestino.

A corrupção é algo complexo de se resolver e conduzir a crença da população da maneira como a Lava Jato fez não solucionou o problema, já que esquemas de corrupção ainda são expostos nas mídias. Nas palavras de Bochenek e Pereira (2018):

Dentre os meios de controle e confronto desse mal sorrateiro é fundamental perseguir uma mudança de mentalidade da coletividade para combater a generalizada sensação de impunidade. Prosseguir é inexorável e a direção e o caminho são óbvios. Reclamam resgate de princípios e valores comuns, coletivos, justos e solidários, seja no âmbito individual, familiar e escolar, como uma atuação do Estado mais efetiva em termos de políticas públicas e funcionamento dos meios de controle e repressão. (BOCHENEK; PEREIRA, 2018, p. 85).

Não existe maneira mágica de combater a corrupção, é um esforço diário que visa incrementar discursos e alterar as atitudes dos sujeitos. Não basta apenas usar do emocional da população como base para justificar atos, é preciso articular mecanismos jurídicos efetivos na punição de corruptos (BOCHENEK; PEREIRA, 2018).

Esses elementos socio-históricos levantados são constitutivos na criação dos nomes das operações deflagradas em 2016 e 2017. Essa condição de criação caracteriza-se como fator extraverbal, assim como Voloshinov nos apresenta no seu ensaio *Discurso na vida, discurso na arte* (1976), em que na “vida, o discurso verbal é claramente não auto-suficiente. Ele nasce de

⁴⁵ Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-custo-da-lava-jato-para-a-economia-uma-entrevista-com-luiz-fernando-de-paula/>>. Publicado em 31 ago. 2019. Acesso em: 14 nov. 2020.

uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação” (VOLOSHINOV, 1976, p. 4). Dessa forma, a situação extraverbal determina o que vai ser dito e também a valoração empregada que, por sua vez, é um ato regular e essencial socialmente estabelecido. Tal ato apoia-se no cronotopo, que é o elemento constitutivo da comprovação da valoração e se manifesta na língua. Com a observação desses elementos é possível perceber quais valores são resgatados na produção do nome de determinada operação e quais sujeitos estão axiologicamente posicionados.

4. OS NOMES DAS OPERAÇÕES DAS FASES DA LAVA JATO SOB UM OLHAR BAKHTINIANO

Nesta seção, nosso foco está em analisar os nomes das operações das fases da Operação Lava Jato, a partir da compreensão do nome como um signo ideológico. Organizamos a análise em três momentos: no primeiro analisamos cada nome de operação da fase 2016 e, em seguida, da fase de 2017. Logo após, apresentamos uma discussão sobre a compreensão responsiva, a interlocução desses nomes e como se constituem enquanto signos ideológicos.

4.1. OS NOMES DAS OPERAÇÕES DA FASE DE 2016

A fase de 2016 da Operação Lava Jato contou com 15 operações e investigou políticos e empreiteiros ligados aos partidos PP, PMDB e PT, cumprindo 447 ordens judiciais durante o ano todo. Dentre os personagens mais famosos desta fase estão, como mostramos na seção 3 deste trabalho, Nestor Cerveró, o ex-presidente Lula (PT), Marcelo Odebrecht, Renato Duque, Antonio Palocci (PT) e Sérgio Cabral (PMDB). Vale destacar o caráter inusitado dos nomes com os quais as operações foram batizadas, visto que essa fase compreende nomes dos mais diversificados campos da atividade humana, como podemos ver na sequência.

4.1.1 Operação Triplo X

Em 27 de janeiro de 2016, a Polícia Federal deflagrou a 22ª fase da Operação Lava Jato, com o intuito de cumprir 23 ordens judiciais, entre elas, apurar a existência de estrutura criminosa destinada a investigar a abertura de empresas *offshores*⁴⁶ e contas bancárias no exterior para ocultar os recursos ilícitos oriundos de delitos praticados na Petrobras. Essa operação foi batizada de Operação Triplo X.

Ela investigava também todos os apartamentos do *Condomínio Solaris*⁴⁷, em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva supostamente teria um tríplice (cf. seção 3). O condomínio no Guarujá onde a família do ex-presidente teria preferência de compra sobre imóvel é investigado sobre suspeita de esquema de *offshores* criadas para remessas ao exterior de propinas relacionadas às fraudes na Petrobras. O MPF afirmou que entre os imóveis

⁴⁶ Segundo Alvarenga e Gutierrez (2021), *offshore* é uma palavra que significa, em tradução livre, “além da costa” – algo que está fora do território de um país. No caso das empresas, ele é dado a uma companhia aberta por pessoas ou outras empresas em um país diferente daquele em que se residem. Em geral, *offshores* são abertas em países conhecidos como paraísos fiscais, onde muitas vezes são aceitas aplicações de recursos sem origem comprovada e o sigilo bancário é garantido, o que facilita a lavagem de dinheiro e a sonegação de impostos.

⁴⁷ Condomínio localizado em Santos, no litoral do Estado de São Paulo.

investigados, estão alguns que podem estar relacionados a familiares do ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, João Vaccari Neto, como sua mulher, Giselda, e a cunhada, Marice.

O nome *triplo x* faz alusão ao tipo de apartamento, comercialmente denominado *tríplice*, o qual consiste em um apartamento distribuído em três andares de um edifício. Logo, essa palavra deriva do português *tríplice*, que significa “contém três elementos” ou, ainda, “feito em três etapas” e/ou “multiplicado por três”⁴⁸. Ainda, proveniente da junção das palavras em latim *tripplus* ou “triplex, cis”, “multiplicado por três”, de *tres*, “três”, e *plicare*, “dobrar ou multiplicar” (CESA, 2016).

Desde a língua latina, a palavra *tríplice* foi utilizada para se referir a três elementos ou a cálculos matemáticos, como multiplicado por três. Por outro lado, *tríplice* tem seu significado valorado nos anos de 1864 e 1870, ao passo que a união de Argentina, Império do Brasil e Uruguai se juntaram para enfrentar o Paraguai como inimigo comum. Assim, estava formado o *Tratado da Tríplice Aliança*. Pouco tempo depois, em 1882, o nome *Tríplice Aliança*⁴⁹ foi a maneira de denominar a integração de um bloco militar europeu, ao ponto de, na Primeira Grande Guerra (1914-1918), ela enfrentaria a *Tríplice Entente*⁵⁰, ou seja, novamente há o signo *tríplice* sendo valorado, agora, significando a união de três potências europeias contra outras três potências.

Saindo do campo da Guerra, o signo foi retomado na área de Medicina ao remeter-se à vacina *Tríplice Viral* (VASPR), um medicamento desenvolvido por Maurice Hilleman e introduzida no mercado em 1971 pela farmacêutica Merck. Essa vacina previne o sarampo, a parotidite e a rubéola.

No campo cinematográfico, *Triplo X* (ou XXX como é colocado no anúncio do filme) é o nome dado a uma trilogia de longa-metragem de espionagem e ação lançada na década de 2000. O enredo consiste em retratar a trajetória de Xander Cage, que se tornou espião após ser preso por roubo de carro. Assim, sua missão é se infiltrar em um grupo de terroristas para desfazer suas operações.

No cenário imobiliário, comercial e financeiro, o signo *tríplice* teve seu significante alterado por conta de uma posição que privilegia o uso de termos em inglês, nesse caso, passou-

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/triplice/>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

⁴⁹ A Tríplice Aliança foi um acordo militar entre o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro e o Reino da Itália, formando assim um grande bloco de países aliados no centro da Europa. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/triplice-alianca/>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

⁵⁰ A Tríplice Entente foi uma aliança militar entre o Reino Unido, a França e o Império Russo. Na prática, consolidou os acordos bilaterais anteriores: a Aliança Franco-Russa (1891), a Entente Cordiale, entre a França e o Reino Unido (1904), e a Entente Anglo-Russa (1907). Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/triplice-alianca/>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

se a pronunciar e escrever *tríplox*, usado para caracterizar o apartamento ou casa com três pavimentos. Logo, percebemos que nessa operação, o objetivo foi investigar o apartamento supostamente dado ao ex-presidente. Assim, a valoração do signo pelos investigadores motivou a nomeação de tal maneira, pois o apartamento seria fruto de um esquema de corrupção.

Vemos, dessa forma, o signo *tríplox* tendo uma nova valoração, passando o seu significante para triplo *x*, ou seja, divide-se a palavra *tríplox* para *triple x* que do inglês significa “triplo”, e o *x* com o som [ks], como na pronúncia em inglês, passa para o português com o som de [fis]. Portanto, temos o nome *tríplox* com a pronúncia aportuguesada *triplo x*, ou seja, 3 vezes (3x) referenciando ao tamanho do apartamento que é três vezes maior do que um comum. Ao mesmo tempo, o nome do filme também ecoa na valoração, visto que, assim como o protagonista do filme, os investigadores procuram dismantelar uma estrutura criminosa.

O ato de nomear essa operação de tal forma mostra a valoração que se deu ao signo *tríplox*, visto que esse apartamento foi atribuído ao ex-presidente Lula, que o teria obtido por meio de corrupção. Essa fase evidenciou a força da Operação Lava Jato ao indiciar um ex-presidente da República.

Ademais, o nome *tríplox* também remete a ideia de cálculo matemático, o que pode ser associado ao fato de a mídia revelar o valor financeiro do imóvel, algo em torno de 2,4 milhões de reais. Esse valor também mostra o montante de dinheiro que a Força-tarefa de Curitiba acusou Lula de ter desviado por meio da corrupção. Além disso, o fato de nomear de tal forma dá-se a ideia do dinheiro arrecado por meio de esquemas criminosos, ou seja, ao usar um termo matemático (3x) faz com o leitor (ouvinte) dessa notícia imagine o tamanho do rombo na economia por meio da corrupção, pois os valores recuperados ou investigados são demonstrados no decorrer do inquérito, porém, a noção de grandeza matemática já aparece no próprio nome.

Portanto, esse *tríplox* torna-se signo, já que é retomado em outras enunciações e sempre posicionando axiologicamente o ex-presidente como *sujeito-investigado*. Assim, o nome dessa operação é valorado como uma tentativa de atribuir crimes à Lula e, conseqüentemente, prendê-lo. O nome da operação é ideologicamente empregado, caracterizando os sujeitos envolvidos e sendo retomado com cargas socioideológicas.

4.1.2 Operação Acarajé

A operação deflagrada em 22 de fevereiro de 2016 foi nomeada de *Operação Acarajé*. Ela tinha intenção de cumprir medidas cautelares a três grupos, sendo eles: um grupo de

empresários que faziam pagamentos indevidos; um grupo que operava a propina; e outro grupo responsável por recebimento de vantagens indevidas.

Segundo a procuradoria da Polícia Federal, esse nome faz alusão a maneira como os grupos se referiam à propina, o dinheiro em espécie: acarajé. Este é também o nome de uma especialidade gastronômica da culinária africana e afro-brasileira muito famosa na região Nordeste do Brasil, principalmente no Estado da Bahia. Como alguns dos investigados residiam em Salvador, capital do estado da Bahia, a nomeação do dinheiro com o nome da iguaria já mostra uma posição valorada por parte dos réus e, posteriormente, pela equipe de investigação.

O acarajé é um prato típico baiano trazido pelos negros escravizados na época do Tráfico de Escravos pelos portugueses. Essa palavra deriva da língua iorubá⁵¹, *àkàrà* que significa “bola de fogo”, e *je* que significa “comer”, logo, em sentido estrito, significa “comer a bola de fogo”, em referência ao teor picante do prato. Por outro lado, no ritual do candomblé, acará também é o nome dado ao algodão embebido em azeite e incendiado para, então, os filhos de santos engolirem-no enquanto arde em chamas. Esse ritual evidencia a primeira valoração do nome acarajé, já que, literalmente, se come uma bola de fogo, um algodão em chamas.

Na Bahia, o prato se tornou típico e muito consumido por seus conterrâneos, sendo reconhecido como Patrimônio Nacional em 2005, inclusive com uma associação baiana (ABAM) que mantém a cultura e a história das mulheres que o cozinham. Em Salvador, segundo a ABAM, o acarajé é mais vendido do que hambúrgueres, o que demonstra o elevado consumo e como o prato faz parte da cultura, visto que as redes de *fast food* crescem continuamente. Dessa forma, podemos perceber a sua importância social e o papel desempenhado na culinária local, já que acarajé representa a cultura do povo baiano descendente de africanos escravizados. Essa importância, por sua vez, também marca a valoração estabelecida pelos sujeitos-investigados ao atribuírem ao dinheiro da propina tal nome.

Com a operação deflagrada, a Polícia Federal rastreou os correios eletrônicos trocados pelos grupos investigados, percebendo o constante uso do termo *acarajé* neles, o que levou à suspeita. Segundo o inquérito,

Conforme se observa nos e-mails acima transcritos, **HILBERTO SILVA**, Supervisor do Setor de Operações Estruturadas, providenciou a entrega a

⁵¹ Iorubá ou ioruba é um idioma da família linguística nígero-congolesa falado secularmente pelos iorubás em diversos países ao sul do Saara, principalmente na Nigéria e por minorias em Benim, Togo e Serra Leoa, dentro de um contínuo cultural-linguístico composto por 22 milhões a 30 milhões de falantes. No continente americano, o iorubá é usado em ritos religiosos afro-brasileiros (onde é chamado de nagô) e afro-cubanos (onde é conhecido também por lucumí). Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Yoruba>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

ROBERTO PRISCO RAMOS, chefe da Odebrecht Óleo e Gas [sic], dos valores em espécie solicitados por este. Ao manter a comunicação com ROBERTO PRISCO RAMOS, tanto **HILBERTO SILVA** quanto ROBERTO PRISCO RAMOS fizeram uso de linguagem cifrada para combinar as entregas de valores (utilizando o termo “acarajé” para se referir às entregas de dinheiro), tendo ambos demonstrado que as solicitações tinham caráter ilícito. (BRASIL, 2016, p. 46).

A linguagem cifrada a qual remete o Procurador é caracterizada pelo signo acarajé, demonstrando a posição valorada por parte dos investigados. Como parte dos sujeitos investigados moram na Bahia, o uso de um nome popularmente conhecido no local ajudaria a dificultar a investigação, pois os policiais não pressuporiam que se referiria à propina. A valoração de acarajé como propina deve-se à relação com o dinheiro vivo, a mesma forma como muitos comerciantes vendem o acarajé nas ruas (dinheiro em espécie). Assim, o espaço (Salvador/Bahia) é parte constitutiva do enunciado, sendo o princípio motivador para a criação do signo.

Ao descobrir o sentido de acarajé nas mensagens trocadas pelo grupo, a compreensão fez com se desvelasse todo um esquema de pagamento de propina, levando a Polícia Federal a tomar a palavra para nomear a operação. Dessa forma, vemos um segundo movimento de reavaliação do termo acarajé, pois não significa mais o prato típico baiano e nem o dinheiro ilícito, mas sim o nome da operação que apareceria nas mídias. A nomeação é motivada, pois se investigava a propina recebida por sujeitos-criminosos que a denominavam acarajé; assim, faz-se a retomada do signo acarajé na nomeação para que a operação signifique ideologicamente. O signo é, portanto, o lugar em que várias vozes sociais dialogam e vão lhe atribuindo sentidos. Funciona, inclusive, como uma arena de luta em que os sujeitos-criminosos e os investigadores disputam os sentidos, agora no processo investigativo da Operação Lava Jato. Assim, no cronotopo da Lava Jato, é possível verificar as relações dialógicas que demonstram as posições axiológicas dos sujeitos envolvidos na operação, sejam eles os criminosos, sejam os membros do MP que nomearam a operação como Acarajé.

4.5.3 Operação Aletheia

Aletheia, na mitologia grega, é um espírito que personifica a verdade e a sinceridade ao incorporar um homem, fazendo com que esse homem seja sincero e diga a verdade diante de uma determinada situação. Esse espírito se opõe a outros seres, como a Dolo (espírito da trapaça), da Apáte (espírito do engano) e da Pseudeia (espírito da mentira).

Ao pensarmos nas relações dialógicas estabelecidas, vemos que etimologicamente, *aletheia* vem do grego, língua na qual significa “verdade”, mas em relação a descoberta da realidade, do desvendamento dos fatos. Dessa forma, o termo sai do espaço da mitologia e adentra a filosofia, para os questionamentos dos antigos filósofos gregos. Assim, passa a ressignificar no sentido de busca pela verdade, em focar na coerência do que é dito e o que é fato, visto que os filósofos gregos dever-se-iam atentar a observar e a compreender imparcialmente a realidade.

Com o passar dos séculos, a palavra *aletheia* é retomada pelos filósofos escolásticos e, nesse momento, atrela-se ao ideacional filosófico católico. Sendo assim, a busca pela verdade é atravessada ideologicamente pela fé e a razão cristãs e totalmente ligada a elas, já que as duas são asas nas quais se levam os homens a contemplar a Verdade (Papa João Paulo, 1998), ancorando-se, assim, na passagem bíblica “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (BÍBLIA, 1985). Dessa forma, para o entendimento cristão-católico, a busca pela verdade não é a mesma dos antigos gregos de observar e refletir sobre a realidade, mas, sim, de ter um atravessamento da fé da razão cristã.

Esse conhecimento é importante para compreendermos a nomeação da 24ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal em 04 de março de 2016, com o objetivo de dar continuidade às investigações de corrupção dos esquemas criminosos envolvendo a Petrobras. Segundo a procuradoria da Polícia Federal, o nome da operação se baseia na expressão grega que significa “em busca da verdade”. Portanto, percebemos, mais uma vez, que esse nome não se dá de maneira despropositada e há elementos evidenciadores de que a produção dele é motivada.

No cenário em que se encontram as operações da Lava Jato, a busca pela verdade é um desejo comum entre os investigadores e os brasileiros agrupados no coral de apoio, visto que essa operação deu continuidade às denúncias contra o ex-presidente Lula. Assim, vemos que esse signo, novamente, sai do espaço religioso e filosófico e adentra, agora, o espaço jurídico, pois não significa mais uma reflexão, uma busca, passa-se a investigar a verdade, ou seja, houve uma avaliação por parte da Polícia Federal e o sentido da expressão grega retomada foi valorado.

Observamos que, como os filósofos gregos e escolásticos que refletiam sobre textos e argumentos, os investigadores se deparam com documentos aparentemente incriminadores e procuram evidências que comprovariam a atuação corrupta do ex-presidente. Para a Polícia Federal, a busca pela verdade é uma investigação da realidade, verificando os fatos com depoimentos e delações dos investigados.

Como na época já havia ocorrido a Operação Triplo X, a qual investigava uma suposta aquisição de um tríplice por Lula com dinheiro ilícito, houve um anseio popular para saber o que realmente aconteceu e, respondendo a esse anseio, a Polícia Federal foi atrás da “aletheia”. Dialogicamente, em comparação com a mitologia grega, os espíritos que se opõem à aletheia, incorporados pela Polícia Federal, são a corrupção e a organização criminosa, ou seja, crimes que omitem a verdade e trapaceiam com o dinheiro público.

Com base nas justificativas elaboradas pela Força-tarefa de Curitiba, podemos reunir em um quadro as relações dialógicas levantadas entre a expressão histórica, constituída socio-historicamente, e o nome da operação da Lava Jato. Vejamos:

Quadro 2. Relações entre a expressão histórica “aletheia” e o nome da operação.

Relações dialógicas entre a expressão “aletheia” e o nome da operação	
Elementos do cronotopo da “busca pela verdade”	Cronotopo da Lava Jato
Busca pela verdade, em focar na coerência e entender a realidade empírica.	Busca pela verdade como uma investigação da realidade.
Na mitologia, havia relações opostas entre espíritos.	Na operação, há a oposição entre a Força-tarefa e alguns políticos, como o Lula.
O homem era personificado pelo espírito da verdade.	A verdade se centra na Lava Jato e no que ela discursa.
Na religião cristã, a verdade vem de Deus e é constituída pela fé do cristão.	Para a mídia, a verdade vem da Força-tarefa e toma força no coral de apoio.
A verdade cristã proporciona um entendimento da realidade do mundo.	A verdade apresentada pela Lava Jato faz com que o coral de apoio tenha um entendimento do que se passa no cenário político.

Fonte: Elaboração própria.

Desse modo, a busca realizada pela Força-tarefa é valorada como necessária pelo coral de apoio e refratada como nome da operação, vista como um enfrentamento contra os demais espíritos que assombram a política brasileira. A Força-tarefa de Curitiba é valorada aqui como aquela que incorpora esse espírito que diz a verdade à população.

4.1.4 Operação Polimento

Em 21 de março de 2016, a Lava Jato inicia mais uma operação, a 25ª, a qual objetivou dar continuidade às investigações de crimes e corrupção envolvendo o esquema da Petrobras.

Essa operação foi nomeada de *Operação Polimento* e o alvo dela foi Raul Schmidt Felipe Junior, preso em Portugal, sendo a primeira fase da Operação Lava Jato a ter alcance internacional.

A Procuradoria da Polícia Federal não divulgou a motivação do nome dessa operação e, à primeira vista, não aparenta haver nenhuma relação entre os atos da operação e o nome que ela recebeu. No entanto, como vimos na seção 2 deste trabalho, o dialogismo se mostra como uma constante troca com o outro, na qual um enunciado é apenas um elo na cadeia infinita de enunciados, um ponto de opiniões e visões de mundo (BAKHTIN; VOLOCÍNOV, 2014). Isso nos permite, mesmo sem a procuradoria da Polícia Federal ter divulgado explicitamente uma motivação, procurarmos as relações possíveis, a partir da perspectiva que vimos seguindo. Além disso, o cronotopo estabelecido pela Lava Jato também funciona como outro fator que nos auxilia no estabelecimento das relações dialógicas desta nomeação, pois a circunscreve em um tempo-espaço semelhantes às demais nomeações.

Polimento é um substantivo formado das palavras *polir*, que significa tornar lustroso, brilhante, limpo e *-mento*, sufixo de origem latina usado para representar resultado ou produto de uma ação, ou seja, em sentido estrito, polimento significa resultado da ação de polir, de lustrar. Portanto, é um termo geralmente usado para se referir ao procedimento realizado para gerar ou dar brilho a um objeto, ou seja, limpar alguma coisa. Todavia, esse termo não é usado apenas na área industrial, mas também na área automotiva, quando se pule uma peça ou um automóvel inteiro. Em sentido figurado, dar polimento significa educar um indivíduo, ensinar cortesia. Ainda em sentido figurado, polimento está relacionado a dar acabamento a algo, significando aprimorar, educar, corrigir, tornar civil e cortês. Nas interações verbais, polimento pode adquirir outras significações, como por exemplo, quando um professor diz a um aluno que o texto dele precisa de polimento, está no sentido de corrigir e aprimorar.

Ao verificarmos determinadas significações dessa palavra, passamos a entender o sentido empregado na Operação Lava Jato, mas, para isso, é necessário a construção do contexto extraverbal da enunciação.

Raul Schmidt é um empresário brasileiro com nacionalidade portuguesa que iniciou sua carreira trabalhando na Petrobras e permaneceu na empresa por 17 anos. Tornou-se uma pessoa influente na estatal brasileira e chegou a ser sócio de Jorge Zelada, já investigado na Operação Lava Jato por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e fraudes. Schmidt trabalhou também nas construções de plataformas de petróleo, e foi acusado de participar de esquemas de corrupção envolvendo empresas brasileiras e algumas internacionais.

Schmidt é delatado em 2016 pelos crimes previstos no art. 1º, §§ 1º, I e II, e 4º da lei nº 9.613/98, que regulamentam:

Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal: I - os converte em ativos lícitos; II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere. (BRASIL, 1998).

Assim, ele foi preso em seu apartamento em Lisboa, Portugal, pois, em responsabilidade a tais crimes, a Lava Jato precisou aumentar o seu alcance para que Schmidt fosse preso, buscando caminhos e melhorias para que isso ocorresse. Lembremos que ele é acusado de lavar o dinheiro, ou seja, Schmidt criava estratégias para fazer o dinheiro ilegal sumir e, depois, dava polimento a ele, tirando a sua sujeira e o deixando brilhoso, dando aspecto legal.

Percebemos, dessa forma, que a motivação da produção desse nome foi os crimes cometidos e investigados, que colocam o processo de lavagem de dinheiro valorado como polimento. Além disso, nas possibilidades dialógicas, há também a melhoria que a operação se disponibilizou a ter para imputar e prender pessoas fora do Brasil. Logo, tal ação de aprimorar perpassou por uma avaliação por partes dos investigadores e isso também pode ter feito com que a operação fosse nomeada de tal maneira.

Na produção de sentidos, é possível ainda considerar, dado o alcance internacional da operação, que os crimes de corrupção foram refratados pelos investigadores como sofrendo um processo de melhoria, se “corrigindo” e se “melhorando” com o passar do tempo. Assim, a corrupção teria passado por um processo de polimento, que resultou na intensificação da sua força e no alcance territorial de seus crimes.

As possibilidades de relações dialógicas que levantamos demonstra a complexidade do funcionamento do nome como um signo ideológico, pois, como afirmam Bakhtin e Volochínov (2014, 117), a “palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”, visto que é na interação que a linguagem funciona; mas é também na interação que a palavra se transforma numa arena de lutas pelos sentidos por diferentes grupos sociais, com valorações diferenciadas atribuídas ao signo ideológico.

4.1.5 Operação Xepa

No caminho que vimos seguindo para explicar as relações dialógicas das nomeações das operações da Lava Jato, tratamos agora da palavra Xepa, que passa a figurar no campo jurídico

no cronotopo da Operação, oriunda do campo do comércio e, em sua vida na sociedade, insere-se, antes, no campo alimentício e no do entretenimento.

Xepa é um signo que possivelmente surgiu do inglês *cheap*, quando os comerciantes enunciavam “to buy on the cheap”, ou seja, comprar barato. Com o tempo, comerciantes britânicos reduziram esse enunciado para a metonímia *cheaper* (pronunciada [ˈtʃiːpə]), muito próxima do português “xepa”, ainda significando barato, ou comprar barato.

Outra possível origem é do espanhol *chepa*, que significa corcova e é empregada para designar comida mole e sem sabor. Essa significação dialoga com a daquela utilizada pelos soldados para designar as refeições feitas nos quartéis brasileiros. Segundo Oliveira (2006), o termo também é usado pelos internos da FEBEM para as sobras de comidas do almoço que são servidas no jantar. Outra valoração é dada pelos feirantes, referindo-se aos alimentos que sobraram no fim das feiras e que são vendidos por preço menor.

Por ser utilizado nas feiras, essa palavra ficou conhecida no Brasil todo e chegou a ser nome de uma novela da Rede Globo⁵², *Dona Xepa* (1977), a qual tinha como protagonista uma personagem que trabalhava nas feiras livres cariocas. Essa novela, assim como *Dona Xepa* (2013), produzida pela Record TV⁵³, são adaptações da peça teatral homônima de Pedro Bloch, escrita em 1952. No Brasil, as novelas atingem uma grande parcela da população, e o fato de a novela ter sido produzida e veiculada em duas emissoras populares diferentes demonstra o alcance social da valoração atribuída. Além das novelas, ainda no campo do entretenimento, a peça teatral também já havia sido adaptada no gênero discursivo filme, por Darcy Evangelista, em 1959. Vemos, portanto, que o nome dado aos alimentos baratos foi valorado como nome da peça, das novelas e do filme, pois trata-se de uma história em que boa parte do seu cronotopo se passa em uma feira livre, fazendo com que sentidos fossem adicionados, por meio das significações em diferentes campos, ao signo xepa.

A Operação Xepa, iniciada em 22 de março de 2016 (26ª fase), tinha o objetivo de cumprir 110 mandados judiciais. Os trabalhos desenvolvidos nesta operação fazem parte da operação explicitada anteriormente, a Operação Acarajé. Dessa forma, nesta operação descortinou-se um esquema criminoso de contabilidade paralela com o Grupo Odebrecht, no qual eram realizados pagamentos indevidos ao poder público de todas as esferas. A

⁵² Rede Globo é uma rede de televisão comercial aberta brasileira com sede na cidade do Rio de Janeiro. É assistida por mais de 200 milhões de pessoas diariamente, sejam elas no Brasil ou no exterior. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2013/06/13/google-e-maior-empresa-de-midia-do-mundo.html>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

⁵³ “Record TV é uma rede de televisão comercial aberta brasileira. Atualmente é a segunda maior emissora de TV comercial do Brasil, e a 28.ª maior no *ranking* mundial de 2012”. Disponível em: <<https://top10mais.org/top-10-maiores-emissoras-tv-mundo/>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Procuradoria da Polícia Federal não discursou sobre a possível motivação do nome da operação, porém buscamos explicitar alguns dados que possivelmente evidenciam alguma motivação.

Exposto a origem do termo e sua valoração atual, sabemos que a Operação Xepa é uma continuidade da Operação Acarajé, esta que teve o objetivo de prender Roberto Prisco Ramos, chefe da Odebrecht Óleo e Gás, e Hilberto Silva por crime de corrupção. Como o grupo Odebrecht já estava sendo investigado anteriormente, a Operação Xepa descobre o esquema criminoso que o envolvia. Acarajé e xepa estão intimamente ligados, pois os dois termos são encontrados em usos de comerciantes de feiras livres e, muitas vezes, pode ser que o acarajé seja vendido por um preço mais baixo no fim da feira, ou seja, na xepa. Isto é, como visto em Bakhtin (2012), os dois termos compõem a arquitetura enunciativa, já que, tanto na feira quanto na Lava Jato, um enunciado desencadeia o outro.

Na Operação Xepa, o Grupo Odebrecht é investigado por certos crimes, explicitados da seguinte forma:

Desvelou-se a existência de um grande esquema criminoso envolvendo a prática de crimes contra a ordem econômica, corrupção e lavagem de dinheiro, com a formação de um grande e poderoso Cartel do qual participaram as empresas OAS, **ODEBRECHT**, UTC, CAMARGO CORREA, TECHINT, ANDRADE GUTIERREZ, MENDES JÚNIOR, PROMON, MPE, KANSKA, QUEIROZ GALVÃO, IESA, ENGEVIX, SETAL, GDK e GALVÃO ENGENHARIA. Esse esquema possibilitou que fosse fraudada a competitividade dos procedimentos licitatórios referentes às maiores obras contratadas pela **PETROBRAS** entre os anos de 2004 e 2014, majorando ilegalmente os lucros das empresas em centenas de milhões de reais. (BRASIL, 2016, p. 6, grifos do autor)

Essas empresas faziam uma competitividade ilusória, pois já sabiam quais empresas seriam sorteadas para a realização das obras públicas e, com isso, cobravam o valor mais alto, majorando as obras, tornando-as mais caras do que se houvesse uma competição real. Os acordos prévios entre as empresas para decidirem quem ficaria com determinada licitação/obra foram valorados como os acordos de uma feira popular, nos quais ocorrem negociações livres (não regulamentadas) entre as partes interessadas em um produto, principalmente na xepa.

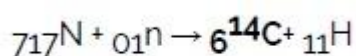
Além disso, os empresários investigados na Operação Acarajé foram os primeiros a serem indiciados, dessa forma, os executivos que sobraram foram autuados posteriormente; dialogicamente como a xepa acontece no fim da feira, eles acabaram sendo investigados no fim da outra operação, ou seja, foram presos na xepa, valorada como final de uma investigação, retomando essa ideia de fim de feira. Logo, como afirma Bakhtin (2011), aqui há uma convergência de sentidos, demonstrando as relações dialógicas. Assim, o nome Xepa, atribuído

à operação, é um signo ideológico que retoma, nessa investigação, a ideia de negociações livres entre os interessados, de trocas informais e de sobra/resto.

4.1.6 Operação Carbono 14

A nomenclatura dessa operação estabelece diálogo com outra área do conhecimento: a química, em que Carbono 14 é um isótopo radioativo do carbono que encontramos na estratosfera terrestre quando nêutrons de raios cósmicos bombardeiam o nitrogênio, formando esta reação:

Quadro 3. Fórmula da composição do Carbono 14.



Fonte: Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/quimica/o-que-e-carbono-14.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Ele entra no ciclo natural do carbono, já que reage com o oxigênio do ar, formando gás carbônico (CO₂). Esse gás é então incorporado por todos os seres vegetais e animais. Os vegetais realizam o processo de fotossíntese, no qual absorvem o gás carbônico com carbono 14. Já os humanos e animais herbívoros se alimentam dessas plantas e também incorporam o carbono 14.

As plantas e os demais seres vivos absorvem o carbono 14 durante toda a vida deles, dessa forma, a concentração desse gás vai aumentando gradualmente até que se estabelece o equilíbrio e a quantidade de massa do carbono 14 fica igual à da atmosfera. Quando algum ser vivo morre, ele deixa de absorver esse gás e o carbono 14 passa a se desintegrar.

Com isso, os cientistas utilizam o carbono 14 para a datação dos fósseis, ao considerar também o período da semidesintegração desse gás. Assim, pode-se utilizar esse gás em fósseis de 100 a 40000 anos, pois em um objeto com 100 anos, há muito carbono 14 nele e, com 40000, a quantidade desse gás é tal-qualmente a zero.

No dia 01 de abril de 2020, a Polícia Federal deflagrou a 27ª fase da Operação Lava Jato com o objetivo de cumprir 12 ordens judiciais, sendo o principal inestigado Ronan Maria Pinto, empresário do ramo jornalístico e de transporte rodoviário. Esta fase foi intitulada Operação Carbono 14 em referência ao procedimento utilizado para verificar a datação de fósseis, já que alguns investigados dessa operação também faziam parte do Escândalo do Mensalão⁵⁴.

⁵⁴ O escândalo consistiu nos repasses de fundos de empresas, que faziam doações ao Partido dos Trabalhadores (PT) para conquistar o apoio de políticos. O esquema de corrupção começou em 2002 e só em 2005 foi descoberto,

Dessa forma, percebemos que a motivação para a Polícia Federal nomear tal operação dessa maneira foi em virtude de voltar a investigar pessoas envolvidas em escândalos de corrupção anteriores a Lava Jato, como se apresenta no inquérito:

Em primeiro lugar, como constou da denúncia do Mensalão (Anexo 67, p. 24), na época, **DELUBIO SOARES** atuava como se fosse representante do Governo, sendo o principal elo do grupo criminoso do Mensalão, especialmente JOSE DIRCEU e com **MARCOS VALERIO**, que, na sequência, arquitetaria o esquema de lavagem de capitais para fazer o dinheiro chegar a **RONAN MARIA PINTO** (Anexo 67, p. 25). (BRASIL, 2016, p. 07, grifos do autor).

Percebemos que, para incriminar Ronan, a Polícia Federal teve que encontrar crimes ocorridos na década passada. Essa volta ao passado, foi valorada pela Procuradoria como uma espécie de datação da vida do crime de corrupção de Ronan, comparando, em uma relação dialógica, o processo de investigação ao processo científico de uso do carbono 14.

Dessa forma, os investigadores foram em busca de uma gênese dos crimes aqui apurados, posicionando-se axiologicamente na presunção de culpa, atuando metaforicamente como arqueólogos e posteriormente como biólogos para verificar a datação dos fatos a fim de serem imputados a Ronan Pinto; este, por sua vez, é colocado como alguém já com um passado distante de atos ilícitos.

Como dissemos na seção 2, para o Círculo de Bakhtin, o sujeito é visto como uma posição responsável pelos seus atos. Dessa forma, ele se posiciona sempre em um eixo axiológico, configurando-se como uma orientação para compreender e interpretar práticas discursivas sociais e culturais, estando historicamente situado. Por serem crimes antigos, eles foram valorados pelos investigadores da Polícia Federal, no cronotopo da Operação Lava Jato, como fósseis, o que reforça a ideia do carbono 14.

Ao compararem o processo de investigação desta operação com o trabalho de datação de um fóssil, estabelecem a motivação para a nomeação da operação de tal forma. Assim, a narrativa segue com crimes que “já morreram”, mas não passam despercebidos pela Força-tarefa de Curitiba, pois, como investigadores-arqueólogos, escavam fundo para condenar os corruptos. A posição axiológica dos procuradores de nomear a operação como Carbono 14 evidencia um discurso de que nada escapa das mãos da Lava Jato. De maneira indireta, essa operação discursa uma denúncia a Lula, já que Ronan foi tesoureiro do PT no Governo Lula, o

por meio de uma gravação secreta. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/politica/mensalao/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

que agrega enunciados na narrativa de corrupção no país e a busca da Lava Jato em tentar conseguir incriminar o ex-presidente.

4.1.7 Operação Vitória de Pirro

O signo *Vitória de Pirro* é utilizado para designar uma vitória obtida a alto preço, provavelmente acompanhada de prejuízos irreparáveis. Essa expressão recebe o nome do Rei Pirro de Epiro, pois retoma a vitória do rei sobre os romanos, nas batalhas de Heracleia (280 a.C.) e de Ásculo (279 a.C.), durante a Guerra Pírrica. Na última batalha, o exército de Pirro chegou a perder 3500 homens, sendo boa parcela da tropa do rei. Por conseguinte, Pirro, em princípio, não aguentaria outra batalha com tantos desfalques, mesmo assim, uma vitória foi garantida. Ao fim dessa última batalha, ao receber os parabéns pela vitória, Pirro disse: “Mais uma vitória como esta, e estou perdido.”⁵⁵

Em abril de 2016, essa expressão é colocada em evidência nos meios midiáticos com a Operação Vitória de Pirro, a qual prendeu o ex-senador Jorge Afonso Argello (PTB), popularmente conhecido como Gim Argello, e outras 10 pessoas, pelos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, organização criminosa e obstrução à investigação⁵⁶, envolvendo quatro empreiteiras: UTC Engenharia, OAS, Toyo Setal e Odebrecht. Segundo a procuradoria da Polícia Federal, o ex-senador e os demais investigados tentaram atrapalhar a apuração de dados da polícia, organizando uma equipe para evitar que empresários fossem depor, porém não obtiveram êxito.

Gim Argello é acusado de receber R\$ 5 milhões de propinas em 2014, dinheiro que foi depositado numa conta bancária da paróquia São Pedro, localizada em Taguatinga-DF, frequentada pelo ex-senador. Além disso, o Inquérito de denúncia, Autos nº 5047925-79.2015.4.04.7000, Capítulo XII, apresenta a tentativa de Gim Argello e mais duas pessoas de atrapalhar as investigações de corrupção envolvendo a CPI do Senado⁵⁷.

O ex-senador obstruiu dados relevantes, organizando consigo uma equipe para auxiliá-lo. Para isso, houve um acerto de pagamento de propina e articulação para o embaraço da investigação, evitando a convocação dos empresários para prestação de depoimentos na CPI do Senado e na CPI Mista.

⁵⁵ COSTA, Rangel Alves da. **O sentimento de Pirro (ou a vitória como derrota)**. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/4441044>>. Publicado em 19 ago. 2013. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁵⁶ Fonte: <<http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/lava-jato-investiga-propina-para-cpis-da-petrobras-1>>. Acesso em: 10 maio 2019.

⁵⁷ De acordo com o mesmo Inquérito, a CPI do Senado objetivava investigar as irregularidades da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) relacionadas à compra da Refinaria Pasadena, no Texas (EUA).

Nos termos do Inquérito de Denúncia,

[...] **GIM ARGELLO**, na condição de membro da CPI do Senado e de vice-presidente da CPM Mista influenciou para evitar, e de fato evitou, a convocação dos integrantes do núcleo econômico da organização criminosa para prestarem esclarecimentos ao parlamento. As comissões parlamentares também não exerceram seus poderes próprios de investigação e se encerraram sem, por exemplo, determinar as quebras dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas envolvidas com o pagamento de propinas na PETROBRAS. (BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Gim Argello**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 05 de maio de 2016. [grifos do autor]).

A nomeação dessa Operação não se dá de forma despropositada, mas carrega consigo uma relação dialógica com a expressão. Observamos que a expressão funciona como signo ideológico, que dialoga tanto com o inquérito quanto com as notícias e o contexto das investigações, demonstrando o jogo de relações discursivas que levam nome. A vitória de Pirro da Polícia Federal se estabelece ao considerar que há uma tentativa de Gim Argello de frear as investigações para que não seja prejudicado, mas o ex-senador falha e a Operação Lava Jato consegue continuar seguindo seu curso. Portanto, vemos que o duelo entre os dois oponentes (os investigados e a operação) ocasiona uma *vitória de pirro* da Lava Jato.

Essa posição axiológica de vitória assumida pela Força-tarefa de Curitiba, torna-a muito prestigiada na sociedade brasileira. Assim, percebemos que a nomeação da operação é dialogicamente constituída, pois a retomada não está presente somente pela nomeação, mas pelo fato de a Polícia Federal ter se esforçado muito para conseguir apurar os dados. Como dissemos, Gim Argello dificultou a investigação, impedindo que os empresários fossem depor; dessa forma, nessa queda de braço com a Polícia Federal, o ex-senador acabou “perdendo” e foi preso. Evidencia-se, então, uma relação da vitória a muito custo sobre a CPI no Senado, com um nome que remete isso.

A partir da análise feita, podemos delimitar em um quadro as semelhanças levantadas entre o momento histórico em que Pirro discursa sobre a vitória sobre os romanos e o cronotopo da Operação Lava Jato:

Quadro 4. Relações entre a expressão histórica Vitória de Pirro e o nome da operação.

Semelhanças entre o contexto histórico em que Pirro discursivizou e o cronotopo da Lava Jato	
Elementos do contexto histórico de Pirro	Cronotopo da Lava Jato
Batalhas na Guerra Pírrica (280-279 a. C.).	Batalha para parar a investigação.
Exército de Pirro.	Força-tarefa de Curitiba.

Exército de Roma.	CPI do Senado.
Foi considerada uma vitória a grande custo para Pirro.	A Força-tarefa venceu as imposições e obstruções a grande custo.
Roma acaba derrotada.	Gim Argello é preso.

Fonte: Elaboração própria.

Temos, então, uma Operação cujo nome dialoga com um fato da Antiguidade Clássica, valorando a vitória nas Guerras Pírricas, tornando-o atual e com seu significado lançado ao futuro para interpretar, ou seja, um enunciado serve de base para criação de mais enunciados ou para a ressignificação dele. Em um espaço das coisas já-ditas, em um campo de regularidade e de conjunto de objetos e enunciados, recorta-se esse dito (a expressão histórica) e o traz para a atualidade, ressignificando-o.

4.1.8 Operação Repescagem

Em 23 de maio de 2016, a Polícia Federal deflagrou a 29ª fase da Operação Lava Jato com o objetivo de cumprir 9 ordens judiciais em 3 cidades brasileiras: Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ e Recife/PE. A operação em questão foi nomeada de Operação Repescagem.

Os principais investigados nessa operação são o ex-tesoureiro do Partido Progressista (PP) João Cláudio Genu e o ex-assessor do deputado federal José Janene (PP); o primeiro já era alvo de uma investigação desde a Operação Politeia (2015) e o segundo era acusado de receber propinas e fazer pagamentos indevidos a parlamentares do PP desde a época do mensalão até o ano de 2013.

A Procuradoria da Polícia Federal também não informou o motivo dessa nomeação, no entanto, como já dissemos anteriormente, as bases teóricas do Círculo de Bakhtin nos alicerçam para discutimos as possíveis causas e valorações do termo “repescagem”. Repescagem é uma palavra de origem francesa – “repêchage” – que significa recuperar, atualizar e/ou ação de tirar a água caída em algum lugar⁵⁸. Este termo ganhou espaço no cenário esportivo ao referir-se à etapa da competição esportiva em que as equipes competidoras que, não obtendo uma classificação satisfatória na fase inicial, disputam entre si para continuar na competição com as demais equipes⁵⁹. Dessa forma, repescagem é valorado como a possibilidade de uma volta à competição ou campeonato.

⁵⁸ Disponível em: <<https://dictionnaire.reverso.net/francais-synonymes/rep%C3%A0chage>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/repescagem/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

A princípio, vemos os principais investigados dessa operação como já integrantes de esquemas de corrupção, visto que eles são acusados em outras operações. Dessa maneira, percebemos que há uma metáfora, pois o cenário político brasileiro é valorado como o local de ações corruptas, como se fosse um estádio, quadra ou outra área em que se pratica esportes.

Logo, o “jogo” se refere à investigação e o combate da corrupção é valorado como vencer uma partida contra um oponente. Assim, vencer é a refração do ato de acabar com a corrupção e o oponente da Polícia Federal é o agente público corrupto.

Portanto, nesse jogo, os dois jogadores do time adversário da Polícia Federal já tinham saído de cena em outras investigações, contudo, eles retornaram com a Lava Jato, ou seja, pelo processo de apuração dos fatos, a Lava Jato fez a repescagem de dois acusados e os trouxe para seu cenário de investigação. Vimos que as relações dialógicas podem ser percebidas como índices sociais de valor, necessitando, em sua consecução, que materiais linguísticos ou signos tenham adentrado a esfera do discurso, tenham sido convertidos em enunciados proferidos por sujeitos sociais, o que assegura relações de sentido que permitam uma formulação de resposta. O nome da operação, dessa forma, responde aos enunciados anteriormente produzidos que já haviam acusado os investigados em ações anteriores, recuperando dialogicamente os enunciados acusatórios.

Então, repescagem é signo que valora o fato de a Operação Lava Jato voltar a investigar pessoas que não estavam mais no âmbito político e investigativo. Esse ato responsivo, é refletido e refratado pelo coral de apoio que aprovou publicamente a ação, mostrando a força que a operação tem, já que, para “acabar com a corrupção”, ela pode condenar pessoas por outros crimes associados a ações antigas, assim como foi feito na Operação Carbono 14.

4.1.9 Operação Vício

No dia 24 de maio de 2016, a Polícia Federal deflagra a 30ª fase da Operação Lava Jato, buscando cumprir 40 ordens judiciais, sendo 28 mandatos de busca e apreensão e 10 de condução coercitiva. Os alvos dessa operação, segundo a Polícia Federal (2016), são executivos e sócios de empresas fornecedoras de tubos, um escritório de advocacia usado para repasse de propina, dois funcionários da Petrobras e operadores financeiros.

Segundo a Procuradoria da Polícia Federal, a operação foi batizada de Vício por conta da sistemática, repetida e aparentemente dependente prática de corrupção por funcionários da estatal petrolífera e por agentes políticos, os quais não aparentam saber atuar senão de forma ilícita. Ainda, segundo a Polícia Federal, o “termo ainda remete a ideia de que alguns setores

do Estado precisam passar por um processo de desintoxicação do modo corrupto de contratar presente na ação de seus representantes”⁶⁰ (JUSTI; BOMFIM, 2016). A partir desse excerto, recuperamos dialogicamente enunciados que nos permitem compreender a nomeação dessa operação.

Vício é um termo que se origina do latim “*vitium*”, o qual significa “falha” ou, ainda, “defeito”, e é usado para denominar o hábito repetitivo que causa prejuízo a quem o pratica e para quem convive com pessoas “viciadas”.

Na filosofia grega, vício é usado por Aristóteles (1973), em sua obra *Ética a Nicômaco*, para a representação da ideia de *justo meio*, que pressupõe que a felicidade do homem depende da felicidade da cidade (*polis*). Para que isso ocorra, o homem deve buscar a virtude (justo meio), definida como a permanente disposição para querer o bem, atuando na obtenção da moral, ou seja, no pensamento aristotélico, compreende-se um contínuo de dois polos (excesso e falta) e a virtude se encontra no centro desses polos. Assim, por exemplo, entre a valentia (vício por excesso) e a covardia (vício por falta), localiza-se a coragem (ARISTÓTELES, 1973, cap. 9, 1109b 25). Desse modo, entende-se que os vícios são polos de ações humanas que não atingem a ética e afetam outras pessoas.

Atualmente, a noção de vício é composta por diversas acepções que perpassam campos da medicina, da história, da política, da antropologia, da psicologia e da religião. Sempre é uma ação avaliada pela sociedade como algo ruim e antiético, um ato compulsivo associado às reações químicas e orgânicas, da necessidade psicológica de um real complexo do indivíduo.

Para a Organização Mundial da Saúde, vício é valorado como uma doença física e psicoemocional, a qual depende de um tratamento adequado ao problema, visto que o signo *vício* é associado ao alcoolismo, tabagismo, drogas ilícitas, compulsão alimentar, trabalho, pornografia, jogatinas etc. Assim, muitas vezes, os sujeitos viciados são destinados a tratamentos psicológicos.

No contexto da operação da Polícia Federal, a maneira como os agentes políticos, empresários e funcionários da Petrobras agiam – de forma corrupta e repetida – foi refratada como um vício pelos Procuradores, já que, pela avaliação valorativa, apresentam um certo descontentamento com as ações corruptíveis desses agentes, que são vistas como endêmicas.

Respondendo a essa valoração, a Polícia Federal faz menção ao processo de desintoxicação, ou seja, remete-se ao tratamento psicológico que os “viciados” passam,

⁶⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/05/pf-cumpre-30-fase-da-operacao-lava-jato.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

principalmente, os dependentes do alcoolismo, tabagismo e drogas ilícitas, e esse processo é valorado como “desintoxicação”.

Desse modo, a corrupção dialogicamente é equiparada aos enunciados sobre as drogas e/ou álcool e a ação corrupta dos agentes políticos respondem a uma necessidade de estímulos que propiciam o prazer e causam dependência química. Essas relações dialógicas são refletidas no nome da operação. Dessa forma, a corrupção é algo que vicia e, da mesma forma que acontece contra as drogas, a Força-tarefa de Curitiba tem o dever de “guerrear” contra esse mal.

Os agentes públicos corruptos são vistos, então, como viciados em busca de consumir mais e mais. Nota-se uma tentativa de valorar o trabalho da Polícia Federal no âmbito da Lava Jato como o trabalho contra o tráfico de drogas, refratado como trabalho árduo. Da mesma forma, a tarefa de acabar com a corrupção é refratada como difícil e ambos (drogas e corrupção) recebem uma avaliação valorada como algo ruim, feio e que deve ser combatido social e juridicamente.

Os agentes corruptos (corruptores e corruptíveis) são posicionados axiologicamente como à margem da sociedade; assim como os dependentes químicos, eles também precisam de tratamento e, para o coral de apoio, a prisão deles é refratada como a solução para tal problema.

4.1.10 Operação Abismo

Com o intuito de apurar fraude no processo licitatório e pagamentos de propinas a servidores da Petrobras, a Polícia Federal deflagrou, no dia 04 de julho de 2016, a Operação Abismo. Ao todo foram compridas 35 ordens judiciais, sendo 7 conduções coercitivas, 4 mandados de prisões temporárias, 1 mandado de prisão preventiva e 23 mandados de busca e apreensão.

A operação investigava crimes de organização criminosa, cartel, corrupção e lavagem de dinheiro em contratos firmados para a construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES), localizado no Rio de Janeiro. Segundo a Procuradoria, o nome da operação remete não só às tecnologias de exploração de gás e petróleo em águas profundas desenvolvidas pela Cenpes, como também à localização das instalações, na Ilha do Fundão; conta ainda para a nomeação a evidência de que os esquemas como os identificados levaram a empresa aos recantos mais profundos da corrupção e da má administração do dinheiro público. A Polícia Federal (2016) ainda divulgou o valor dos repasses indevidos que, somados, dão cerca de 39 milhões de reais.

Abismo, proveniente do grego *ábyssos*, que significa “sem fundo”, formado por *a-*, “sem” e *-byssos*, “fundo”, e do latim, *abysmus*, o qual remete a “lugar sem fundo”. Na geologia,

define-se abismo como uma depressão natural ou caverna com desenvolvimento predominantemente vertical e também um precipício.

Este termo sai do campo da geologia e é valorado em outros campos como o da religião, à ideia de abismo como “passagem para o submundo”. Na Bíblia Hebraica (1983), a palavra representa tanto a criação original e inacabada do Gênesis, como também é usada, nos livros apocalípticos e no Novo Testamento da Bíblia Cristã de Jerusalém (1985), para designar o inferno, o lugar da punição para os pecadores.

Em outros casos, na mesma bíblia, abismo é valorado de outra maneira, principalmente no Salmo 42,7 (1985), em que se diz “um abismo chama outro abismo”, referindo-se ao anseio da alma por Deus. Na parábola do Lázaro e o Rico (Lc 16, 19-31), é apresentado um abismo entre os justos e os ímpios mortos. Todavia, nessa parábola há outro abismo demonstrado, visto que há um *abismo social* entre o rico, com casa, comida, bebida etc., e Lázaro, um mendigo que mora na sarjeta e que deseja comer as migalhas que caem da mesa do rico. Em outras palavras, vemos que esse *abismo* significa desigualdade econômica. Por outro lado, há ainda um abismo de valores, pois é posto que o rico é soberbo, egoísta e não reparte seus bens, preferindo dar os restos de comida aos cães ao invés de dar a alguém faminto; e o Lázaro, sofredor da miséria, tinha valor perante Deus, visto que apenas ele é nomeado (CARVALHO, 2020).

Assim, observamos que a palavra abismo é a representação de diferenças de condutas. Quando os dois morreram e encaminharam-se para lugares distintos, a bíblia apresenta um abismo que separa Lázaro no céu e o rico no inferno, logo, entende-se que, aqui, o abismo representa a distância entre tomadas de decisões e de boas ações.

No campo da filosofia, a palavra abismo foi retomada por Nietzsche em sua obra *Além do bem e do mal* (2005 [1886]), na célebre frase: “Quem deve enfrentar monstros deve permanecer atento para não se tornar também um monstro. Se olhares demasiado tempo dentro de um abismo, o abismo acabará por olhar dentro de ti.” (NIETZSCHE, 2005 [1886], p. 146). Assim, deparamo-nos com o abismo de um modo mais amplo em questões filosóficas, visto que, primeiramente, não podemos nos misturar com aquilo que tentamos lutar contra, ou seja, um homem bom que luta contra mal deve cuidar-se para não se tornar mal. Desse modo, esse é um caso de um monstro que se combate.

Por outro lado, o abismo aqui empregado corresponde tanto ao *niilismo*⁶¹ (o nada, o vazio dos nossos valores), quanto significa que este vazio pode ser um monstro a ser combatido, pois ao se defrontar demasiado com o vazio, pode também tornar-se vazio, em outras palavras, a falta de valores que o niilismo representa pode tomar conta do contemplante, ou ainda, o abismo pode ser o monstro que se combate e a conotação é que o abismo olhará dentro de ti, tornando-o tão vazio quanto ao abismo contemplado. Nesse sentido, monstro e abismo se confundem, assim, o que há é o niilismo no qual vivemos e o perigo de transmutarmos naquilo que combatemos (PEREIRA NETO, 2017).

Ainda, no dito popular, “estar à beira do abismo” significa que, com falhas consecutivas, o indivíduo está a ponto de cair e essa queda pode ser tanto moralmente quanto financeiramente. Portanto, o abismo é valorado como uma queda que o indivíduo sofre após cometer sucessivos erros.

Essas várias concepções de *abismo* dialogam na valoração estabelecida pela Polícia Federal, mas há ainda, além desses campos da atividade humana, o meio jurídico dessa operação, visto que os procuradores associaram esse signo com as máquinas que fazem perfurações em busca de petróleo, pois elas foram em um abismo a procura de algo, logo, a cor preta do petróleo é associado à escuridão ligada a não poder enxergar tão fundo. Ademais, o nome da localização das instalações, Ilha do Fundão, já traz consigo um diálogo com o abismo, presente na etimologia da palavra já explicitada antes.

Como na parábola do Rico e o Lázaro, as ações da Polícia Federal são refratadas pelo coral de apoio como corretas. Dessa forma, o coral de apoio entende que há um abismo social e moral, pois a Força-tarefa de Curitiba é valorada como virtuosa, como o bem para a nação brasileira e os investigados por suspeitas de corrupção são valorados como um mal a ser combatido.

Então, há, por extensão, um abismo entre os procuradores e os investigados, não sendo apenas uma referência ao equipamento de exploração de petróleo. Além disso, dialogicamente podemos entender que a escuridão pode ser uma valoração utilizada para significar os esquemas financeiros fraudados que a Polícia Federal tentar desvendar.

Portanto, a nomeação dessa operação é claramente motivada e intencional, retomando e respondendo a sentidos da palavra já circulantes socialmente. Em termos metafóricos, pode-se dizer que a Polícia Federal funcionou da mesma maneira que as máquinas de escavação,

⁶¹ *Nilismo* é uma doutrina filosófica que atinge as mais variadas esferas do mundo contemporâneo, cuja principal característica é uma visão cética radical em relação às interpretações da realidade, que aniquila valores e convicções. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/niilismo/>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

desenterrando evidências em um abismo de corrupção; percebe-se, assim, mais uma valoração possível na construção de sentidos desse nome de operação.

4.1.11 Operação Caça-fantasma

A Polícia Federal efetuou 7 conduções coercitivas e 10 mandados de busca e apreensão nas cidades de Santos, São Bernardo do Campo e São Paulo, na manhã de 07 de julho de 2016, quando deflagrou a 32ª Fase da Operação Lava Jato. Essa fase tinha o objetivo de investigar uma instituição financeira panamenha (FPB Bank) e apurar práticas de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, visto que essa instituição atuava sem autorização do BACEN (Banco Central do Brasil) e tinha como objetivo abrir/movimentar contas em território nacional e, assim, facilitar o envio de dinheiro de origem duvidosa para o exterior, já que o Panamá é um paraíso fiscal⁶².

Entre os investigados, está o escritório de advocacia Mossack Fonseca e Edson Paulo Fanton, representante do banco clandestino no Brasil. A Procuradoria informou que o nome dessa operação se deve por conta da verdadeira extensão obscura da instituição bancária (FPB Bank) no Brasil e também a vasta clientela que utiliza de seus serviços. Desse modo, percebemos que esse nome carrega uma motivação que explicitamos a seguir.

Se, como afirma Bakhtin (2016), todo enunciado é o produto de interação entre dois ou mais sujeitos socialmente organizados e os signos são ideológicos, ao investigarmos o signo fantasma, vemos que ele reflete e refrata outras realidades, frutos também da criação ideológica.

Fantasma é uma palavra de origem grega *phantázein* que significa “fazer aparecer”, e é usada para descrever um fenômeno em que a alma ou espírito de uma pessoa falecida aparece tanto de maneira visível quanto na forma de outras manifestações. Os fantasmas são, normalmente, descritos como essências solitárias que assombram um local ou uma pessoa a quem estiveram ligados durante a vida.

A crença em fantasmas é bastante comum, sendo evidenciada desde a idade pré-histórica, no Antigo Testamento e em culturas da Mesopotâmia. Logo, com a Idade Moderna, essa crença ganhou espaço no campo artístico, tanto na literatura como no cinema, sendo retratada em várias obras (HOLE, 1950). O termo *caça-fantasma* surge com o filme do gênero fantasia e ficção científica de mesmo nome no ano de 1984. Nesse filme, as personagens

⁶² *Paraíso fiscal* é um território onde as transações financeiras são autorizadas sem identificar as pessoas envolvidas ou com poucas informações sobre elas, com tributações reduzidas ou nulas. É também onde estrangeiros podem depositar seus bens sem nenhuma ou com mínimas informações aos seus países de origem, os quais geralmente possuem tributações maiores. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/paraíso-fiscal/>>. Acesso em: 06 out. 2020.

resolvem mistérios sobrenaturais por meio de elementos de ficção científica e caçam fantasmas que aparecem na cidade, prendendo-os por meio de dispositivos desenvolvidos cientificamente.

A palavra *fantasma* também está ligada ao campo jurídico, quando se explicita sobre uma pessoa que é nomeada a um cargo público e que nunca desempenha as atribuições que lhe cabem, ou seja, recebe sem trabalhar, enriquece ilicitamente à custa do erário público e, na maioria das vezes, com remunerações muito superiores à da maioria da população brasileira. Trata-se de experiência corriqueira no Estado brasileiro totalmente reprovável, tanto do ponto de vista da autoridade que nomeia quanto da pessoa que aceita ser favorecido por tal ilicitude. Portanto, diz que essa pessoa é um *funcionário fantasma*.

Em relação ao contexto dessa operação, percebe-se que o nome se motiva pela valoração da palavra *oculto*, pois o banco investigado agia de maneira clandestina, oculto às leis do BACEN. O banco se manifestava de maneira oculta assim como um fantasma, visto que elementos do ocultismo, conhecido popularmente como paranormal, são associados aos fenômenos fantasmagóricos.

Os clientes dessa instituição financeira também agiam de maneira oculta e, provavelmente, solitária, como os fantasmas se manifestam segundo a crença popular. Desse modo, a este ponto, entendemos o percurso metafórico e valorativo da justificativa da Polícia Federal. Contudo, dialogicamente podemos aprofundar mais ao associar um trocadilho que se faz com o sobrenome de um dos investigados, Edson Fanton, já que a palavra “fantasma” na língua inglesa pode ser tanto *ghost* quanto *phantom*, esse segundo nome se assemelha foneticamente com o sobrenome do investigado.

Assim, a ideia de fantasma associada a empresa clandestina e a Edson Fanton se fortalece em contraste com a posição valorativa assumida pelos investigadores refratada como caçadores. Ademais, como no filme *Os Caça-Fantasmas* (1984), em que eventos sobrenaturais aconteciam e começaram a ser vistos pela sociedade, o esquema investigado pela Lava Jato, que antes era ocultado por ações que pareciam ser lícitas, foi exposto à sociedade pela mídia e o grupo de investigadores saíram à procura de eliminar tal esquema.

No filme, os caçadores são vistos como heróis por terem livrado a cidade dos seres sobrenaturais; da mesma forma, os investigadores foram aclamados como heróis nacionais ao deter a ação do banco que agia de forma oculta e aumentava a corrupção e a lavagem de dinheiro público. Tanto os fantasmas do filme quanto os corruptos investigados foram aprisionados. É importante considerarmos que a nomeação, de modo prévio, já posiciona a Polícia Federal axiologicamente em relação à culpa dos envolvidos.

4.1.12 Operação Arquivo X

A Polícia Federal deflagrou no dia 22 de setembro de 2016 a 34ª fase da Operação Lava Jato, para investigar fatos relacionados à Petrobras na contratação de empresas para a construção de plataformas para exploração de petróleo no pré-sal.

No âmbito da Lava Jato, esta operação investiga contratos fraudulentos e corrupção, visto que as empresas formaram um esquema de consórcio para obter os contratos na construção de duas plataformas, mesmo elas não tendo experiência, estrutura ou preparo para isso. Foram cumpridas 50 ordens judiciais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal. Dentre os investigados, encontram-se Guido Mantega, ex-ministro da Casa Civil, e Eike Batista, empresário brasileiro, dono das empresas investigadas, do grupo OSX.

Essa operação foi batizada de Operação Arquivo X, fazendo referência ao nome do grupo investigado (OSX) que apresenta a letra X e ao fato de o empresário Eike Batista costumar remeter às suas empresas com o uso dessa letra como um “sinal de multiplicação” de riquezas. A partir desse contexto, explicitamos um pouco mais sobre esse nome como signo ideológico.

Como vimos, Bakhtin (2011) afirma que o discurso tem natureza dinâmica e todos os enunciados estabelecem relações com outros enunciados, influenciando e sendo influenciados por outras produções discursivas. Assim, ao buscarmos outros enunciados já produzidos, torna-se possível recuperarmos os fios dialógicos que possibilitam a compreensão do nome da operação enquanto signo ideológico.

A letra “x” tem uma provável origem no alfabeto fenício, mais especificamente da letra *samekh*, sendo que os gregos a utilizaram para representar o som de /ks/, nomeando-a de xi (Ξ, ξ). O alfabeto grego foi utilizado também pelos etruscos e pelos romanos, e a letra “xi” (Ξ) passou a representar o som de /j/. Atualmente, na língua portuguesa, a letra “x” faz conjunto com outras 25 letras no alfabeto, sendo que ela pode representar mais de um som nas diversas palavras de língua portuguesa. Dessa maneira, o “x” pode aparecer com som de /j/, de /z/, de /ks/ e de /s/.

Fora do campo das letras, o “x” também é utilizado para abreviar a palavra *contra* ou *versus*, ou seja, entre o nome dos oponentes aparece o “x”, como por exemplo, Brasil 1 x 2 Bélgica. Na biologia, essa letra é valorada como nome de um cromossomo sexual, componente de uma longa sequência de DNA e representa o cromossomo feminino.

Além de atravessar esses campos, o “x” também tem espaço na matemática, valorado como incógnita numérica, sendo fortemente utilizado por René Descartes em sua obra *La*

géometrie (1637), usando-o especialmente, no plano cartesiano, para expressar incógnita nas coordenadas. A partir desse momento, a responsividade do feito de Descartes passará a valorar “x” como uma incógnita ou algo desconhecido, o que já dialoga com o nome da operação, em função da necessidade de descobrir a incógnita subjacente ao “x”.

Já estabelecendo um diálogo com os sentidos do campo da matemática, demonstrando, como afirmam Bakhtin e Volochínov (2014), que todo enunciado é apenas um elo numa cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo, na cultura popular televisivo-cinematográfica, encontramos um seriado, e depois também um filme, com o mesmo nome da operação: Arquivo X. Nele, dois agentes especiais do FBI investigam obstinadamente, até o descobrimento da verdade, casos inexplicáveis (por extensão, as incógnitas) que envolvem conspirações alienígenas e o governo americano. A busca pela verdade em casos difíceis do seriado dialoga também com a nomeação feita pela Polícia Federal, e encontra refração no coral de apoio, pois o seriado era um dos maiores sucessos na televisão aberta brasileira.

Na matemática, usa-se também o símbolo x como sinal de multiplicação, contudo, os matemáticos dizem que não é a letra “x”, mas sim um símbolo simétrico semelhante a letra. Dessa semelhança, dialogicamente surge a valoração que Eike Batista utiliza para nomear suas empresas (como por exemplo, OSX e OGX), pois associa-se ao “x” a ideia de multiplicar os lucros que são ganhos com o trabalho das empresas. Desse modo, a valoração que Eike aplica às suas empresas foi compreendida pela Polícia Federal e conjuntamente com os contratos fraudulentos foram refratados, em uma atitude responsiva ativa, como ruins e criminosos perante a lei e serviram como motivação para nomear a operação com tal.

Ao estabelecermos relações dialógicas com os enunciados do campo administrativo, percebemos que os contratos investigados pelo MPF foram valorados como *arquivo*, devido à sua quantidade e à sua organização. Portanto, observamos que *arquivo x* é um signo ideológico pois são retomadas as significações empregadas pela sociedade nos campos do entretenimento, da matemática e da administração, que são perpassadas axiologicamente por avaliações da Polícia Federal, gerando uma nova produção de sentidos para o nome.

Nesse novo contexto, sem desconsiderar o diálogo estabelecido com as diversas significações já presentes na cultura, a palavra *arquivo* significa as ações corruptas a serem obstinadamente investigadas pela Polícia Federal e, dado que se trata de uma empresa de Eike, o x é uma maneira de associar e valorar a operação. Assim, a Força-tarefa de Curitiba procurou o *arquivo x*, aquele documento que contém todas as ações que incriminaram o empresário brasileiro.

4.1.13 Operação Omertà

Omertà é uma expressão de origem napolitana e em seu sentido mais amplo significa “solidariedade”. Conforme Cavalcanti (2012), ela está relacionada a um tipo de criminalidade organizada conhecida como *Camorra*⁶³ que age na região de Nápoles, sul da Itália. Primordialmente, segundo Behan (1996), essa organização criminosa era conhecida como a “Sociedade da Humildade”, regulada na ideia de que os filiados estão subordinados a um chefe que determinava as regras do grupo. Omertà, nessa sociedade criminosa, torna-se um código de silêncio sobre os atos praticados. Portanto, essa expressão está intrinsecamente ligada a uma sociedade criminosa organizada (DIAS, 2020).

Com o passar do tempo, a concepção desse termo estritamente ligado a organização criminosa ganhou amplitude e se tornou um traço cultural da região de Nápoles (CAVALCANTE, 2012). Dessa forma, atualmente, em regiões em que o crime organizado atua, há um acordo subentendido entre os civis em não delatar. Assim, “[...] omertà se transforma em uma questão cultural crescente, um problema social” (DIAS, 2020, p. 136).

Segundo Dias (2020, p. 136), no cotidiano, essa solidariedade (*omertà*) ainda é um voto de silêncio, que envolve não só “não declarar a identidade do autor de um crime, mas também uma solidarização que é realizada por interesses práticos ou por receio de repercussão de determinado assunto”. Omertà, portanto, não é apenas um termo ou uma lei mafiosa, ela é um código de conduta em que a morte é a pena para a quebra dele.

A Polícia Federal, em setembro de 2016, deflagra uma operação com o propósito de cumprir 45 mandados judiciais, sendo 27 de busca e apreensão, 3 de prisão temporária e 15 de condução coercitiva. Dentre os investigados por essa operação estão o ex-ministro da Casa Civil e da Fazenda Antonio Palocci (PT) e o empreiteiro Marcelo Odebrecht, acusados de corrupção ativa e omissão de dados à Justiça⁶⁴. Essa operação foi nomeada de *Operação Omertà* que, conforme explicita a procuradoria da Polícia Federal, refere-se a dois fatos: i) ao apelido dado à Palocci de “italiano”; e ii) ao voto de silêncio existente na empreiteira. Ambos fazem alusão à criminalidade organizada italiana (DIAS, 2020). O Ministério Público (2016) acusa Palocci de receber propinas e de favorecer os negócios do Grupo Odebrecht, como também de intervir nas licitações da Petrobras para que o grupo mantivesse contrato com a estatal e, ainda, firmassem a margem de lucro pretendida.

⁶³ Sociedade criminosa italiana aliada à Máfia Siciliana, oriunda da região de Nápoles, criada provavelmente em meados do século XVII. Segundo a *Revista Fortune* (2017), a Camorra é o terceiro maior grupo criminoso organizado do mundo (DIAS, 2020, p. 136).

⁶⁴ Conforme o Inquérito de Denúncia dos Autos 5054008-14.2015.4.04.7000 e 5043559-60.2016.4.04.7000.

Segundo o que a imprensa da Polícia Federal explicita, para o repasse de pagamentos indevidos e para evitar qualquer vazamento sobre os dados dessa corrupção, o Grupo Odebrecht apelidou o ex-ministro como “italiano” e, com sua ajuda, instaurou um grande esquema criminoso com outros políticos e agentes públicos:

Conforme já reiteradamente exposto em diversas ações penais ajuizadas no âmbito da Operação Lava Jato, no período compreendido, pelo menos, entre 2004 e 2014, instalou-se no âmbito da PETROBRAS um grande **esquema criminoso** envolvendo a prática de crimes contra a ordem econômica, corrupção e lavagem de dinheiro, tendo sido constatada, ainda, a formação de um grande e poderoso Cartel do qual participaram as empresas OAS, **ODEBRECHT**, UTC, CAMARGO CORREA, TECHINT, ANDRADE GUTIERREZ, MENDES JÚNIOR, PROMON, MPE, SKANSKA, QUEIROZ GALVÃO, IESA, ENGEVIX, SETAL, GDK e GALVÃO ENGENHARIA. Esse esquema possibilitou que fosse fraudada a competitividade dos procedimentos licitatórios referentes às maiores obras contratadas pela **PETROBRAS** entre os anos de 2006 e 2014, majorando ilegalmente os lucros das empresas em centenas de milhões de reais. (BRASIL, 2016, p. 18 [grifos do autor]).

Dias (2020) comenta que o esquema criminoso investigado pela Polícia Federal beneficiava todos os envolvidos com determinada margem de lucro, o que, dialogicamente, parece funcionar como uma organização criminosa instalada na estatal. “Logo, se há uma sociedade criminosa funcionando, há códigos de conduta presentes nela. O código de silêncio presente no esquema da empreiteira era respeitado por todos os envolvidos e, ao ser quebrado, fez com que tudo fosse descoberto” (DIAS, 2020, p. 138).

A mídia notícia o fato, mostrando como a quebra do voto do silêncio na empreiteira Odebrecht (omertà) contribuiu para a investigação, como ser visto a seguir:

Figura 14. Notícia da delação.

Durante a coletiva da Força-Tarefa da Lava-Jato na manhã desta segunda-feira, o delegado Filipe Hille Pace também se referiu ao termo, dizendo que a secretária Maria Lúcia Guimarães Tavares, presa na 23ª fase da operação, teve “coragem de quebrar o silêncio” da Odebrecht, ao entregar as planilhas com as doações da empreiteira a políticos.

Fonte: <<https://oglobo.globo.com/brasil/nome-da-nova-operacao-da-lava-jato-omerta-faz-referencia-mafia-italiana-20179132>>. Publicado em 26 set. 2016. Acesso em: 19 jul. 2019.

A Polícia Federal e o Ministério Público afirmaram que, no caso do Grupo Odebrecht, imperava-se um silêncio que, ao ser rompido, permitiu um aprofundamento das investigações. Omertà, ao nomear a operação, carrega a valoração da Polícia Federal que, axiologicamente,

compreende as atividades dos envolvidos como uma máfia. Como comenta Dias (2020, p. 139): a “[...] conduta que se manteve por esse grupo de criminosos fez com que [se] recortasse o nome do voto de silêncio do crime organizado napolitano e [se] projetasse no nosso cotidiano como nome de uma operação.”

A partir desses pressupostos levantados, Dias (2020) ordena certas semelhanças entre a criminalidade organizada italiana conhecida como máfia e o esquema criminoso envolvendo Palocci e as empreiteiras em um quadro:

Quadro 5. Relações entre o crime organizado italiano e brasileiro.

Semelhanças entre os casos de corrupção italiana e brasileira que foram usadas como justificativa para a nomeação	
Esquema criminoso brasileiro investigado nessa Operação da Polícia Federal	Esquema de criminalidade organizada italiana
Crime organizado instaurado na Petrobras.	Crime organizado instaurado na região de Nápoles.
Origem italiana do sobrenome do político (Palocci).	Esquema criminoso de origem italiana.
Uso de codinomes (nesse instante, o codinome “italiano”).	Idem (codinomes, geralmente, dados por outros criminosos ou pela polícia investigativa).
Hierarquia presente no esquema (políticos e empreiteiros).	Idem (Don, chefe, capo, membros e associados).
Repasse de pagamentos indevidos e lavagem de dinheiro.	Idem.
Códigos de conduta (nesse caso, o omertà).	Idem.

Fonte: DIAS, 2020, p. 139-140.

A partir do exposto, Dias (2020) conclui que:

Desse jeito, como Bakhtin (2011) aponta que dois enunciados distantes um do outro, no tempo e no espaço, projetam sentidos por meio de relações dialógicas, podemos perceber que o nome não se dá de maneira despropositada, pois constrói-se relações de sentido dentro da atualidade apresentada pelo Inquérito de denúncia e recupera as atitudes deslocadas por uma organização criminosa italiana do século XIX. (DIAS, 2020, p. 140).

Portanto, a palavra omertà é ressignificada na nova enunciação, em um novo cronotopo. Há, assim, um dialogismo que responde a um passado, fazendo com que o processo de nomeação signifique. Logo, como coloca Faraco (2009, p. 59), a partir das ideias de Bakhtin: “[...] *todo dizer não pode deixar de se orientar para o ‘já dito’*, desse modo, todo enunciado é

uma réplica, ou seja, não se constitui do nada [...]” (FARACO, 2009, p. 59, grifos do autor), compreendemos, então, que esse ato de nomear é uma resposta ao diálogo que há entre a criminalidade organizada italiana e a corrupção brasileira (DIAS, 2020).

Dessa forma, percebemos que *omertà* é um signo ideológico, quer dizer, esse ato de nomear a operação com esse código de conduta pelos investigados evidenciam os juízos de valores que carregam por serem crimes e são retomados com essa nomeação. Assim sendo, as relações dialógicas são estabelecidas pelos fatos que a Polícia Federal investigou e associou à criminalidade organizada napolitana.

4.1.14 Operação Dragão

Dragão é uma palavra de origem grega, *drákos, ontos*, que significa tanto dragão quanto serpente, e latina, *drācos, onis*, que tem o mesmo significado que no grego. Trata-se de um ser mitológico presente em diversas culturas, perpassando desde o Oriente até ao Ocidente, na América pré-colombiana. Essa criatura fantástica é caracterizada por ser um réptil de grande porte, semelhante a um grande lagarto ou serpente, com asas, poderes mágicos e/ou capacidade de expelir fogo pela boca.

Em diferentes culturas, a palavra dragão ganhou significados diversos, sendo que, no Oriente Médio, dragões eram compreendidos como encarnações do mal que acumulavam grandes tesouros em suas tocas. Na Bíblia Cristã (1985), dragão carrega a noção de mal e caos, já que Ezequiel utiliza-se do signo dragão para se referir aos inimigos do povo israelita (Ez 29, 3), além de haver, no Livro do Apocalipse, a palavra remetendo à Satanás, no trecho: “[...] O grande dragão foi lançado fora. Ele é a antiga serpente chamada diabo ou Satanás, que engana o mundo todo. Ele e os seus anjos foram lançados à terra” (BÍBLIA, 1985, p. 1915), sendo que, ainda na religião católica, há a ideia de que São Jorge duelou e matou um dragão que se banquetava de mulheres virgens.

Na América pré-colombiana, na religião Inca, a deusa *Mama Pacha* era representada como um dragão que cuidava da colheita e causava terremotos e, no folclore brasileiro, tem-se o *Boitatá*, uma cobra gigantesca que cospe fogo e defende as matas. Na mitologia chinesa, o dragão é um dos seres sagrados e que participaram da criação da terra e da vida, representando suas chamas como energia que destrói e permite que algo novo se construa. A partir dessa lenda, o dragão tornou-se signo utilizado pelo imperador.

Como cada sociedade e cultura organiza seus elementos de formas diferentes e os signos são socio-historicamente constituídos (BAKHTIN; VOLOCÍNOV, 2014), tem-se a ideia de dragão como um monstro gigante, mas também como um protetor de riquezas e do ambiente

em que vive. Nesta perspectiva, a cultura e o mito do dragão têm uma forte influência da China, sendo usado pelo Ocidente como emblema nacional desse país. Apresentamos mais detalhes sobre a relação do dragão com a cultura chinesa, em virtude de o nome da operação ter ligações com um indivíduo desse país (WU-YU SHENG), como veremos posteriormente.

A adoração e veneração do dragão remonta aos tempos tribais da antiga China, visto que se associavam os dragões aos rios, cachoeiras e cataratas do país. Em épocas de seca, era comum fazer sacrifícios e conduzir ritos religiosos para satisfazerem o dragão, para pedir chuva ou para cessá-la (SEGANFREDO, 2013).

Com o passar do tempo, na dinastia Qin Shi Huang, o dragão foi adotado como emblema, assim, seus descendentes perpetuaram essa imagem valorando-a como poder imperial. Essa ação gerou uma compreensão responsiva por parte da população que retomou esse enunciado e o modificou, refratando-o no trono imperial que começou a ser chamado de “trono do dragão”, valorando dragão como imperador. A imperatriz era frequentemente referenciada como *Fenghuang*, o que em mandarim é o correlativo feminino para dragão.

A ideia de dragão se consolidou na China e continua até os dias atuais em diversas manifestações culturais, por exemplo, costuma-se usar pipas com formatos e desenhos de dragões nas celebrações chinesas. Além disso, o dragão integra o grupo de 12 animais do horóscopo chinês e é usado no calendário daquele país. Na crença popular chinesa, o ano do dragão é o mais propício para fecundação, assim nascem mais crianças nos anos do dragão do que nos anos dos demais animais do horóscopo. Posto isso, notamos que, para o horóscopo, o dragão é valorado como o ano da reprodução humana.

O dragão, na cultura chinesa, também tem sua imagem associada ao número nove (9). Essa associação deve-se ao fato de o nove ser o maior dígito possível, o que levou a descrevem o dragão como tendo nove atributos. A importância do número nove pode ser vista no monumento da parede com o desenho de nove dragões, mostrado na imagem a seguir:

Figura 15. Parede dos Nove Dragões.



Fonte: Disponível em: <<https://www.chinalinktrading.com/blog/lenda-do-dragao-chines/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

O monumento, segundo Seganfredo (2013), remete a lenda chinesa dos nove dragões, na qual um Dragão teve nove filhos e cada um deles tem alguma característica peculiar: o filho mais velho, chamado de *Bixi*, aparenta-se como uma tartaruga e carrega objetos pesados em suas costas; o segundo filho, nomeado de *Chiwen*, é um dragão com boca grande e corpo pequeno e tem a capacidade de extinguir o fogo; *Pulao*, o terceiro filho, é mais parecido com um dragão e gostava de uivar, logo, sua imagem é usada em sinos chineses; o quarto filho chama-se *Xianzhang* e sua forma lembra a de um tigre, sendo que ele é justo, sabendo diferenciar o certo do errado; *Taotie* é o quinto filho e é tido como guloso, pois sempre está comendo ou bebendo; o sexto filho é *Gongfu* e ele adora a água; *Yazi*, o sétimo filho, é um guerreiro nato, dominador das artes marciais; *Suanni* é o oitavo filho e sua forma se assemelha ao leão, além de ele gostar de incenso e fumo; *Pushou*, o nono filho, gosta da solidão.

Assim, esse número, que carrega várias características, é associado ao poder imperial, sendo que apenas o imperador da China pode trajar uma roupa com o desenho dos nove dragões. A roupa dos demais oficiais do exército apresentam dragões, porém, com quantidades menores que nove. A palavra dragão é usada também para designar de maneira depreciativa o exército chinês, pois ele age tão agressivamente quanto um dragão que destrói seus inimigos. Isso leva muitos imperadores a serem denominados por seu povo como “rei dragão”, como Wu-Yue e sua dinastia, que chamavam também de “rei dragão dos mares”, por conta de suas obras hidráulicas. Na cultura chinesa o dragão é levado, ainda, como símbolo de Hong Kong, remetendo a força do dragão e seu poderio imperial valorado como metáfora para essa cidade.

Na China, há lendas que dizem que o verdadeiro imperador chinês nascerá com a marca do dragão no corpo, de onde decorre a lenda de que um camponês nascerá com essa marca e destronará o imperador e começará uma nova dinastia (SEGANFREDO, 2013).

Bruce Lee, um dos maiores e mais famosos atores chineses, mundialmente conhecido por seus filmes de ação, nos quais misturam-se as artes marciais com aventuras, nasceu no ano do dragão. Um dos nomes pelo qual era chamado por seus fãs e considerado um dos seus nomes artísticos, era Li Xiaolong, que do chinês significa “pequeno dragão”. Isso inspirou o nome de vários filmes em que ele atuou, como por exemplo *O Dragão Chinês* (1971), *A Fúria do Dragão* (1972), *Voo do Dragão* (1972) e seu último filme, lançado postumamente, intitulado *Operação Dragão* (Enter the Dragon [1973]), no qual Bruce Lee interpreta um artista marcial que entra em um torneio de caratê em uma ilha, sendo que essa competição é apenas uma fachada para que criminosos trafiquem drogas. Ao descobrir esse plano, o protagonista luta para cessar o

contrabando, fazendo com que todos os criminosos fossem derrotados. O sucesso desse filme foi tanto que inúmeras escolas de caratê foram abertas por todo os Estados Unidos para atenderem à crescente demanda.

Além desse filme, uma operação militar também recebeu essa nomeação: a invasão aliada no sul da França na Segunda Guerra Mundial. Essa operação consistiu em um pouso aéreo na Normandia, em que soldados aliados derrotaram as forças alemãs e italianas que estavam no local. Assim, a noção de dragão é parecida com aquela valorada no exército chinês, de grande força e ataque de fogo aéreo contra seus inimigos.

Vemos que, além de ser um animal mítico altamente poderoso e destrutivo, o signo dragão carrega outros valores perpassados historicamente, associados a feitos, imperadores, lendas, nomes de filmes e operações militares. Esse signo é remetido ao povo chinês e é refratado conforme sua cultura. Em outros países, outros sentidos são estabelecidos, como no Brasil por exemplo, em que dragão remete a uma mulher considerada fora dos padrões de beleza, ou seja, valora-se características mitológicas desse ser em comparação as características femininas consideradas “feias”.

As considerações sobre o dragão e seus aspectos valorativos e axiológicos na cultura chinesa, nos ajudam a entender a 36ª operação deflagrada pela Polícia Federal, no dia 10 de novembro de 2016, cujo intuito era o de investigar dois importantes operadores financeiros que atuavam na movimentação de recursos ilegais, provenientes de relações criminosas entre empreiteiras e empresas com executivos da Petrobras.

Para isso, 18 ordens judiciais foram cumpridas nos estados do Ceará, São Paulo e Paraná. Esta operação foi nomeada de *Operação Dragão* que, segundo a Polícia Federal, remete aos registros na contabilidade de um dos investigados que chamava “operação dragão” os negócios fechados com parte do grupo criminoso para disponibilizar recursos ilegais no Brasil a partir de pagamentos feitos no exterior. Vemos que a motivação da nomeação da operação responde a duas instâncias: a primeira, que remete ao codinome já atribuído por um dos investigados para nomear negócios; e a segunda, que remete às características da operação da Polícia Federal em si.

Nos autos nº 5035144-88.2016.4.04.7000, 5049557-14.2013.404.7000, 5073475-13.2014.404.7000 e 5024251-72.2015.4.04.7000 afirmam que:

Mais especificamente, ainda conforme narraram os investigados VINICIUS VEIGA BORIN e MARIA LUCIA TAVARES no âmbito do acordo de colaboração premiada firmada com o Ministério Público Federal, RODRIGO TACLA DURAN recebia recursos, provenientes, dentre outras fontes, de

contratos firmados pelo Grupo ODEBRECHT com a PETROBRAS, em contas mantidas exterior de uma das contas pertencentes ao Grupo ODEBRECHT e manejadas por OLÍVIO RODRIGUES, repassando-os, após, mediante o recebimento de comissões, para contas de outros doleiros, também no exterior, configurando as denominadas operações “Dragão”. Em regra, os valores eram destinados, então, ao chinês WU-YU SHENG (que controlava as contas ALL TEAM, AMPLE POWER LTD, POWER HARVEST INTERNATIONAL LTD., SWEN R2 LTD e KTJW INVESTMENTS LTD., mantidas no Meinh Bank em Antígua e Barbuda), que, por sua vez, fornecia dinheiro em espécie no Brasil a agentes ligados ao Setor de Operações Estruturadas do Grupo ODEBRECHT. (BRASIL, 2017, p. 32).

A partir do exposto, notamos que a empreiteira brasileira tinha negócios ilegais com um chinês, Wu-Yu Sheng, sendo que *Wu-Yu* é um nome muito próximo foneticamente do nome do imperador chinês que era conhecido por ser o “rei dragão dos mares”, como explicitamos anteriormente.

Desse modo, as ações da Odebrecht em repasse de dinheiro funcionavam como uma operação financeira ao *dragão*, portanto, nasce o nome *operação dragão*, sendo não só um codinome para dificultar as investigações, mas também um diálogo com os valores discursivos e socio-históricos que essa palavra carrega na cultura chinesa. Por outro lado, assim como Bruce Lee em *Operação Dragão* (1972), os investigadores foram em busca de solucionar crimes silenciosos e conseguiram prender o dragão que agia ilicitamente. Logo, notamos também um funcionamento dialógico do filme com o contexto atual das práticas da Lava Jato.

Ainda, como trata-se de um ser mitológico e há inúmeras histórias das Novelas de Cavalaria, em que cavaleiros lutavam contra dragões, o nome da operação, no cronotopo estabelecido pela Lava Jato, pode ser visto com alguns posicionamentos discursivos axiológicos: a Força-tarefa de Curitiba é entendida como os cavaleiros que saem para lutar contra o dragão (nesse caso, entendido como a corrupção). Sendo assim, a palavra dragão perpassa por diversas avaliações e significações conforme o contexto determinado em que ela se encontra.

No âmbito da Lava Jato, a Polícia Federal, ao descobrir tais ações, recebeu esse enunciado e se posicionou numa compreensão responsiva ativa e o reavaliou a operação, visto que não se trata mais de uma operação financeira, mas sim policial. Desse modo, como no filme de Bruce Lee, a operação dragão é uma ação policial para acabar com a corrupção, envolvendo empreiteiras e um membro da comunidade chinesa.

4.1.15 Operação Descobridor

No dia 17 de novembro de 2016, a Polícia Federal deflagrou a 37ª fase da Operação Lava Jato, a última deste ano, em que as equipes de policiais cumpriram 17 ordens judiciais, sendo 14 mandados de busca e apreensão, um mandado de prisão preventiva e dois de prisão temporária. Essas ordens judiciais foram cumpridas nas cidades de São Paulo e Santo André – ambas no Estado de São Paulo, Angra dos Reis e Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.

Os fatos investigados estão relacionados a irregularidades de obras no COMPERJ, no complexo de Manguinhos e na reforma do estádio Maracanã. Essa operação foi, primeiramente, nomeada de *Operação Calicute*, mas foi expandida para *Operação Descobridor*, e ela teve como o seu principal alvo o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Segundo a Procuradoria da Polícia Federal, o nome dessa operação remete ao descobridor e explorador português Pedro Álvares Cabral, que sofreu uma derrota na cidade de Calicute, na Índia. Assim, percebemos a relação do nome do ex-governador com o navegador português, em uma construção de sentidos estabelecida a partir das relações dialógicas que mostramos a seguir.

Descobridor, pelo dicionário⁶⁵, é aquele que faz descobertas, sendo tanto um explorador como também um inventor. Morfologicamente, essa palavra é composta pelo sufixo *-dor*, formador de substantivos e adjetivos que exprimem a noção de agente, adicionado ao tema do verbo *descobrir*. Ademais, esse verbo vem do latim *discooperire*, que significa “destapar”, formado pelo prefixo *dis* – o qual remete à “ação oposta” – e pelo verbo *cooperire*, que significa “cobrir, tapar e/ou enterrar”. Inicialmente, essa palavra era usada no sentido de “exposição” e “delação”, contudo, no século XVI, ela passou a ter o significado de “aquisição de conhecimento antes inexistentes” ou como sinônimo de “explorador”.

No final do século XV e início do século XVI, inúmeros navegantes foram nomeados “descobridores”, tanto pelas suas rotas marítimas que foram consideradas “descobertas”, quanto pela sua coragem em fazer tais trajetos. Dentre os mais famosos, temos os nomes de Cristóvão Colombo (o descobridor da América), Vasco da Gama (descobridor do caminho para a Índia), Pedro Álvares Cabral (descobridor do Brasil), Fernão Magalhães (primeiro circunavegador), Abel Tasman (descobridor da Tasmânia e da Nova Zelândia) e James Cook (descobridor da Austrália). Esse período da história ficou conhecido como a “Era dos Descobrimentos”, graças aos feitos desses navegadores.

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/descobridor/>>. Acesso em: 21 set. 2020.

O nome Calicute remete à cidade costeira da Índia, lugar que, em 13 de setembro de 1500, Pedro Álvares Cabral chega depois de partir há seis meses de Portugal. A cidade era governada por Samorim, que fazia comércio com vários mercadores árabes mulçumanos e chineses. Em 1498, Vasco da Gama chegara à cidade, porém não conseguiu fazer negócios. Cabral foi autorizado a instalar uma feitoria e um armazém em Calicute. Os mercadores mulçumanos não gostaram da instalação portuguesa na costa ocidental indiana, até que, em dezembro de 1500, os árabes mulçumanos e indianos hindus atacam a feitoria portuguesa, matando cerca de 50 portugueses, entre eles Pero Vaz de Caminha, e seis franciscanos que faziam parte da frota.

Com o ataque, Cabral esperou um dia para que o governante de Calicute se explicasse, porém, não houve retorno. Assim, ele ordenou que seus tripulantes saqueassem e bombardeassem a cidade durante dois dias. Este episódio ficou conhecido como a “Tormenta de Calicute”.

Com o nome da operação, associa-se dialogicamente o sobrenome do ex-governador fluminense Sérgio Cabral com o sobrenome do navegador português. Portanto, a Tormenta de Calicute retorna como uma tormenta a Sérgio, visto que ele estava sendo investigado por suposta “cartelização”, como explicitado no Inquérito de Denúncia:

Consumados os delitos antecedentes de cartel, fraude às licitações e corrupção praticados no contexto de organização criminosa atuante na PETROBRAS, entre 26/05/2011 e 20/07/2011, **SÉRGIO CABRAL**, de modo consciente e voluntário, e de forma reiterada na conduta de lavagem de ativos, ocultou e dissimulou a origem, a natureza, localização, disposição, movimentação e a propriedade de valores provenientes das infrações penais, no importe de R\$ 26.840,00 (vinte e seis mil e oitocentos e quarenta reais), mediante 3 (três) depósitos em dinheiro, não identificados e estruturados para evitar a identificação e a comunicação de operações suspeitas ao COAF, na conversão do produto dos crimes em bens adquiridos junto a Ermenegildo Zegna. (BRASIL, 2016, p. 9-10, grifos do autor).

Assim, há uma valoração do empenho da Polícia Federal como uma tormenta, em função de um descontentamento advindo das ações do opositor que, no caso, juntamente com a relação dialógica do sobrenome do investigado com o do *descobridor*, servem de motivação para a criação do nome da operação. Como vimos, a partir de Stella (2018), ao se escolher um nome para uma pessoa ou algo, evidenciam-se sentidos e valorações mais ou menos estáveis, já que a maneira de posicionar a palavra/nome apresenta uma nova significação que se quer dar a alguém ou objeto selecionados. Na nomeação feita pela Polícia Federal, há um processo de

interiorização que se dá no confronto de significações internas da operação que se têm com significações externas, escolhidas pelos investigadores axiologicamente posicionados.

Em ambos os casos, temos a derrota dos “Cabrais”, tanto perante ao ataque indo-arábico, quanto perante às investigações da Polícia Federal, sendo valoradas da mesma forma. Nesse complexo de relações dialógicas, a Polícia Federal pode ser valorada ainda como “descobridora”, já que apurou os fatos e evidenciou um esquema de corrupção envolvendo o Governo do Rio de Janeiro. Há, então, uma relação entre descobrir os fatos com o nome do descobridor português, sendo os dois “Cabrais” derrotados.

Como podemos observar, em todas essas operações da fase de 2016, as nomeações seguem ordens diversificadas, ou seja, há nomes referentes à antiguidade clássica (aletheia e vitória de pirro), obras cinematográficas (triplo x, caça-fantasma, arquivo x e operação dragão), expressões populares (xepa, polimento, vício) e até expressão oriunda de outra língua (*omertà*). Os nomes dão foco na investigação e posicionam os sujeitos envolvidos, como a Força-tarefa de Curitiba e os investigados.

Além disso, as operações dessa fase refletem diretamente no cenário político da época, já que a Lava Jato se centrou em investigar, nesse mesmo ano, políticos, empresários e dirigentes da Petrobras ligados ao PT, principalmente aqueles ligados à Lula, contribuindo para o impeachment da Presidenta Dilma. Os nomes também foram valorados pelo coral de apoio, que se manifestou a favor da Operação e pressionou o STF e a Procuradoria-geral da República, ou seja, as ações jurídicas conduzidas pela Lava Jato aliadas à cobertura midiática colaboraram para que muitos brasileiros saíssem às ruas pedindo o impeachment da presidenta. Ademais, as operações davam suporte jurídico para que políticos as usassem ao seu favor, auxiliando, como vimos na seção 3 deste trabalho, a acusação de uma improbidade administrativa atribuída a Dilma.

4.2. OS NOMES DAS OPERAÇÕES DA FASE DE 2017

A fase de 2017 da Operação Lava Jato compreendeu com 8 operações e investigou empreiteiros e políticos do alto escalão, cumprindo 117 ordens judiciais no ano todo. Além das empreiteiras, os principais investigados nessa fase são Jorge Luz, Roberto Gonçalves, Márcio de Almeida Ferreira e Maurício Guedes de Oliveira. Contudo, nesta subseção, analisamos apenas cinco nomes das oito operações que essa fase compreende, pois, como afirmamos na seção 1, na constituição do *corpus*, verificamos que algumas operações não tinham material suficiente para uma análise, já que não apresentavam justificativas para as nomeações nem disponibilizavam, para acesso público, inquéritos ou mandatos. Ressaltamos, como dito na

seção 3, que alguns processos da Operação Lava Jato foram anulados por erros jurídicos, dessa maneira, os materiais foram descartados. Assim, mantivemos apenas aquelas que tinham material suficiente para realizarmos uma análise nos moldes que nos propusemos.

4.2.1 Operação Blackout

A Polícia Federal deflagrou, no dia 23 de fevereiro de 2017, a 38ª fase da Operação Lava Jato, com o objetivo de combater a atuação de operadores financeiros que movimentavam recursos indevidos pagos a integrantes da diretoria da Petrobras. Ao todo, a operação cumpriu 5 mandados de busca e apreensão e 2 de prisão preventiva no Rio de Janeiro.

Essa fase recebeu o nome de *Operação Blackout*, fazendo referência ao sobrenome de dois dos operadores financeiros do esquema criminoso, sendo eles: Jorge e Bruno Luz, pai e filho respectivamente. Em resposta aos atos criminosos, a nomeação da operação pela Polícia Federal demonstra a interrupção definitiva da atuação desses investigados, assim como um blecaute impede a luz (MPF, 2017).

A palavra *blackout* é um empréstimo linguístico derivada da língua inglesa e significa “apagão”. Na língua portuguesa, houve um processo de empréstimo e aportuguesamento dela, tornando-se *blecaute* (CARVALHO; SANTOS, s/d). Essa palavra perpassa vários campos de atividade humana, sendo que ela é mais conhecida por se referir ao corte ou falha do sistema de abastecimento de energia elétrica em toda uma área. Portanto, em sua pureza semiótica, essa é a principal significação que a consciência do sujeito carrega (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014).

Por outro lado, entre os campos de atividade humana que usam essa palavra, temos o militar – inclusive foi o lugar da criação do termo – no qual a palavra remete ao apagamento propositado da iluminação para impedir ou dificultar o ataque aéreo inimigo. Assim, diferentemente do abastecimento de energia, o blecaute no campo militar atinge apenas a iluminação, além de ser uma ação propositada e não um acidente ou falha (MAKAROV; RESHETOV; STROEV; VOROPAI, 2005).

No campo da medicina, retoma-se a ideia de apagamento, porém referindo-se à memória ou à consciência, ou seja, quando um paciente sofre um lapso tanto de memória quanto de consciência, utiliza-se o signo *blecaute* para designar essa interrupção cognitiva. Relacionado às condições psicomotoras, no campo da aeronáutica, blecaute significa a cegueira temporária que um piloto pode sofrer devido à força centrífuga, em determina manobra brusca.

No campo jornalístico, o termo blecaute informativo remete a uma situação em que repórteres ficam oficialmente proibidos de divulgar informações sobre algum fato ou evento,

logo, blecaute, nesse momento, tem o seu funcionamento como uma forma de censura. Desse modo, percebemos que a palavra blecaute surge no campo militar, porém não se limita a ele, ela adentra outros campos de atividade humana e entra, ao nomear a operação da Lava Jato, no campo jurídico.

Essa operação se atentou na investigação da compra de navios-sonda pela Petrobras nos anos de 2006 e 2007, conforme explicitado nos Autos 5046222-16.2015.404.7000; 5072825-63.2014.404.7000; 5004568-78.2017.404.7000; 5083838-59.2014.404.7000; 5061578-51.2015.404.7000, que relatam:

Como salientado, parte da vantagem indevida aceita visava beneficiar os parlamentares do PMDB que eram representados por **JORGE ANTONIO DA SILVA LUZ** e **BRUNO GONÇALVES LUZ**, os quais, segundo depoimento de NESTOR CERVERÓ, dolosamente, receberam o montante de USD 6.000.000,00 em favor do referido grupo político, sendo que a investigação conseguiu materializar parte desses pagamentos como a seguir será melhor explicado. [...] Os políticos do PMDB recebiam parte dos valores desviados da PETROBRAS para dar sustentação política para manutenção no cargo do então diretor internacional da PETROBRAS NESTOR CERVERÓ. [...] Para o recebimento dos valores, os réus utilizaram de operações de lavagem de capitais por intermédio da utilização de contas ocultas no exterior que serão imputadas na sequência. (BRASIL, 2017, p. 7)

Vemos que, nessa negociação, a Polícia Federal descobriu um esquema de pagamentos de propinas que movimentaram cerca de 40 milhões de reais⁶⁶, beneficiando agentes políticos do PMDB no Senado. Logo, a escolha do nome da operação localiza-se no embate entre investigados e investigadores, visto que é um trocadilho com o sobrenome dos principais autuados: Luz.

Para entender melhor, precisamos retomar a valoração popular que a palavra energia elétrica tem – luz, remetendo também à lâmpada. Assim, blecaute, para a maioria da população brasileira, é valorado como *queda da luz* ou, ainda, *caiu a luz*, como falado coloquialmente.

A partir disso, compreendemos que a ação de prender os operadores comerciais é uma responsividade dos fatos investigados e a Polícia Federal retoma o sobrenome e o aplica como um trocadilho: já que o *Luz* foi preso/interditado, os investigadores são o *blackout* (blecaute). O signo blecaute remete a muitas ideias que, no cronotopo da Lava Jato, liga-se aos investigados. Dessa forma, podemos sintetizar nossa discussão no quadro a seguir:

Quadro 6. Relações entre o signo *blecaute* e o nome da operação.

⁶⁶ Conforme a cotação do dólar no dia 23 de fevereiro de 2017, que estava em R\$ 3, 06. Disponível em: <<https://br.advfn.com/moeda/dolar/2017/02>>. Acesso em: 07 out. 2020.

Relações dialógicas entre o signo blecaute e o nome da operação	
Elementos da constituição do signo <i>blecaute</i>	Cronotopo da Lava Jato
O signo remete à “queda da luz”.	Trocadilho com o sobrenome “Luz” dos investigados.
Tentativa de impedir um ataque em uma Guerra.	Tentativa de manter o esquema ilícito escondido, “no escuro”.
Expressão usada por repórteres quando ficam oficialmente proibidos de divulgar informações sobre algo.	Os investigados mantinham as informações sigilosas na compra dos navios.
Interrupção no funcionamento elétrico	Interrupção no funcionamento do esquema ilícito.

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, a oposição valorativa dos sujeitos dessa operação faz com que o signo blackout (no caso da operação, escrita na sua forma inglesa), perpassado por vários campos de atividade humana, sempre indicando algum tipo de cessação, assuma a ideologia dos agentes federais, consistindo em uma interrupção da atuação criminosa e na detenção dos investigados Luz. Assim como na tática militar, os investigadores “atacam a corrupção”, impedindo que ela continuasse, valoração estabelecida pela Força-tarefa de Curitiba. Como mostramos na seção 2, além de se referir a algo ou alguém, o nome próprio pode ser compreendido pela sua construção histórica e, assim, os valores que a ele são submetidos são retomados, revisados e ressignificados por uma nova enunciação, como se deu com blackout no cronotopo da Lava Jato.

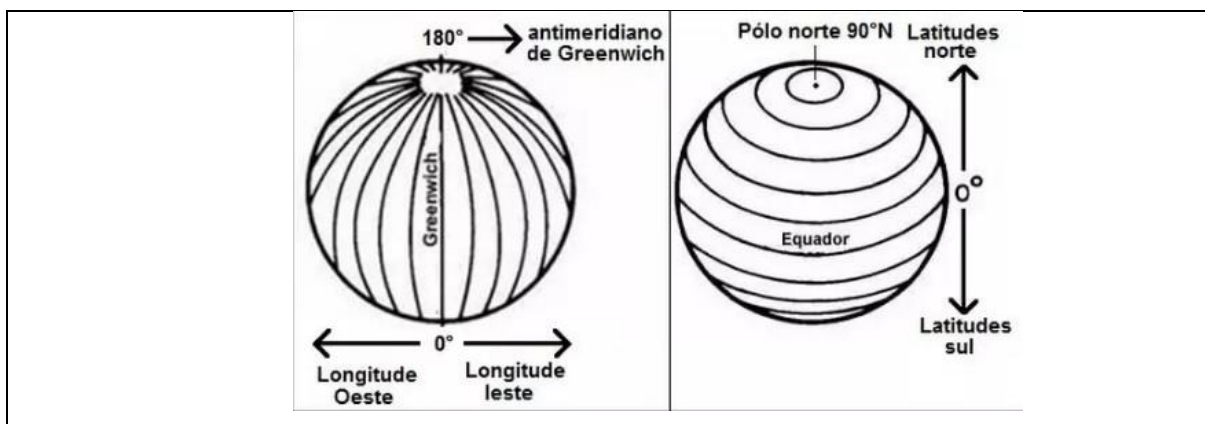
4.2.2 Operação Paralelo

Segundo a Procuradoria da Polícia Federal, o nome dessa operação se deve à alusão da atuação clandestina à margem dos órgãos de controle oficiais do mercado financeiro por parte dos investigados. Ela foi deflagrada pela Polícia Federal, no dia 28 de março de 2017, constituindo a 39ª fase da Operação Lava Jato, que buscava apurar a atuação de operadores no mercado financeiro. A investigação ainda verificou os recursos pagos a executivos da Petrobras em contas secretas mantidas na Suíça em nome de empresas *off-shore*. O principal investigado dessa fase é o ex-gerente da Petrobras Roberto Gonçalves (março de 2011 a maio de 2012), que foi preso em Boa Vista, Roraima.

Paralelo, de acordo com o Dicionário Online de Língua Portuguesa⁶⁷, é um adjetivo que significa “que se mantém na mesma direção” ou, ainda, “que permanece no mesmo caminho”, “o que é parecido ou semelhante”, “que se realiza ao mesmo tempo” e, assim, temos o sinônimo dessa palavra como “simultâneo”. Essa palavra surge da expressão grega *para*, “ao lado”, e *allelois*, “outro”, ou seja, “um ao lado do outro”.

A partir dessa criação, *paralelo* atravessa vários campos de atividade humana, como o da matemática, no qual se refere a duas linhas retas no mesmo plano cartesiano, sendo que elas nunca se cruzam. A partir dessa noção, na geometria, surge a expressão *paralelo geodésico*, a qual remete à curva que intersecciona perpendicularmente as geodésicas perpendiculares de uma superfície. Nesse entendimento, a noção de *paralelo* expressa pela geometria dialoga com o campo da geografia, em que paralelo faz alusão a interseção de um plano em relação a Linha do Equador e/ou a Linha do Meridiano de Greenwich, como podemos observar na imagem a seguir:

Figura 16. Paralelos Geográficos.



Fonte: Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/latitude-e-longitude>>. Publicado em 09 maio 2019. Acesso em: 20 out. 2020.

Como podemos observar na Figura 16, as linhas que estão alinhadas tanto com a Linha do Equador quanto ao Meridiano de Greenwich são consideradas paralelas, visto que elas estão seguindo a mesma direção, porém nunca se cruzam.

Paralelo ainda atravessa o campo da informática, ao referir-se ao sistema de computadores que utiliza dois ou mais processadores que operam simultaneamente sobre um ou mais itens dados e ao referir-se a dois ou mais *bits* de uma palavra transmitidos em linhas separadas ao mesmo tempo.

⁶⁷ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/paralelo/>>. Acesso em: 07 out. 2020.

Na etnologia, campo de atividade humana que estuda os fatos e documentos levantados pela *etnografia*, no âmbito da *antropologia cultural e social*, buscando uma apreciação analítica e comparativa das culturas e das civilizações, a palavra *paralelo* remete a uma regra de filiação que atribui aos homens relações patrilineares e às mulheres as relações de matrilineares.

Para a Polícia Federal, a palavra *paralelo* é empregada tanto no nome da operação quanto no inquérito de denúncia contra Roberto Gonçalves, onde se lê:

A corrupção no esquema criminoso erigido no seio e em desfavor da PETROBRAS era bilateral e envolvia não só a corrupção ativa, por parte dos executivos das empreiteiras cartelizadas, como também, e de forma concomitante, a corrupção passiva de empregados da PETROBRAS, como RENATO DUQUE, PEDRO BARUSCO e PAULO ROBERTO COSTA, cooptados pelo Cartel composto por diversas das maiores empreiteiras do país, a fim de que zelassem interna e ilegalmente por seus interesses. (BRASIL, 2017, p. 5).

Mesmo não citando a palavra *paralelo* propriamente dita, podemos perceber, nesse recorte de enunciado, que a temática é o paralelismo estabelecido entre a corrupção ativa e passiva, marcado pelo uso no texto de vocábulos e expressões que o demonstram, como “bilateral”, “não só...como também”. “de forma concomitante”. Na continuidade do inquérito, vemos os seguintes crimes descritos:

Segundo o *modus operandi* da organização criminosa, as empresas integrantes do Cartel se reuniam e, de acordo com os seus exclusivos interesses, definiam qual(is) delas iria(m) vencer determinado certame para, em seguida, contatar, diretamente ou por intermédio de operadores como ALBERTO YOUSSEF e MÁRIO GOES, os funcionários RENATO DUQUE, PEDRO BARUSCO, ROBERTO GONÇALVES e PAULO ROBERTO COSTA, no intuito de a eles fazer (concretizar) promessas de vantagens indevidas que lhes seriam repassadas caso a(s) empresa(s) efetivamente se sagra(m) vencedora(s). (BRASIL, 2017, 6-7).

Como podemos ver a partir do exposto, o esquema ilícito mobilizou uma organização criminosa que agia para favorecer empresas por meio de pagamentos de propinas, ou seja, havia duas equipes paralelas de pessoas que trabalhavam e recebiam para facilitar que empresas ganhassem contratos em obras da Petrobras e tais ações aconteciam simultaneamente.

Ainda é preciso considerar que paralelamente às ações lícitas da Petrobras, que aconteciam normalmente, a organização criminosa agia para fraudar contratos da empresa, havendo pagamentos indevidos para tais atos, ou seja, como duas linhas no plano cartesiano, a Petrobras e o crime organizado trabalhavam no mesmo sentido, porém este estava à margem da lei.

Vimos na seção 2 que, para o Círculo de Bakhtin, a ideologia é uma elaboração social exercida pelos campos de atividade humana, sendo constituição plural dos seres humanos que representa a multiplicidade de setores de produção imaterial (VOLÓCHINOV, 2018). Assim, as relações ideológicas das ações indevidas e a legalidade fazem com que o nome dessa operação se torne signo ideológico ao apresentar a arena de conflitos ideológicos. Então, o poder exercido pela Petrobras era lícito, fazendo a economia girar, porém, a atuação de Roberto Gonçalves era à margem da lei, em paralelo/paralelamente à lei, enriquecendo alguns sujeitos ilicitamente. Portanto, *paralelo* é também uma maneira de significar essa atuação, valorada pelo coral de apoio como “totalmente ilegal”.

4.2.3 Operação Asfixia

A 40ª Fase da Operação Lava Jato é deflagrada no dia 04 de maio de 2017, com o objetivo de prender 4 ex-dirigentes da Petrobras e direcionar a operação para os recursos legalizados pelo programa de repatriação de recursos no exterior.

O Ministério Público Federal afirmou que esses ex-dirigentes faziam parte da subdivisão da diretoria de Serviços e Engenharia (responsável por gás e energia) e que eles receberam algo em torno de 100 milhões de reais em esquemas ilícitos, como propina vinda das empreiteiras. Desse montante, cerca de 48 milhões foram depositados em contas nas Bahamas e, por meio da Lei de Repatriação, conforme explicita Carlos Fernando dos Santos Lima (Procurador da Lava Jato), fizeram com que o dinheiro se tornasse lícito.

A operação foi batizada de *Operação Asfixia* e, segundo a Procuradoria da Polícia Federal (2017), o nome remete “a tentativa de cessar as fraudes e o desvio de recursos públicos em áreas da Petrobras destinadas à produção, distribuição e comercialização de gás combustível”. A partir dessa explicação, podemos demonstrar as relações dialógicas presentes nessa nomeação.

Considerando que o diálogo, para o Círculo de Bakhtin, não envolve apenas o locutor ou o interlocutor da mensagem, mas os aspectos básicos e constantes da recepção ativa do discurso do *outro*, levantamos as relações dialógicas do nome da operação. Segundo Ferreira (1986), *asfixia* é uma palavra de origem grega, proveniente de *asphyksia* que significa “falta de pulso”. Ela denota a dificuldade respiratória que leva à falta de oxigênio no organismo, o que acarreta a morte. Dessa forma, relacionando-se à morte, a asfixia já foi/é usada como pena de morte, por meio da forca, garrote vil e da câmara de gás.

Em sentido conotativo, *asfixia*⁶⁸ significa a falta do necessário para a realização de uma atividade e, também, a subordinação ao que anula a liberdade de algo ou de alguém, por exemplo: “a censura asfixia a criatividade”.

A partir dessa noção, as significações possíveis para essa palavra fazem com que ela circule em diferentes campos de atividade humana. Assim, pela visão dos Procuradores da Lava Jato, o ato de investigar ocorrências nos setores de distribuição da Petrobras é uma tentativa de asfixiar a corrupção, ou seja, acabar com ela. Dessa forma, relaciona-se à ideia do gás usado nas câmaras de asfixia como pena de morte com a ação da Polícia Federal. Nessa perspectiva, a Força-tarefa de Curitiba assume a posição axiológica de “carrasco”, “verdugo” ou até mesmo o “algoz” em que executaria a sentença de morte da corrupção brasileira.

Por outro lado, o setor de distribuição é uma área estratégica, visto que um dos primeiros presos da Lava Jato é Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento. Nesse momento, a ação da Lava Jato, que já atingira o abastecimento, agora, atinge a área de serviços e engenharia (responsável também pelo gás, que se liga, como dissemos, à asfixia), sufocando as atividades da estatal petrolífera. Assim como um “algoz”, a Lava Jato asfixiou serviços e empregos de muitos trabalhadores.

Ao posicionarmos os sujeitos axiologicamente, temos para os Procuradores a palavra *asfixia* no sentido de tentar sufocar a corrupção e exterminá-la, mas para a Petrobras, asfixia é mais uma tentativa de cessar suas atividades em setores estratégicos, o que impacta diretamente na economia brasileira, já que o setor de engenharia e da construção civil rendem muito dinheiro, além de muitos empregos. Vimos que os enunciados demonstram pontos de vistas sobre um mesmo objeto e são carregados de valores socioideológicos, refletindo ideias e posicionamentos; são avaliados e refratados por seus interlocutores como bons ou ruins, positivos ou negativos, coincidindo assim com o domínio ideológico (VOLOSHINOV, 1976). O embate entre os posicionamentos dos Procuradores e da Petrobras transforma o nome da operação em uma arena de luta de axiologias distintas.

4.2.4 Operação Poço Seco

Segundo a Procuradoria do Ministério Público, o objetivo da operação, deflagrada no dia 26 de maio de 2017, com 13 mandados judiciais, era investigar as movimentações financeiras realizadas a partir da aquisição dos direitos de exploração de petróleo em Benin⁶⁹.

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/asfixia/>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

⁶⁹ Benin é um pequeno país localizado no oeste da África, seu território é banhado pelo golfo da Guiné e faz limites com Burkina Faso, Níger, Nigéria e Togo. Benin foi um dos maiores entrepostos de escravos entre os séculos XVII

Essa fase aconteceu no Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo. Para a Polícia Federal, essas movimentações financeiras eram utilizadas para o pagamento de vantagens indevidas a um ex-gerente da Petrobras.

De acordo com a Procuradoria da Polícia Federal (2017), essa operação foi denominada *Poço Seco*, referindo-se aos resultados negativos do investimento realizado pela Petrobras na aquisição de direitos de exploração de poços de petróleo no país africano. À primeira vista, sabemos que *poço seco* é uma metáfora para resultados ruins e o déficit gerado por essa compra.

Na perspectiva dialógica que vimos traçando para os nomes das operações, a palavra *poço*, além de significar uma abertura cavada no chão para exploração de água ou uma perfuração no solo para extração de minérios, também remete à ideia de poço de petróleo, ou seja, a perfuração que é feita no subsolo para exploração do hidrocarboneto. Poço, metaforicamente, também faz alusão à ideia de investimento em que se explorará uma riqueza natural e se terá resultados.

Por outro lado, a palavra *seco* é algo privado ou desprovido de umidade, ou seja, que não tem nenhum líquido. Metaforicamente, essa palavra também se refere à vazio e, como no caso dessa fase, a resultados negativos, pois além de não haver petróleo nas perfurações feitas, a Petrobras arcou com prejuízos.

Por não encontrar petróleo no campo, a Petrobras decidiu deixar o negócio em Benin. Assim, as operações financeiras feitas por agentes da empresa brasileira se tornaram alvo dessa fase da Operação Lava Jato (BRASIL, 2017).

Dessa forma, o nome da operação traz a ideia de “poço que não se encontra mais petróleo”, uma perfuração inútil, já que não há lucro ao não se encontrar nada. Esse signo utilizado para nomear a operação de tal forma, posiciona axiologicamente a Petrobras enquanto um lugar com resultados negativos. Ainda, a valoração de negativo se reflete e refrata a ideia de uma má gestão impulsionada pela corrupção e lucro destinado ao pagamento de propina, como é enunciado pela Polícia Federal.

Assim, na percepção dos interlocutores, a Petrobras é uma empresa de fachada para corrupção de agentes públicos do setor. Essas valorações levam a população brasileira a vê-la como uma empresa sem solução, com resultados negativos e que não apresenta mais vantagem para a economia brasileira. Ao situarmos o diálogo entre os discursos presentes na sociedade brasileira desse momento, a solução para a estatal brasileira é apenas a privatização, como

e XIX. Muitos deles foram trazidos para o Brasil, introduzindo elementos na cultura brasileira. A feijoada e o acarajé fazem parte da culinária beninense, e o vodu, prática religiosa da maioria da população, é semelhante ao candomblé. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/benin.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

podemos observar no breve histórico do petróleo no Brasil e da Lava Jato que estabelecemos na seção 3 deste trabalho.

4.2.5 Operação Sothis

Ao estabelecermos as relações dialógicas do nome desta operação, notamos que sua nomeação responde às investigações realizadas pela Força-tarefa de Curitiba. Para iniciarmos nossa reflexão sobre o nome dessa operação, ressaltamos que a estrela Sirius é uma das estrelas (sistema solar) mais próxima da Terra e ela faz parte da Constelação de Cão Maior. Essa estrela foi estudada por Friedrich Wilhelm Bessel (1784-1846), que descobriu o seu movimento orbital e supôs que, em vez do que se pensava, a estrela Sirius tratava-se de um sistema solar binário, ou seja, um sistema de dois corpos celestes (sóis) orbitando um mesmo centro de massa, conectados gravitacionalmente entre si e que, sem ajuda de um telescópio, aparenta ser apenas um.

A palavra “sirius” vem do latim, que significa “brilhante”, o que se relaciona com o fato dessa estrela ser a mais próxima da Terra, logo é a mais brilhante no céu noturno. Os egípcios a conheciam por *sopdet*, que também significa “brilhante”. Com a invasão grega no Egito comandada por Alexandre, o Grande, em 332 a.C., os gregos tomaram o nome *sopdet* e traduziram para *sothis*.

Além de ser a estrela mais brilhante, ela aparecia no céu no início do ano no calendário egípcio e, dessa forma, estava ligada às cheias do Rio Nilo⁷⁰. Quando ela aparecia no primeiro dia do Ano Novo, o ano era chamado de “Ano Sotíaco”.

Devido ao fenômeno, o seu brilho celeste foi aliado às antigas crenças egípcias, e a estrela foi considerada uma divindade, a Deusa Sopdet, como podemos ver na Figura a seguir:

Figura 17. Representação da Deusa Sopdet.



⁷⁰ O rio Nilo é um dos mais extensos do mundo, atravessa o norte da África e é famoso por sua história antiga e pelos sítios arqueológicos que existem nas suas margens. O fértil Baixo Nilo deu origem às primeiras civilizações egípcias e ainda abriga as Grandes Pirâmides e a Esfinge de Gizé, perto do Cairo. MATIAS, A. **Rio Nilo**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/rio-nilo.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Fonte: Disponível em: <<http://arqueologiaegipcia.com.br/tag/deusa-sopdet/>>. Publicado em 12 ago. 2017. Acesso em: 10 mar. 2021.

A Deusa Sopdet ou Deusa Sótis (em português) era representada por uma mulher de longos cabelos segurados por uma tiara vermelha e sobre sua cabeça havia uma estrela de cinco pontas. Ela era deusa da fertilidade do solo, protetora da agricultura e do tempo, além de ser a mãe que alimentava o defunto para que ele não perecesse e guiava o faraó morto ao paraíso egípcio. Pela constelação de Cão Maior estar próxima da constelação de Órion, a deusa Sótis foi considerada a esposa de Hórus.

Dessa forma, notamos a importância da estrela Sirius para os egípcios antigos. Por outro lado, dado o fato desse nome significar “brilhante”, ele é retomado inúmeras vezes para nomear outras coisas, perpassando vários campos de atividade humana.

Segundo a Procuradoria da Polícia Federal, a operação foi nomeada de *Operação Sothis*, devido à uma empresa investigada nessa fase: a empresa Sirius, já que *sothis* era o nome dado à estrela Sirius pelos egípcios antigos. Essa operação foi deflagrada no dia 21 de novembro de 2017, com o objetivo de investigar empresas e seus respectivos sócios na atuação de um suposto esquema criminoso de repasses de propinas de empreiteira para um funcionário da Transpetro, uma subsidiária da Petrobras. Nessa operação, foram cumpridos 8 mandados de busca e apreensão, 1 de prisão temporária e 5 de condução coercitiva em 4 estados brasileiros (Bahia, Sergipe, Santa Catarina e São Paulo).

Ao nomear a operação de tal forma, além da indicação de equivalência entre o nome da empresa Sirius e Sothis, parece-nos que a Força-tarefa de Curitiba usa da retomada da enunciação para valorar essa fase. Sobre a dimensão avaliativa, afirmamos o entendimento de que a valoração é um ato regular e essencial socialmente estabelecido e que se apoia no cronotopo. Este, por sua vez, é o elemento constitutivo da comprovação da valoração e se manifesta na língua, possibilitando-nos perceber quais valores são resgatados por meio da enunciação. O contexto extraverbal estabelecido e o cronotopo da Lava Jato permitem-nos afirmar que há, na relação dialógica com a estrela *sothis*, a tentativa de se valorar essa operação como sendo muito importante para o povo brasileiro, visto que a estrela era muito importante para os egípcios.

Então, retoma-se a maneira de representar a esperança de um povo, aliadas às suas crenças, fazendo com que a operação signifique, pois cria-se o discurso de que apenas por meio dela que a corrupção irá acabar.

4.3. OS NOMES DAS OPERAÇÕES ENQUANTO ATOS RESPONSIVOS E SUA INTERLOCUÇÃO

As relações dialógicas que apresentamos para as nomeações das operações nas duas fases da Lava Jato, nos mostram que os nomes próprios das operações são signos ideológicos, ou seja, a ideologia, formada por uma amálgama de vários campos (a moral, a ciência, a religião, a filosofia, o cinematográfico etc.), assumida pelos Procuradores da Polícia Federal, materializa-se na realidade objetiva dos signos.

Cada campo de criação ideológica, retomado nos nomes das operações, possui sua própria forma de orientação para a realidade, refletindo e refratando a existência social material de um modo específico, no nosso caso, na criação dos nomes para essas operações. Tais nomes são produzidos em conformidade com as condições específicas de cada um dos campos ideológicos. Portanto, os nomes próprios enquanto signos ideológicos são o ponto de encontro entre a realidade social material, a ideologia e a consciência individual e social.

Vemos, então, que o signo ideológico participa ativamente da comunicação semiótica tanto nos campos instituídos da ciência, moral, religião etc., quanto na ideologia da vida cotidiana. Assim, os nomes das operações estão nos campos da moral, do jurídico e do jornalístico, como também estão no dia a dia dos cidadãos brasileiros que vivenciaram a Operação Lava Jato, pois o nome tornou-se um processo de interação verbal entre os Procuradores e o restante dos brasileiros, como centro da comunicação ideológica da sociedade.

Então, os nomes são esse ponto de encontro, mas também de confronto, de reflexo e refração dos antagonismos, contradições e lutas sociais. Nesse processo, esses signos ideológicos carregam caráter dialógico e responsivo entre seus interlocutores, o que passamos a explorar nesse momento.

Bakhtin e Volochínov (2014) pontuam que, para cada enunciado que estamos em processo de compreensão, fazemos uma sequência de enunciados nossos, formando uma réplica. Nesse pensamento, a compreensão não é apenas posicionar-se discursivamente, mas também apropriar-se de enunciados do outro para que se constitua a própria enunciação e “opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 137, *grifos do autor*). Usa-se o enunciado anteriormente dito para formar um enunciado-resposta.

Para Bakhtin e Volochínov (2014), cada enunciado é uma cadeia muito complexa de/para outros enunciados, sendo assim, um discurso é adesão do outro, concordando ou contrapondo e, sobre ele, exerce uma responsividade, é quem sustem a ponte lançada entre mim e os outros, onde manifestam-se as ideologias. Lins e Santos (2010) compreendem que:

A responsividade não pode ser vista apenas como prática de linguagem, mas é exatamente a responsividade que traz a existência da linguagem, tendo em vista que a resposta ativa não existe apenas no responder a um determinado discurso, mas pelo contrário responde a outros enunciados já postos socialmente em outro contexto histórico-social. (LINS; SANTOS, 2010, p. 06).

Bakhtin (2016) ressalta que a posição responsiva do ouvinte se modela ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, sendo às vezes, como pontua Bakhtin (2016, p. 25), “literalmente a partir da primeira palavra do falante”. O autor também afirma que “toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (BAKHTIN, 2016, p. 25). Dessa forma, o papel do interlocutor (o *outro*) é fundamental para a concretização do diálogo, da enunciação.

Isso posto, vemos que o contexto socio-histórico estabelecido pela Operação Lava Jato faz com que a criação desses nomes/signos seja orientada por um viés ideológico assumido pelos Procuradores da Polícia Federal. Com o andar das investigações e do rumo seguido por esses agentes, o ato de se colocar determinado nome em determinada fase ou desdobramento evidencia uma posição responsiva tomada por eles em relação aos fatos apurados.

Os Procuradores assumem uma compreensão ativamente responsiva aos crimes investigados e na decisão de caminho a se tomar para apurar outros possíveis delitos. Ao se posicionarem responsivamente perante a um ato, criam um enunciado como resposta, que nesse caso trata-se do nome usado para denominar o grupo de investigações e mandados (operação policial), retomando outros enunciados ditos anteriormente. Desta forma, estabelecem relações dialógicas. Portanto, os nomes dessas operações são respostas, refratando e refletindo condições específicas do contexto da Operação Lava Jato.

Nessa seara, os nomes também refletem e refratam os sujeitos envolvidos, posicionando-os axiologicamente. A análise dos dados da mídia demonstra que os sujeitos são distribuídos ideologicamente em: *sujeito-investigador*, valorado como aquele que luta contra o crime, para acabar com a corrupção do país; *sujeito-investigado*, valorado como alguém que deve ser punido por seus delitos hediondos, um mal a ser combatido.

Além disso, com o uso dos nomes enquanto signos, há a compreensão ativamente responsiva por parte da mídia que repete esses nomes em novas enunciações, como podemos observar em alguns exemplos, listados a seguir:

Figura 18. Manchete da *Operação Triplo X* (jan. 2016).

Quarta-feira, 27/01/2016, às 16:05, por Gerson Camarotti

Operação Triplo X assusta grupo mais próximo de Lula

Fonte: PORTAL G1. **Operação Triplo X assusta grupo mais próximo de Lula**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/operacao-triplo-x-assusta-grupo-mais-proximo-de-lula.html>>. Publicado em 27 jan. 2016. Acesso em: 05 fev. 2019.

Figura 19. Manchete da *Operação Aletheia* (mar. 2016).

AÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Aletheia: entenda o nome da 24ª fase da Operação Lava-Jato

Das 24 fases deflagradas na ação contra a corrupção até agora, 15 foram batizadas

🕒 04/03/2016 - 07h55min Atualizada em 04/03/2016 - 09h42min

Fonte: GHZ Geral. **Aletheia: entenda o nome da 24ª fase da Operação Lava-Jato**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/aletheia-entenda-o-nome-da-24-fase-da-operacao-lava-jato-4989955.html>>. Publicado em 04 mar. 2016. Acesso em: 06 fev. 2019.

Figura 20. Manchete da *Operação Vitória de Pirro* (abr. 2016).

Vitória de Pirro descobre ‘corrupção ao quadrado’

Fonte: ESTADÃO. **Vitória de Pirro descobre “corrupção ao quadrado”**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/vitoria-de-pirro-descobre-corrupcao-ao-quadrado/>>. Publicado em 12 abr. 2016. Acesso em: 11 fev. 2019.

Figura 21. Manchete da *Operação Omertà* (set. 2016).

Nome da nova operação da Lava-Jato, Omertà faz referência à máfia italiana

Palavra se refere ao código de silêncio empregado por organizações criminosas

O Globo
26/09/2016 - 10:52 / Atualizado em 26/09/2016 - 11:00

Fonte: O GLOBO. **Nome da nova operação da Lava-Jato, Omertà faz referência à máfia italiana**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/nome-da-nova-operacao-da-lava-jato-omerta-faz-referencia-mafia-italiana-20179132>>. Publicado em 26 set. 2016. Acesso em: 19 jul. 2019.

Figura 22. Manchete da *Operação Sothis* (nov. 2017).

Curitiba

Polícia Federal cumpre oito mandados de prisão na Operação Sothis

Esta etapa da operação, investiga desvios, que chegam a 7 milhões de reais

📅 21/11/2017 14h57 | Atualizado em 21/11/2017 14h57

Fonte: CATVE. **Polícia Federal cumpre oito mandados de prisão na Operação Sothis**. Disponível em: <<https://catve.com/noticia/6/200252/policia-federal-cumpre-oito-mandados-de-prisao-na-operacao-sothis>>. Publicado em 21 nov. 2017. Acesso em: 19 fev. 2019.

A partir das imagens expostas, percebe-se que há um destaque na maneira como os nomes são empregados no gênero notícia, no recorte das manchetes. Algumas notícias centravam-se em explicar o porquê do nome de uma operação, com base nas justificativas da Polícia Federal; outras já ligavam os nomes aos esquemas de corrupção, influenciando a opinião pública em relação às ações da Força-Tarefa de Curitiba, uma vez que mostrava a luta contra a corrupção, com a prisão dos culpados. Os nomes das operações estavam presentes na mídia e eram usados com o objetivo de posicionar os sujeitos investigadores e investigados, como dissemos anteriormente.

Com a retomada desses nomes criando novas enunciações, percebemos também que se refletem e refratam outros sujeitos, que organizamos em mais dois grupos: os *sujeitos-jornalistas*, responsáveis por compartilhar as informações dadas pela Polícia Federal; e os *sujeitos-espectadores*, aqueles que recebiam essas notícias pelas mídias e se posicionavam axiologicamente, avaliando os nomes, refratando-os como bons ou ruins, corretos ou incorretos, justos ou injustos etc. Dessa forma, observamos que esses nomes são constituídos por ideologias desde sua criação até quando eles são recepcionados por seus interlocutores, refratando as posições axiológicas de cada grupo.

Como vimos na seção 2, o enunciado é fruto da interação de dois sujeitos socialmente organizados e, como já mostramos anteriormente, os nomes os posicionam axiologicamente. Contudo, os nomes dessas operações também são frutos da interação entre sujeitos: locutor e interlocutor, já que, no momento de sua criação, a Polícia Federal supôs “[...] um certo *horizonte social* definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito.” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014, p. 116). O “horizonte social” leva-nos a traçar considerações sobre os interlocutores presentes na criação desses nomes.

Bakhtin e Volochínov (2014) evidenciam a importância do *outro* em um enunciado, visto que o discurso (palavra) se constitui com o propósito da reação-resposta, dessa forma, é fundamental saber quem é o seu interlocutor: “O papel dos *outros*, para os quais o enunciado se elabora.” (BAKHTIN, 2016, p. 62). Isto é, o locutor espera uma compreensão ativamente responsiva ativa dos outros, “[...] para os quais o meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real” (BAKHTIN, 2016, p. 62), sendo necessário, para isto, a determinação do interlocutor. Além do mais, Bakhtin (2016) declara que o fator constitutivo de um enunciado é encaminhar-se a alguém.

É necessário, portanto, que um enunciado tenha um autor e um destinatário, ou seja, um interlocutor. Este, porém, não precisa ser um interlocutor direto ou real, podendo constituir-se indiretamente, ou seja, um *interlocutor virtual*. Nessa perspectiva, podemos afirmar que, a partir da imagem do interlocutor, determinam-se os demais elementos fundamentais para a produção dos nomes das operações.

Procuramos inicialmente, em nossa análise, identificar o *interlocutor real*, aquele que é integrante ou não do mesmo grupo social, sendo o interlocutor concreto, a quem o nome é direcionado. A análise mostrou que os nomes são criados visando ao entendimento da própria Polícia Federal, assim, ela é integrante do mesmo grupo social e é quem nomeia, sendo o interlocutor concreto (DIAS, 2020), ou seja, os nomes são usados entre os policiais federais para se referirem e significarem suas ações.

Posto o interlocutor real, buscamos, depois, identificar o *interlocutor virtual*, aquele que tem sua imagem construída pela Polícia Federal, isto é, pelo interlocutor real. Vimos que, quando a Polícia Federal cria esses nomes, ela os enuncia para alguém virtual, não definido, mas tem total conhecimento de que esse alguém já traçou regras de produção que devem ser seguidas para que a operação estabeleça uma continuidade.

Esse alguém se configura por constituir-se indiretamente, aquilo que Bakhtin (2016) chama de o “*outro* totalmente indefinido” (BAKHTIN, 2016, p. 63, *grifos do autor*), a quem indiretamente a operação se endereça, que no caso é o Judiciário, pois é o órgão responsável por estabelecer as regras de investigação e de julgamento. Em outras palavras, quando a Polícia Federal nomeia uma operação de tal forma, ela é influenciada indiretamente pelo Judiciário, já que se presume que os processos investigativos e apurados terão continuidade em ações judiciais e julgamentos dos crimes. Dessa forma, os nomes não são enunciados dirigidos diretamente ao Judiciário, mas ele influencia na criação deles.

Estabelecidos os interlocutores real e virtual, direcionamos o nosso olhar para um representante oficial e responsável por constituir padrões e regras que são respeitadas no meio

social em que a Polícia Federal convive. A esse representante, nomeamos de *interlocutor superior*, visto que ele é entendido como aquele responsável por nortear a criação ideológica do grupo social e da época na qual o enunciado pertence, em outros termos, para quem os nomes são orientados (DIAS, 2020, p. 133).

Conforme afirma Bakhtin e Volochínov (2014, p. 117), o sujeito possui dentro de si um “auditório social” definido que rege todo o momento da criação do nome, fazendo com que a Polícia Federal, pensando-se no contexto socio-histórico da Operação Lava Jato, enuncie seguindo os parâmetros sociais. Isto é, esse auditório social é aquele que organiza o mundo interior ideológico do locutor, orienta os pensamentos, argumentos, posições etc.

Portanto, considerando o contexto socio-histórico, observamos que o interlocutor superior é a sociedade brasileira, onde o campo jornalístico está, pois é ela que é responsável por orientar a criação ideológica e, dessa forma, também influencia na criação dos nomes. Em outros termos, esses nomes escolhidos pela Polícia Federal servem para a sociedade, já que ela é o coral de apoio da Operação Lava Jato, assumindo responsivamente a posição axiológica de interlocutor, determinando a escolha e a formação histórica dos elementos significantes do discurso.

Assim, confirma-se o pensamento bakhtiniano de que o diálogo resulta em um *ato bilateral*, de quem enuncia (locutor) e para quem é dirigido (interlocutores), remetendo a ideia de dialogismo, de interação. Dessa maneira, os nomes são enunciados que estabelecem pontes discursivas entre a Polícia Federal e *outros*: a própria Polícia Federal, o Judiciário e a sociedade brasileira. Logo, reforça-se o que foi dito anteriormente, os nomes são frutos da criação ideológica, sendo um ato responsivo aos delitos investigados e apurados, refletindo e refratando posicionamentos discursivos, avaliados por seus interlocutores que, a partir da responsividade, criam novas enunciações com esses nomes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas no nosso trabalho reforçam a afirmação de Bakhtin (2016) de que dois enunciados distantes um do outro, no tempo e no espaço, projetam sentidos por meio de relações dialógicas. Pudemos verificar que a nomeação das operações da Lava Jato não se dá de maneira despropositada, pois os nomes advêm de relações de sentidos dentro da atualidade apresentada e recuperam as atitudes deslocadas por outros sentidos construídos em dado momento.

Portanto, além de se referir a algo ou alguém, os nomes próprios podem ser compreendidos pela sua construção histórica e, dessa forma, os valores a eles submetidos são retomados, revisados e ressignificados por uma nova enunciação, em um amálgama de valores. Verificamos em nossa pesquisa que a nomeação é ato inerente à linguagem humana, que faz o significado ser constituído no momento em que é enunciado, mas baseado em uma construção socio-histórica de sentidos. Sua retomada evidencia uma posição axiológica conforme a enunciação, dessa forma, o valor é dado cada vez que um nome é retomado ou enunciado em outra instância.

Os nomes escolhidos para as operações das duas fases da Lava Jato evidenciam pontos de vista sobre um mesmo objeto investigado e carregam valores socioideológicos, refletindo ideias e posicionamentos e, posteriormente, são avaliados e refratados por seus interlocutores, a depender do domínio ideológico em que se encontram (VOLOSHINOV, 1976). Portanto, como dito anteriormente, um nome próprio se modifica e adquire novas significações conforme o contexto socio-histórico em que se encontra.

Nossas análises mostraram que os nomes das operações se conectam a diferentes gêneros discursivos, pois são selecionados para constituir o projeto discursivo e possuem traços que permitem sua utilização, visto que a motivação para se nomear está em algum aspecto investigado ou em algum objetivo da Força-tarefa de Curitiba. Dessa maneira, a escolha do nome considera o contexto de utilização, o momento de enunciar. Assim, a situação extraverbal, explicitada por Voloshinov (1976), faz com que a Polícia Federal situe o nome com a entonação específica para os interlocutores.

Consequentemente, os nomes próprios dessas operações são signos ideológicos, materializados na função de palavra, que refletem e refratam tais alterações postas, no decorrer do processo interacional verbo-socio-histórico, por meio das entonações, tonalidades ideológicas ou das relações de hierarquia e poder que estão em confronto no contexto discursivo (FREITAS, 1999, p. 14). Além disso, eles trazem marcas de elementos verbais, como também

de extraverbais que os determinam, pois não estão desvinculados das condições socio-históricas, nem da interação e da compreensão responsiva dos interlocutores que os produziram.

Cada campo de criação ideológica, os quais perpassam os nomes dessas operações, possui sua própria forma de orientação para a realidade, refletindo e refratando a existência social material de um modo específico. Portanto, os nomes próprios enquanto signos ideológicos são o ponto de encontro entre a realidade extraverbal, o sujeito e a língua. Sendo os nomes das operações esse ponto de encontro, são também de confronto, de reflexo e refração dos antagonismos, contradições e lutas sociais. Assim, nesse processo, esses signos ideológicos demonstram caráter dialógico e responsivo entre seus interlocutores.

Nessa arena de conflitos, os nomes das operações da Lava Jato posicionam ideologicamente os sujeitos envolvidos no processo comunicativo. De acordo com nossas análises, tais sujeitos são distribuídos ideologicamente em: *sujeito-investigador*, aquele que luta contra o crime, para acabar com a corrupção do país, ou seja, uma valoração que se dá para a Força-tarefa de Curitiba; *sujeito-investigado*, valorado negativamente pela Força-tarefa e pela mídia e entendido pelo coral de apoio como aquele que deve ser punido por seus delitos hediondos, um mal a ser combatido, o responsável pela crise política e financeira em que se encontra o nosso país.

Postas as posições axiológicas dos “protagonistas” e “antagonistas” na luta contra corrupção, mostramos também que se refletem e refratam outros sujeitos coadjuvantes dessa narrativa, que organizamos em mais dois grupos: os *sujeitos-jornalistas*, aqueles que recebem as informações das operações dadas pela própria Polícia Federal e são responsáveis por compartilhar tais acontecimentos; e os *sujeitos-espectadores*, os que recebiam essas notícias pela mídia e avaliavam os nomes, refratando-os como bons ou ruins, corretos ou incorretos, justos ou injustos etc.

Nossa pesquisa também permitiu observarmos que os nomes das operações da Lava Jato são constituídos por ideologias desde sua criação até sua recepção pelos interlocutores e, ainda, refratam as posições axiológicas de cada grupo. Assim, os nomes das operações estão não só nos campos da moral, do jurídico e do jornalístico, como também no dia a dia dos cidadãos brasileiros que vivenciaram a Operação Lava Jato, pois os nomes se tornaram um processo de interação verbal entre os Procuradores e o restante dos brasileiros, funcionando como um dos centros da comunicação ideológica da sociedade.

Quanto ao motivo pelo qual, nos processos, as operações, apesar de terem um código de organização, demandarem um nome, nosso percurso analítico demonstrou que o cronotopo estabelecido pela Operação Lava Jato faz com que a criação desses nomes seja orientada por

um viés ideológico assumido pelos Procuradores da Polícia Federal, pois, com o andar das investigações e do rumo seguido por esses agentes, o ato de se colocar determinado nome em determinada fase ou desdobramento evidencia uma posição responsiva tomada por eles em relação aos fatos apurados.

Nesse movimento, quando nos questionamos qual era a responsividade dos nomes em relação aos fatos investigados, vimos que a Força-tarefa de Curitiba assume uma compreensão ativamente responsiva aos crimes investigados e à decisão do caminho a se tomar para apurar outros possíveis delitos. Assim, ao se posicionarem responsivamente perante a um possível delito, criam um enunciado como resposta, que nesse caso trata-se do uso do nome para denominar o grupo de investigações e mandados (operação policial), retomando outros enunciados ditos anteriormente e, desse jeito, estabelecendo relações dialógicas.

Os nomes dessas operações são, nessa perspectiva, respostas, refratando e refletindo condições específicas do contexto da Operação Lava Jato. Portanto, entendemos que a nomeação é uma responsividade dos atos investigados que gerou uma outra enunciação e a compreensão responsiva desse enunciado se dá pela forma como esse nome foi veiculado pelos campos de atividade humana judiciária e jornalística. Com a compreensão responsiva ativa desses nomes, a mídia entendeu as relações dos nomes das operações e logo os aplicou nas produções de enunciados em seus gêneros jornalísticos – como a notícia, a capa de revista – em suportes físicos e digitais.

Com base em Bakhtin (2011; 2016), Bakhtin e Volochínov (2014) e Volóchinov (2018), identificamos três interlocutores presentes no ato de nomeação: o *interlocutor-real* é a Polícia Federal, já que é integrante do mesmo grupo social e é quem nomeia, ou seja, é o interlocutor concreto, visto que os nomes são usados entre os policiais federais para se referirem e significarem suas ações; o *interlocutor-virtual* é o Judiciário, já que se configura por constituir-se indiretamente: “*outro* totalmente indefinido” (BAKHTIN, 2016, p. 63, *grifos do autor*), pois a Polícia Federal é influenciada indiretamente pelo Judiciário, visto que se tem a ideia de que os processos investigativos e apurados terão continuidade com ações judiciais e julgamentos dos crimes. Assim, os nomes não são enunciados dirigidos diretamente ao Judiciário, mas ele também influencia na criação deles; e, por último, o *interlocutor-superior* é a sociedade brasileira, porque é entendido como aquele responsável por orientar a criação ideológica do grupo social e da época na qual o enunciado pertence, em outros termos, esses nomes escolhidos servem para a sociedade, pois ela é o coral de apoio da Operação Lava Jato, assumindo responsivamente a posição axiológica de interlocutor, determinando a eleição e a formação histórica dos elementos significantes do discurso.

Dessa forma, os nomes são signos que estabelecem pontes discursivas entre a Polícia Federal e os *outros*. Logo, reforçamos o que foi dito anteriormente, afirmando que os nomes são frutos da criação ideológica, sendo um ato responsivo aos delitos investigados e apurados. Eles refletem e refratam posicionamentos discursivos, avaliados por seus interlocutores que, a partir da responsividade, criam novas enunciações com esses nomes.

Por fim, nossas análises corroboram as ideias do Círculo de que o signo não é apenas um fruto da enunciação ou de um processo fisiológico e psíquico de determinado sujeito, antes, para estudá-los é necessário situá-los em processos sociais que lhe dão significação (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014); em outros termos, situando o signos aqui analisados nas relações sociais que caracterizam os indivíduos na atualidade, temos uma relação muito próxima com outros enunciados em outro tempo, que fazem esses nomes significarem, dialogando com um passado.

Dessa forma, não é somente a ocorrência de um discurso que motiva a nomeação dessas operações, mas há todo um aparato socio-histórico de crimes organizados com códigos de conduta, expressões e até mesmo palavras usadas em outros contextos que recuperam a significação de uma circunstância já estabelecida no espaço-tempo (cronotopo). Em um espaço das coisas já-ditas, em um campo de regularidade e de conjuntos de objetos e enunciados, recorta-se esses ditos e os trazem para a atualidade recuperando suas significações e as valorando (BAKHTIN, 2011).

Como salienta Bakhtin (2016) e Bakhtin e Volochínov (2014), as escolhas dos gêneros discursivos e dos enunciados são determinadas pelas condições de produção, do horizonte social e do auditório social estabelecidos. O nome escolhido para uma operação é orientado para essas determinações, por esse motivo foi fundamental tratarmos do contexto socio-histórico da Operação Lava Jato, da luta contra corrupção e de como esse conflito se tornou midiático e parcial. Nossas análises mostraram que os nomes escolhidos respondem a todos esses processos que estão fora do espaço da enunciação.

Considerando os objetivos da Força-tarefa de Curitiba de que os fatos investigados e apurados chegassem à população por intermédio da mídia, mostramos que a criação dos nomes buscou atender a uma demanda social e a uma expectativa culminada na prisão de agentes públicos conhecidos e empresários do alto escalão nacional. Em resumo, os nomes das operações são midiáticos, pois também ganham espaço na mídia, muito mais do que se fossem apenas números dos processos e atendem os anseios estabelecidos pela população brasileira e para ter espaço nas mídias comunicativas.

Mostramos que apesar desses nomes estarem no campo jurídico, eles estabelecem relações dialógicas com outros campos e chegam até ao jornalístico. Isso se deve pela maneira como a Polícia Federal conduzia suas investigações, seus desdobramentos e suas fases, ou seja, ela sempre contava com o apoio da mídia para que a população brasileira compreendesse esses atos responsivos e pudessem favorecer suas ações, mesmo a Força-tarefa de Curitiba sendo acusada, por parte de investigados e da população, de agir acima da lei.

Vimos que Moro (2004; 2015) colocou o apoio popular como essencial para a realização das investigações, pois tudo seria permitido se a sociedade brasileira estivesse consonante ao discurso da Lava Jato. Assim, não bastava prender um político do alto escalão ou um empresário de uma grande empreiteira, os nomes dessas pessoas envolvidas em esquemas de corrupção estavam, agora, associados aos nomes das operações que as investigaram ou até mesmo prenderam.

Desse modo, os nomes próprios escolhidos eram uma maneira de significar a operação na mídia e uma forma de resumir os fatos ocorridos, facilitando sua compreensão responsiva e as relações de sentidos. Nossas análises demonstram que, além de eles serem uma motivação, eram signos ideológicos que valoravam as ações da Polícia Federal, eram um meio de chamar a atenção da sociedade e fazer com que os interlocutores realizassem associações dialógicas entre os fatos investigados e enunciados que estão historicamente situados.

A análise aqui empreendida aponta para a possibilidade de novos estudos que não só investiguem os nomes de operações desconsideradas no âmbito de nossa pesquisa, mas também procurem compreender outros nomes e expressões circulantes nas diversas instâncias do Judiciário como signos ideológicos, demonstrando a fragilidade de afirmar-se que nesse campo haveria um discurso da lei isento de axiologias. Reafirmamos, ainda, nosso posicionamento colocado na introdução desta dissertação de que, ao trabalharmos com todas as operações desses dois anos fundamentais para a determinação dos rumos do país, deixamos um registro consolidado delas, contribuindo para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo. Gêneros do discurso: esferas, arcaica e constitutividade. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 20, n. 27, p. 54-72, jan./jun., 2013
- ADUT, A. A Theory of Scandal: Victorians, Homosexuality, and the Fall of Oscar Wilde. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 111, n.1, p. 213–248, July 2005.
- AEPET Nacional. **História das empreiteiras no Brasil**. (57min30s). Youtube Br. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LsIwmZZsyTg>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). **A história do petróleo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/institucional/a-historia-do-petroleo>>. Publicado em 28 jun. 2019. Acesso em: 10 out. 2020.
- ALMEIDA, M. de F.; XAVIER, M. M.; OLIVEIRA, F. R. P. de. Um estudo dialógico-discursivo em capas da revista da Veja. **Revista Árius**, Campina Grande, v. 22, n. 2, p. 5-32, jul./dez. 2016.
- ALVAREGA, D.; SILVEIRA, D. **Petrobras tem lucro de 6,6 bilhões no 3º trimestre**. Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/06/petrobras-tem-lucro-de-r-66-bilhoes-no-3-trimestre.ghtml>>. Publicado 06 nov. 2018. Acesso em: 21 nov. 2020.
- ALVES, C. **Lava Jato: e agora, “filhos de Januário”?**. Portal UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2019/11/30/lava-jato-e-agora-filhos-de-januario.htm>>. Publicado em 31 nov. 2019. Acesso em: 05 nov. 2020.
- ARAÚJO, I. L. **Referir difere de significar**: Frege. In: _____. Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem./Inês Lacerda Araújo.- São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 63-70.
- ARAÚJO, L. K. **"O que é enunciado?"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-e-enunciado.htm>. Acesso em: 20 dez. de 2019.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1973, v.4.
- AZEVEDO, R. **A fundação que a Lava Jato quer criar**. (11min12s). Youtube Br. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6BFudtvobU8>>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- AZEVEDO, R. **Acusação de doleiro revela: Lava Jato é composta de aristocratas intocáveis**. Portal UOL. Disponível em: <<https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/12/02/acusacao-de-doleiro-revela-lava-jato-e-composta-de-aristocratas-intocaveis/?cmpid=copiaecola>>. Publicado em 02 dez. 2019. Acesso em: 05 nov. 2020.
- AZEVEDO, R. **Desconstruindo Beatriz Catta Preta 1: uma história da carochinha**. Ou: quem será a Beatriz de Beatriz? Ou ainda: A quem ela anunciou que não vai fugir?. Revista Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/desconstruindo-beatriz-catta-preta-1-uma-historia-da-carochinha-ou-quem-sera-a-beatriz-de-beatriz-ou-ainda-a-quem-ela-anunciou-que-nao-vai-fugir/>>. Publicado em 31 jul. 2015. Acesso em: 15 out. 2020.
- AZEVEDO, R. **Operação Aletheia: mate a cobra e mostre a cobra, não o pau!**. Revista Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/operacao-aletheia-mate-a-cobra-e-mostre-a-cobra-nao-o-pau/>>. Publicado em 30 jul. 2016. Acesso em: 06 fev. 2019.

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011. p. 261-306. Tradução de: Paulo Bezerra.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato**. Trad. de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, 160 p.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance (1975)**. Trad. Bernadini et al. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998. 439p.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BARROS, D. L. P. de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In _____; Fiorin, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- BARROSO, L. R. Prefácio: Empurrando a história: combate à corrupção, mudança de paradigmas e refundação do Brasil. In: PINOTTI, M. C (org.). **Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas**. 1. ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019.
- BATISTA, L. **Reportagem de Ricardo Boechat no Estadão venceu Prêmio Esso de 1989**. O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo_reportagem-de-boechat-no-estadao-venceu-esso-de-1989,70002716789,0.htm>. Publicado em 11 fev. 2019. Acesso em: 28 set. 2020.
- BEHAN, Tom. **The Camorra**. London: Routledge, 1996.
- BENITES, A. **Temer é denunciado por corrupção e se torna primeiro presidente a responder por crime durante mandato**. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498485882_380890.html>. Publicado em 27 jun. 2017. Acesso em: 05 fev. 2019.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães [et al]. Campinas/SP: Pontes. 1989.
- BERNARDO, A. **Os bastidores da viagem de 44 dias que levou Pedro Álvares Cabral ao Brasil**. BBC Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51808373#:~:text=V%C3%ADdeos-,Descobrimento%20do%20Brasil%3A%20os%20bastidores%20da%20viagem%20de%2044%20dias,Pedro%20%C3%81lvares%20Cabral%20ao%20pa%C3%ADs&text=H%C3%A1%20521%20anos%2C%20o%20navegador.s%C3%A3os%20e%20salvos%2C%20para%20casa>>. Publicado em 10 mar. 2020. Acesso em: 22 set. 2020.
- BEZERRA, P. Prefácio: Uma obra à prova do tempo. In: BAKHTIN, M. M. (1929/1963). **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. (2. tiragem). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- BÍBLIA. Hebraico. **Bíblia Hebraica Stuttgartencia**. Ediderunt K. Elliger et W. Rudolph. Editio secunda emendata. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1983. 1574p.
- Bíblia de Jerusalém**, 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOCHENEK, A. C.; PEREIRA, J. L. Corrupção sistêmica no Brasil: enfrentamento e dificuldades. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Paraná**, ano 5, n. 8. 2018.
- BOMFIM, C.; JUSTI, A. **Marqueteiro João Santana tem prisão decretada na 23ª fase da Lava Jato**. Portal G1. O Globo. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/02/policia-federal-cumpre-23-fase-da-operacao-lava-jato-em-tres-estados.html>>. Publicado em 22 fev. 2016. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRANDÃO, A. L. O pedido de desculpas: a articulação do discurso sobre compliance pelas empresas no escândalo de corrupção da Lava Jato. **Congresso de Comunicação e Consumo**, 7º Encontro de GTs de Pós-Graduação – Comunicon. 2018.

BRASIL. Código Penal. **Lei 9.613, de 03 de março de 1998**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 1998.

BRASIL. Código Penal. **Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Akyzo**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador da República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 08 de junho de 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Benin**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador da República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 12 de junho de 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Cabral**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador da República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 15 de dezembro de 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Genu**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador da República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 23 de junho de 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Gim Argello**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador da República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 05 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Luz**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador da República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 31 de março de 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Odebrecht**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 28 de abril de 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Palocci**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 28 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Roberto Gonçalves**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 11 de abril de 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Ronan**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 06 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Tacla Duran**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 13 de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Denúncia Tanspetro**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador República: Deltan Martinazzo Dallagnol. Curitiba, 12 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Força-tarefa informa a ocorrência de ataque criminoso à Lava Jato**. 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/forca-tarefa-informa-a-ocorrencia-de-ataque-criminoso-a-lava-jato>>. Publicado em 09 jun. 2019. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Força-tarefa Lava Jato denuncia Gim Argello e mais 10 pessoas**. Disponível em:<< <http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/forca-tarefa-lava-jato-denuncia-gim-argello-e-mais-10-pessoas>>>. Publicado em 06 maio 2016. Acesso em: 11 fev 2019.

BRASIL. **Lava Jato**: força-tarefa denuncia Antônio Palocci por corrupção e lavagem de dinheiro. Disponível em: < www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/lava-jato-forca-tarefa-denuncia-antonio-palocci-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro>. Publicado em 28 out. 2016. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Lava Jato**: Eduardo Cunha vai responder por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/lava-jato-eduardo-cunha-vai-responder-por-corrupcao-passiva-e-lavagem-de-dinheiro>>. Publicado em 03 mar. 2016. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Relatório Final**. Delegado Rodrigo Luis Sanfurgo de Carvalho. Curitiba, 10 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Solicitação desligamento da Força-Tarefa Lava Jato de São Paulo**. Procuradora Regional da República: Janice Agostinho Barreto Ascari. São Paulo, 01 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo de declarações que presta Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho**. Procurador-geral da República: Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Brasília, 13 de março de 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo de declarações que presta Paulo Roberto Costa**. Autoridade Policial: Erika Mialik Marena. Curitiba, 11 de março de 2015.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo de declarações que presta Sergio Moro**. Procurador João Paulo Lordelo Guimarães Tavares. Brasília, 24 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo pré-acordado de colaboração premiada de Joesley Batista, Wesley Mendonça Batista e Ricardo Saud**. Autoridade Policial: Eduardo Botão Pelella, Sérgio Bruno Cabral Fernandes, Ronaldo Pinheiro de Queiroz, Fernando Antônio de A. A. de Oliveira Júnior, Daniel de Resende Salgado. Brasília, 07 de abril de 2017.

BUENO, A. **Cem textos de história chinesa**. União da Vitória: FAFIUV, 2011.

CAÇA fantasma; Direção: Ivan Reitman. Intérpretes: Bill Murray, Dan Aykoyd, Harold Ramis, Sigourney Weaver, Ernie Hudson, Rick Moranis, Annie Potts. Roteiro: Dan Aykoyd, Harold Ramis. Produção: Ivan Reitman. Estados Unidos: Columbia Pictures, 1984. (107 min.).

CAMAROTTI, G. **Operação Triplo X assusta grupo mais próximo à Lula**. Portal G1. O Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/operacao-triplo-x-assusta-grupo-mais-proximo-de-lula.html>>. Publicado em 27 jan. 2016. Acesso em: 05 fev. 2019.

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura militar, 1964-1988. Eduff: Universidade Federal Fluminense, RJ. 2017.

CANÇADO, M. Argumentos de Frege favoráveis à utilização do sentido no significado. In: CANÇADO, M. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios/Márcia Cançado.- São Paulo: Contexto, 2012. p. 97-102.

CAPRA, M. **Lava Jato**: Operação Vitória de Pirro prende ex-senador do PTB. Disponível em: << <https://br.blastingnews.com/politica/2016/04/lava-jato-operacao-vitoria-de-pirro-prende-ex-senador-do-ptb-00875403.amp.html>>>. Publicado em 12 abr 2016. Acesso em: 11 fev 2019.

Carta Capital. **O que você precisa saber sobre a “fundação” da Lava Jato**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-fundacao-da-lava-jato/>>. Publicado em 12 mar. 2019. Acesso em: 20 out. 2020.

CARVALHO, Adriano da Silva. O homem rico e Lázaro. **Pesquisas em Teologia**, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 331-350, dec. 2020. ISSN 2595-9409. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/pesquisasenteologia/article/view/1207>>. Acesso em: 27 apr. 2021.

CARVALHO, U. W. de.; SANTOS, A. S. dos. **Blackout**: qual é o significado e a tradução de “blackout”? Tecla SAP. Disponível em: <<https://www.teclasap.com.br/blackout/>>. Publicado em 07 out. 2020.

CASTRO, F. **Delator da Lava Jato diz à Justiça Federal que “teme” Eduardo Cunha**. Portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/07/delator-da-lava-jato-diz-justica-federal-que-teme-eduardo-cunha.html>>. Publicado em 30 jul. 2015. Acesso em: 21 nov. 2020.

CASTRO, F. F. de. Le discours politique de Dilma Rousseff et les fantomes de Lula : etude sur l’intersubjectivite dans la politique. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 16, n. 2, p. 245-260, maio/ago. 2016.

CASTRO FILHO, R. de A.; DIAS, J. L.; NETO, S. L. Petrobras. **Atlas Histórico do Brasil**. Fundação Getúlio Vargas. 2016. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbete/6293>>. Acesso em: 27 out. 2020.

CATVE. **Polícia Federal cumpre oito mandados de prisão na Operação Sothis**. Disponível em: <<https://catve.com/noticia/6/200252/policia-federal-cumpre-oito-mandados-de-prisao-na-operacao-sothis>>. Publicado em 21 nov. 2017. Acesso em: 19 fev. 2019.

CAVALCANTI, R. de C. **Capitalismo humanista, a retórica patética e o espírito de omertà**. Thesis, São Paulo, ano VIII, n. 18, p. 20-40, 2º semestre, 2012.

CEREJA, William. Significação e tema. In: BRAIT, Beth (orgs.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. 201-220 p.

CESCA, Vitalino. **Dicionário genealógico latino-português**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. 1038 p.

CIOCCARI, Deysi. Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento. In: **Revista Alterjor**. Ano 06, vol. 2, ed. 12. Jun-dez. 2015.

CLAVEL, I.; RODRIGUES, C. **Le Parti des Travailleurs dans le Brésil contemporain** : de Lula à Dilma Rousseff (2002-2016). Recherche socialiste n° 74-75. janvier-juin 2016.

COGGIOLA, Osvaldo. **Impeachment, crise e golpe**: o Brasil no palco da tormenta mundial. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/31/impeachment-crise-e-golpe-o->

[brasil-no-palco-da-tormenta-mundial/](#)>. Publicado em 31 maio 2016. Acesso em: 15 ago. 2020.

COHEN, D. **Encyclopedia of Ghosts**. Londres: Michael O'Mara Books. 1994.

CONNY, Alain. **Sergio Moro: le paragon de la justice d'exception**. Disponível em: <https://www.academia.edu/33862893/Sergio_Moro_paragon_de_la_justice_dexception>. Publicado em 2018. Acesso em: 14 ago. 2020.

COSTA, R. A. da. **O sentimento de Pirro (ou a vitória como derrota)**. Disponível em: <<<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/4441044>>>. Publicado em 19 ago 2013. Acesso em: 10 jun 2019.

COSTA-HÜBBES, T. da C. Prática de análise linguística no ensino fundamental e sua relação com os gêneros discursivos. **Percursos Linguísticos**, v. 7, n. 14. Vitória: 2017.

COUTO, S. P. **A extraordinária história da China**. São Paulo: Universo dos Livros, 2008. 160 p.

CRUZ, R. C. da. **Operação Lava Jato: uma interpretação teórica a partir de Raymundo Faoro e Celso Furtado**. 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**. 11 ed. Rio de Janeiro, FAE, 1986.

DAVIGO, Piercamillo. Itália: um país resignado? In: PINOTTI, M. C (org.). **Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas**. 1. ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019.

DESPLANCQUES, S. **Egito Antigo** (Tradução de Paulo Neves). Porto alegre: L&PM, 2011.

DIÁRIO do Centro do Mundo. **Documentário: a indústria da delação premiada**. (22min51s). Youtube Br. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NHAXHyZ3-dQ>>. Acesso em: 30 out. 2020.

DIAS, Amanda. La tragicomédie de la politique brésilienne. **Revue Esprit**, décembre 2016. Disponível em: <<http://www.esprit.presse.fr/article/dias-amanda/la-tragicomedie-de-la-politique-bresilienne-39117?folder=1>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DIAS, W. M. Omertà: a relação dialógica e de sentidos da expressão napolitana e o nome da Operação da Polícia Federal. **Revista Interdisciplinar em Estudos da Linguagem (RIEL)**, ISSN 2674-6344, São Paulo, v. 2, n. 1. 2020.

DIAS, W. M.; CARMO, A. B. do. Catilnárias: análise semântico-enunciativo da nomeação da Operação da Polícia Federal. In: FERRAGINI, Nelvana Leuz et al. (orgs.). **Anais do Coli – III Congresso de Licenciaturas**. Campo Mourão, PR: Editora Fecilcam, 2019. p. 146-157.

DIAS, W. M.; RAMOS, W. C. A organização retórica da introdução dos inqueritos. **Afluente**, UFMA/CCEL, v.6, n.17, p.176-195, jan./jun. 2020.

Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/triplice/>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

DONNELLAN, K. Reference and definite. In: OSTERTAG, Gary. **Definite descriptions: a reader**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1998, p. 173-193.

DUARTE, L. **Vaza Jato: os bastidores das reportagens que ascudiram o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

DUCROT, O. **Le dire et le dit**. Campinas: Pontes, 1987.

ESSER, F.; HARTUNG, U. Nazis, Pollution, and no Sex: Political Scandals as a Reflection of Political Culture in Germany. **American Behavioral Scientist**, Princeton, v. 47, n. 8, p. 1040-1071, Apr. 2004.

ESTADÃO. **Vitória de Pirro descobre “corrupção ao quadrado”**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/vitoria-de-pirro-descobre-corrupcao-ao-quadrado/>>. Publicado em 12 abr. 2016. Acesso em: 11 fev. 2019.

FARACO, C. A. **Linguagens e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARACO; MOURA. **Gramática**. 12 ed. São Paulo, Ática, 1999.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. **Fundo da Petrobras, que Dallagnol tentou meter a mão, bancará preservação da Amazônia e educação pública**. Disponível: <<https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/24365-fundo-da-petrobras-que-dallagnol-tentou-meter-a-mao-bancara-preservacao-da-amazonia-e-educacao-publica>>. Publicado em 05 set. 2019. Acesso em: 21 nov. 2020.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. de O. **Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política**. Revista Scielo. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000200205>. Acesso em: 27 set. 2020.

FERNANDES, M. C.; ROMERO, C.; TORRES, F.; ROSTÁS, R. **Petrobras fecha acordo nos EUA com autoridades para evitar processos**. Revista Valor Econômico. 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/09/28/petrobras-fecha-acordo-nos-eua-com-autoridades-para-evitar-processos.ghtml>>. Publicado em 28 set. 2018. Acesso em: 17 out. 2020.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986. p. 180.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FOGAÇA, J. R. V. **“O que é Carbono 14?”**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/quimica/o-que-e-carbono-14.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FRANCISCHETTO, J. G. M. **A americanização do direito brasileiro: uma análise a respeito da justiça consensual à luz do plea bargain**. 2019.

FREGE, Gottlob (1892). Sobre o sentido e a referência. In: _____. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Paulo Alcofrado. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p.129-158.

FREITAS, A. F. R. de. **Palavra: signo ideológico**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/freitas-antonio-palavra-signo.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GERK, C. Jornalismo na Era dos Testemunhos e as mudanças nas práticas jornalísticas no século XXI: o caso Lava Jato. **Revista de Comunicação Dialógica**, n. 2, p. 78-92, 2020.

GHZ GERAL. **Aletheia: entenda o nome da 24ª fase da Operação Lava-Jato**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/aletheia-entenda-o-nome-da-24-fase-da-operacao-lava-jato-4989955.html>>. Publicado em 04 mar. 2016. Acesso em: 06 fev. 2019.

GHZ GERAL. **Entenda o que é a Operação Xepa, que deu origem ao desdobramento da Lava-Jato no RS nesta quarta.** Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/08/entenda-o-que-e-a-operacao-xepa-que-deu-origem-ao-desdobramento-da-lava-jato-no-rs-nesta-quarta-9871389.html>>.

Publicado em 16 ago. 2016. Acesso em: 07 fev. 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento:** um estudo enunciativo da designação/Eduardo Guimarães. - Campinas, SP: Pontes, 2002.

H Aidar, D. **Fotos da operação Aletheia reforçam vínculo de Lula com sítio em Atibaia.**

Época. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/fotos-da-operacao-aletheia-da-lava-jato-reforcaram-vinculo-de-lula-com-sitio-em-atibaia.html>>. Publicado em 04 mar. 2016. Acesso em: 06 fev. 2019.

HISAYASU, A.; MACEDO, F.; AFFONSO, J.; MATAIS, A. **Vitória de Pirro descobre “corrupção ao quadrado”.** Disponível em: <<<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/vitoria-de-pirro-descobre-corrupcao-ao-quadrado/>>>. Publicado em: 12 abr 2016.

Acesso em: 11 fev 2019

HOLE, C. **Haunted England:** a survey of english ghost-iore. Londres: Batsford books, 1950. 184p.

HUMBERTO, T. **Família de Moro incentiva-o a deixar o país e a política.** Diário de Goiás.

Disponível em: <<https://diariodegoias.com.br/familia-de-moro-incentiva-o-a-deixar-o-pais-e-a-politica/>>. Publicado em 06 out. 2020. Acesso em: 21 nov. 2020.

INFOMONEY. **Petrobras (Petr4) histórico.** Disponível em:

<<https://www.infomoney.com.br/cotacoes/petrobras-petr4/historico/>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

ITALIA. Codice Penale. **Art. 461bis – Associazione di tipo mafioso**, di 13 settembre 1982.

Disponível em:

<https://www.camera.it/_bicamerale/leg15/commbicantimafia/files/pdf/Art_416bis.pdf>.

Acesso em: 30 ago. 2020.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta apostólica Fides Ratio:** sobre as relações entre fé e razão. São Paulo: Loyola, 1998.

JOÃO FILHO. **Isenção trilionária é a cereja do bolo da entrega do pré-sal.** The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/12/03/isencao-trilionaria-e-a-cereja-do-bolo-da-entrega-do-pre-sal/>>. Publicado em 03 dez. 2017. Acesso em: 30 set. 2020.

JUSTI, Adriana. **PF prende 2 ex-gerentes da Petrobras na 40ª fase da Lava Jato e investiga propina de R\$ 100 milhões.** Portal G1. O Globo. Disponível em: <

<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/policia-federal-cumpre-mandados-da-40-fase-da-lava-jato.ghtml>>. Publicado em 04 maio 2017. Acesso em: 19 fev. 2019.

JUSTI, Adriana. **Polícia Federal prende Antonio Palocci na 35ª fase da Operação Lava Jato.** Portal G1. O Globo. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/09/policia-federal-cumpre-novos-mandados-da-operacao-lava-jato.html>>. Publicado em 26 set. 2016. Acesso em: 30 jan. 2020.

JUSTI, Adriana.; BOMFIM, C. **Polícia Federal cumpre a 30ª fase da Operação Lava Jato no RJ e em SP.** Portal G1. O Globo. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/05/pf-cumpre-30-fase-da-operacao-lava-jato.html>>. Publicado em 24 maio 2016. Acesso em: 12 fev. 2019.

JUSTI, Adriana. **PF deflagra 36ª fase da Lava Jato e mira dois suspeitos de lavagem.** Portal G1. O Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/11/policia-federal-cumpre-novos-mandados-da-lava-jato.html>>. Publicado em 10 nov. 2016. Acesso em: 18 fev. 2019.

KNAPP, E. **PF conclui relatório e indícia dona de triplex no Guarujá.** Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1804661-pf-conclui-relatorio-e-indicia-dona-de-triplex-no-guaruja.shtml>>. Publicado em 28 jan. 2016. Acesso em: 05 fev. 2019.

KRAEMER, M. A. D.; LUNARDELLI, M. G.; COSTA-HÜBBES, T. A linguagem e sua natureza ideológica. In: FRANCO, Neil; ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo; COSTA-HÜBBES, Terezinha (orgs). **Estudos dialógicos da linguagem: reflexões teórico-metodológicas.** Campinas: Ed. Pontes, 2020.

KUIAWINSKI, R. Z. **Análise crítica da nova lei de organização criminosa no combate ao crime organizado.** Anais da Semana Acadêmica Fadisma Entrementes, ISSN: 2446-726X, ed. 13. 2016.

LAOS, N. **He Metaphysics of World Order: A Synthesis of Philosophy, Theology, and Politics.** Engene, Oregon: Pickwick Publications. 2015.

LAU, T. **Manual do horóscopo chinês.** Tradução de Maio Miranda. São Paulo: Editora Pensamento, 1979.

LEITÃO, M. **Lava Jato apreende obras de arte na casa de suspeito preso em Portugal.** Portal G1. Blog do Matheus Leitão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/lava-jato-apreende-obras-de-arte-na-casa-de-suspeito-preso-em-portugal.html>>. Publicado em 21 mar. 2016. Acesso em: 07 fev. 2019.

LEITÃO, M. **Omertà, o código de silêncio das máfias.** Portal G1. Blog do Matheus Leitão. Disponível em: <g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/omerta-o-codigo-de-silencio-das-mafias.html>. Publicado em 26 set. 2016. Acesso em 19 jul. 2019.

LESKO, L. Cosmogonias e Cosmologia do Antigo Egito. In: SHAFER, B.; BAINES, J.; LESKO, L.; SILVERMAN, D. **As religiões no antigo Egito** (Tradução de Luis Krausz). São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

LINS, N. F.; SANTOS, M. F. O. **A compreensão responsiva ativa no gênero do discurso dramático.** Letra Magna: Ano 06, n. 12 – 1º Semestre de 2010 – ISBN 1807-5193.

LOPES, I. M. M. **Estado de direito e democracia: o Sistema Penal Brasileiro em tempos de lavajatismo.** 2019. 183 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LUIGI Benesilvi. **Denúncia completa de Deltan Dallagnol contra Lula.** (1h05min50s). Youtube Br. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tCUQ_rZ3HQ>. Acesso em: 08 nov. 2020.

MACEDO, F. **Operação acarajé e nova complicação para dono da Odebrecht.** Estadão. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/operacao-acaraje-e-nova-complicacao-para-dono-da-odebrecht/>>. Publicado em 22 fev. 2016. Acesso em: 05 fev. 2019.

MAKAROV, Y. V.; RESHETOV, V. I.; STROEV, A.; VOROPAI, I. Blackout Prevention in the United States, Europe, and Russia. **Proceedings of the IEEE**, vol. 93, no. 11, pp. 1942-1955, Nov. 2005, doi: 10.1109/JPROC.2005.857486.

MAZZA, M. **Polícia Federal deflagra a Operação Carbono 14, 27ª fase da Lava Jato**. O Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/04/policia-federal-deflagra-operacao-carbono-14-27-fase-da-lava-jato.html>>. Publicado em 01 abr. 2016. Acesso em: 09 fev. 2019.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Ekaterina Vólkova Américo e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012. 269 p.

MEGALE, B.; ROCHA, G. **Delator na Lava Jato muda versão sobre pagamento de US\$6 milhões**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1674358-delator-na-lava-jato-mudou-versao-sobre-pagamento-de-us-6-milhoes.shtml>>. Publicado em 27 ago. 2015. Acesso em: 20 nov. 2020.

MENDONÇA, J. F. O estudo lógico da linguagem: Frege, Russell e o problema do significado. **Revista Colineares**, Mossoró, v. 05, n. 01, p. 78-98, jan./jun. 2018.

MINADEO, Roberto. **Petróleo, a maior indústria do mundo**. Thex Editora: Rio de Janeiro, RJ. 2002.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2012.

MORO, S. F. Considerações sobre a operação mani pulite. **Revista cej**, v. 8, n. 26, pág. 56-62, 2004.

NIETZSCHE, F. W. **Além do bem e do mal**: prelúdio da filosofia do futuro. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NORMOSE. **Lava Jato entre 4 paredes**. Youtube Br, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ygnKKWoJv0E&list=PLOp7jgm6TfAshAwKo1LAv-aywDIuJjdZV>>. Acesso em: 27 out. 2020.

NUNES, A. F. A importância da OPAEP na Geopolítica do Petróleo. **Jornal de Relações Internacionais**, n. 1, Oriente Médio, Recursos Energéticos, v. 1. 2017. Disponível em: <<https://jornalri.com.br/artigos/a-importancia-da-opaep-na-geopolitica-do-petroleo>>. Acesso em: 15 out. 2020.

NUNES, A. F. **O choque do petróleo de 1973**: Estados Unidos, OPAEP e a Segurança Energética. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em História Comparada. 2016. 126p.

O Globo. **Lava Jato deflagra a Operação Acarajé nesta segunda-feira (22)**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/lava-jato-deflagra-operacao-acaraje-nesta-segunda-feira-22.html>>. Publicado em 22 fev. 2016. Acesso em: 05 fev. 2019.

O Globo. **Nome da nova operação da Lava-Jato, Omertà faz referência à máfia italiana**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/nome-da-nova-operacao-da-lava-jato-omerta-faz-referencia-mafia-italiana-20179132>>. Publicado em 26 set. 2016. Acesso em: 19 jul. 2019.

OLIVEIRA, M. B. Linguagem e sujeito: revisitando escritos do Círculo de Bakhtin. In: FRANCO, Neil; ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo; COSTA-HÜBBES, Terezinha (orgs). **Estudos dialógicos da linguagem**: reflexões teórico-metodológicas. Campinas: Ed. Pontes, 2020.

- OLIVEIRA, M. E. de; FREIRE, M. O cronotopo narrativo: uma análise do romance Dôra, Doralina. **Anais do SILEL**. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- OLIVEIRA, M. L. T. de. **Gírias dos internos da FEBEM**. 2006. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, N. A. F. de. O conceito de campo em Bakhtin e Bourdieu para a abordagem dos gêneros jornalísticos na escola. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 1, n. 1, p; 157-173, ago./dez. 2012.
- OLIVEIRA, R. C. de. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Editora Insight, 2012. 271 p.
- OLIVEIRA, M. E. de. **O cronotopo narrativo: uma análise do romance Dôra, Doralina**. In: **Anais do Silel**, vol. 2, n. 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- OLIVEIRA, B. C. de; CAMARGO, B. R. de S. V.; DIAS, W. M. Cartaz: uma abordagem do gênero textual e sua aplicação no ensino fundamental I. In: HUMMEL, E. I.; DESIDÉRIO, R. (orgs.). **Educação, sexualidade e diversidade: diálogo, compromisso e educação pública em tempos de resistência**. Londrina, PR. 2020. 363-377 p.
- PARANÁ. Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná 13ª Vara Federal de Curitiba. **Ap. 5083258-29.2014.404.7000/PR**, Juiz: Sérgio Fernando Moro, 2014.
- PEREIRA NETO, Euclides Silvestre. **Nietzsche: o corpo como expressão da vida enquanto fio condutor da vontade de poder**. 2017. 85 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.
- PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C.; BARUCO, G. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 54, set-dez. 2019.
- PIQUÉ, J. F. **Linguagem e realidade: uma análise do Crátilo de Platão**. Editora da UFPR, Letras, Curitiba, n. 46, p. 171-182. 1996.
- PISA, Massimo. **Tifoso morto negli scontri prima di Inter-Napoli: arrestato l'investitore di Belardinelli**. La Repubblica di Milano, 2019. Trad. Wesley Mateus Dias. Disponível em: <https://milano.repubblica.it/cronaca/2019/10/18/news/tifoso_morto_negli_scontri_prima_di_inter-napoli_arrestato_l_investigatore_di_belardinelli-238848057/>. Acesso em : 25 out. 2019.
- PLATÃO, **Cratyle**. Texte établi et traduit par L. Méridien 3. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1950.
- POLÍCIA FEDERAL. **Operação Lava Jato**. 2014. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- POLÍCIA FEDERAL. **PF deflagra a 28ª fase da Lava Jato – Operação Vitória de Pirro**. Disponível em: <<<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/04/policia-federal-deflagra-a-28a-fase-da-operacao-lava-jato-2013-operacao-vitoria-de-pirro>>>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- POLÍCIA FEDERAL. **PF deflagra a 30ª fase da Lava Jato – Operação Vício**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/05/policia-federal-deflagra-a-30a-fase-da-operacao-lava-jato-2013-operacao-vicio>>. Publicado 24 maio 2016. Acesso em: 11 fev. 2019.
- POLÍCIA FEDERAL. **PF deflagra a 31ª fase da Lava Jato – Operação Abismo**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/07/pf-deflagra-31a-fase-da-operacao-lava-jato-operacao-abismo>>. Publicado 04 jul. 2016. Acesso em: 12 fev. 2019.

POLÍCIA FEDERAL. **PF deflagra a 32ª fase da Lava Jato – Operação Caça-fantasma.** Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/07/policia-federal-deflagra-a-32a-fase-da-operacao-lava-jato-2013-operacao-caca-fantasmas>>. Publicado 07 jul. 2016. Acesso em: 13 fev. 2019.

POLÍCIA FEDERAL. **PF investiga ex-ministro da Casa Civil e da Fazenda.** 2016. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/09/pf-investiga-ex-ministro-da-casa-civil-e-da-fazenda>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PORTAL G1. **Bolsonaro diz que ‘acabou’ com a operação Lava Jato porque governo ‘não tem mais corrupção’.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/07/bolsonaro-diz-que-acabou-com-a-operacao-lava-jato-porque-governo-nao-tem-mais-corrupcao.ghtml>>. Publicado em 07 out. 2020. Acesso em: 17 nov. 2020.

PORTAL G1. **Operação Triplo X assusta grupo mais próximo de Lula.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/operacao-triplo-x-assusta-grupo-mais-proximo-de-lula.html>>. Publicado em 27 jan. 2016. Acesso em: 05 fev. 2019.

PORTAL UOL. **Conheça os advogados dos delatores da Lava Jato.** Migalhas Quentes. Disponível em: <<https://migalhas.uol.com.br/quentes/224362/conheca-os-advogados-dos-delatores-da-lava-jato>>. Publicado em 31 jul. 2015. Acesso em: 15 out. 2020.

PORTAL UOL. **'Moro certamente será candidato forte nas eleições de 2022', diz Maia.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/05/maia-moro-eleicoes-2022.htm>>. Publicado em 05 ago. 2020. Acesso em: 15 out. 2020.

PORTAL UOL. **O que significa Aletheia, nome da fase da Lava Jato que mira em Lula.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/04/o-que-significa-aletheia-nome-da-fase-da-lava-jato-que-mira-em-lula.htm>>. Publicado em 04 mar. 2016. Acesso em: 06 fev. 2019.

POTTER, B. **Elements of Reparation: Truth, Faith, and Transformation in the Works of Heidegger, Bion, and Beyond.** Londres: Karnac Books.

PRANDI, R.; CARNEIRO, J. L. **Em nome do Pai:** justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 33, nº 96. São Paulo, 2017.

PRASS, M. A.; NETO, A. F. **Pensamento comunicacional da Lava Jato:** fragmentos de leitura do juiz Sérgio Moro. Intercom – Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação. 40º Congresso brasileiro de ciências da comunicação. Curitiba, Pr. 2017.

RAMALHO, A.; POLITO, R. **Petrobras:** desinvestimento não significa desmonte, diz Castello Branco. Revista Valor Econômico. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/08/02/petrobras-desinvestimento-nao-significa-desmonte-diz-castello-branco.ghtml>>. Publicado em 02 ago. 2019. Acesso em: 02 nov. 2020.

REVISTA Fórum. **Livre, Alberto Youssef, o “amigo” de Moro, volta a operar com dólar.** Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/livre-alberto-youssef-o-amigo-de-moro-volta-a-operar-com-dolar/>>. Publicado em 05 nov. 2019. Acesso em: 21 nov. 2020.

REVISTA Isto É. **Nova fase da Lava Jato prende Genu, ex-assessor do PP.** Disponível em: <<https://istoe.com.br/nova-fase-da-lava-jato-prende-genu-ex-assessor-do-pp/>>. Publicado em 23 maio 2016. Acesso em: 12 fev. 2019.

- REVISTA Veja. **O sugestivo nome da Operação Caça-Fantasmas**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/o-sugestivo-nome-da-operacao-caca-fantasmas/>>. Publicado em 07 jul. 2016. Acesso em: 14 fev. 2019.
- RODRIGUES FILHO, A. **Frege e a filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.
- ROSA, G. F. de M. **Discurso político no poder judiciário e seus efeitos de sentido de democracia**. 2018. 90p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Campo Grande,MS.
- ROSSI, C. Science and Technology: Pharaonic. In: LLOYD, A. B. **A Companion to Ancient Egypt**. England: Blackwell Publishing, 2010.
- RUSSO JÚNIOR, C. **O verdadeiro patriotismo militante de Monteiro Lobato**. Jornal Vermelho. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2019/09/01/o-verdadeiro-patriotismo-militante-de-monteiro-lobato/>>. Publicado em 01 set. 2019. Acesso em: 03 out. 2020.
- RUSSELL, Bertrand. On denoting. **Mind**, New Series, v.14, n. 56, p. 479-493, 1905.
- SANTOS, N. B. dos. **A delação premiada da JBS contra Michel Temer e a disputa por credibilidade e visibilidade nas capas do O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo**. 2017.
- SANTOS, R. A. dos; GUEVARA, A. J. de H.; AMORIM, M. C. S. Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. **Revista de Administração**, v. 48, n. 1, p. 53-66, 2013.
- SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Editora FGV, 2017.
- SÃO PAULO. Ministério Público Federal. **Desligamento dos integrantes da Força-tarefa Lava Jato de SP**. Ação Penal Pública Incondicionada. Ministério Público Federal. Procurador República: Janice Agostinho Barreto Ascari. São Paulo, 02 de setembro de 2020.
- SASSINE, V. **Dodge contesta colegas de MP, diz que fundação privada é ilegal e questiona ato da Lava-Jato no STF**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dodge-contesta-colegas-de-mp-diz-que-fundacao-privada-ilegal-questiona-ato-da-lava-jato-no-stf-23516718>>. Publicado em 12 mar. 2019. Acesso em: 05 nov. 2020.
- SEGANFREDO, C. **As melhores histórias da mitologia chinesa**. 1º ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (orgs.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. 11-36p.
- SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- SONTAG, R. Para uma história da delação premiada no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, v. 5, n. 1, p. 441-468, 2019.
- SOUZA, S. J. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. 13ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- SOUZA, L. F. de. **Platão. Crátilo. Estudo e Tradução**. 2010. 200 p. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- STELLA, V. Palavra. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

STRUCK, J. P. **O pior ano da Lava Jato**. DW Made for Minds. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-pior-ano-da-lava-jato/a-51840437>>. Publicado em 31 dez. 2019. Acesso em: 05 nov. 2020.

The INTERCEPT. **As mensagens secretas da Lava Jato**. Disponível em: <<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Publicado em jun./2019-out./2020. Acesso em: 05 nov. 2020.

The GUARDIAN. **UK trade minister lobbied Brazil on behalf of oil giants**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2017/nov/19/uk-trade-minister-lobbied-brazil-on-behalf-of-oil-giants>>. Publicado em 19 nov. 2017. Acesso em: 04 nov. 2020.

TRIGUEIRO, G. **Obra de Albert Camus ajuda a entender erros da Lava Jato**. Revista Época, publicado em 13 jun. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/artigo-obra-de-albert-camus-ajuda-entender-erros-da-lava-jato-23733828>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

TURCONI, G. **Il mito dei draghi**. Rivista Terre di Confine. Disponível em: <<https://www.terrediconfine.eu/il-mito-dei-draghi/>>. Publicado em 01 jan. 2008. Acesso em: 18 fev. 2019.

TV GGN (Temporada 1, 5 ep.). **Lava Jato Lado B** [Série documentária]. Argumento: Luis Nassif. Roteiro, pesquisas e entrevistas: Luis Nassif e Cintia Alves. Imagens e edição: Nacho Lemus. Locução: Aurélio Carvalho. Coordenação geral: Lourdes Nassif e Cintia Alves. Colaboradores: André Sampaio e Zé Bernardes. Brasil: TV GGN, 2020. 5 vídeos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLZUPpD2EGpfqW0P33USs1QyexrIaBFjmU>>. Acesso em 27 ago. 2020.

UNGER, Craig. **As famílias do petróleo**. Record: Rio de Janeiro, RJ. 2004.

UNITED STATES OF AMERICA. **Prosecution agreement and statement of facts**. U. S. Department of Justice, District of Columbia, 26 set. 2018.

VASSALLO, L.; MACEDO, F. **STF manda R\$ 1,6 bi da Lava Jato para combate ao coronavírus**. Portal UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/22/alexandre-manda-r-16-bi-de-acordo-da-lava-jato-para-combate-ao-coronavirus.htm>>. Publicado em 22 mar. 2020. Acesso em : 15 nov. 2020.

VÉRAN, J.; VANDENBERGHE, F. **Coup d'Etat au Brésil : inversion et corruption du cycle du don**. Revue du Mauss permanente. Publicado em 11 jun. 2016.

VILELA, E. H. P.; GROSSI, J. C.; CARVALHO, L. F.; RIBEIRO, K. C. de S. A Petrobras após os escândalos de corrupção da operação Lava-Jato: uma análise do valor da empresa até 2016. **Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 7, n. 3, p. 09-26, nov. 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLOSHINOV, V.; BAKHTIN, M. Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. In: VOLOSHINOV, Valentin. **Freudism**. Trad. I. R. Titunik. New York: Academic Press, 1976[1926]. Circulação para uso didático.